DIAGNÓSTICO DE INDICADORES PARA O MONITORAMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL–ODS EM POÇOS DE CALDAS

Paulo Augusto Zaitune Pamplin

Yula de Lima Merola

Cleir Ferraz Freire

Tito César Marques de Almeida

AMOSTRA DO E-BOOK

FICHA CATALOGRÁFICA

Projeto Gráfico e diagramação

Fotos

AMOSTRA DO E-BOOK

Ficha Catalografica

AMOSTRA DO E-BOOK

Carta do Reitor

AMOSTRA DO E-BOOK

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AACD- Associação de Assistência à Criança Deficiente

ADEFIP- Associação dos Deficientes Físicos de Poços de Caldas

ANA- Agência Nacional de Águas

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-Poços de Caldas

APHAS- Associação de Promoção Humana e Ação Social.

CADUNICO- Cadastro Único para Programas Sociais

CCZ- Centro de Controle de Zoonoses

CEASA- Central de Abastecimento de alimentos

CEMADEM- Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

CEREST- Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

CISMARPA- Consórcio Intermunicipal de Saúde Micro Região Alto R Pardo

CGU- Controladoria Geral da União

CRAS- Centro de Referência em Assistência Social

DATASUS- departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil.

DCNT- Doenças crônicas não transmissíveis

DMAE- Departamento Municipal de Água e Esgoto

DME- Departamento Municipal de Eletricidade

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

ESF- Estratégia Saúde da Família

ETE- Estação de Tratamento de Esgoto

INDICE GINI: instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade social

HCFCs: hidroclorofluorcarbonos

HEMOCENTRO

HMMM- Hospital Municipal Margarita Morales

HZL- Hospital da Zona Leste

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA- Pesquisa Econômica Aplicada do Brasil

ITSA- Índice de Disponibilidade de Transporte Coletivo

AMOSTRA DO E-BOOK

LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias.

LGBTQIA+- Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero.

LPT-Luz para Todos

LOA- lei orçamentária anual

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

MEC- Ministério da Educação

TEM- Minsterio do Trabalho e Emprego

MPE- Micro e pequenas empresas

Mtep- Milhões de toneladas equivalentes de petróleo),

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OMS- Organização Mundial de Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

PlanMob Poços de Caldas- Plano de Mobilidade Urbana de Poços de Caldas

PMPC- Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

PMSB- Plano Municipal de Saneamento Básico

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA- Plano Plurianual

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RAIS- Relação Anual de Informações Sociais

SEJUSP- Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Publica

SISAN- Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

SNIS- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SUS- Sistema Único de Saúde

TCEMG- Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

TSE- Tribunal Superior Eleitoral

UBS- Unidades Básica de Saúde

ZT's- Zoneamento Urbano

AMOSTRA DO E-BOOK

LISTA DE FIGURAS E QUADRO

Figura 1 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Figura 2 - Os ODS organizados pelos 5P

Figura 3 - Localização do município de Poços de Caldas (MG)

Figura 4 - Mapa das regiões do município de Poços de Caldas (MG)

Figura 5 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Poços de Caldas (MG)

Figura 6 - número de famílias incluídas no cadastro único para programas sociais e famílias beneficiárias no Programa Bolsa Familia (2004-2018)

Figura 7: percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população (1991 a 2010)

Figura 8: Localização dos equipamentos de saúde

Figura 9 e 10: Taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos (1996-2017)

Figura 11: Proporção de crianças nascidas vivas por tipo de parto (2001/2017)

Figura 12: total de partos de mães adolescentes (ate 19 anos) por cor/raça

Figura 13 e 14: nascimento de crianças com baixo peso (1997-2018)

Figura 15: Percentual de cobertura de ESF

Figura 16: numero de nascidos vivos com 7 ou mais pre natais

Figura 17: taxa de mortalidade infantil a cada 1000 nascidos vivos

Figura 18: taxa de obtidos neonatis a cada 1000 nascidos vivos

Figura 19 e 20: mortalidade infantil por causas evitáveis (2011-2018)

Figura 21 e 22: Percentual de partos em mães adolescentes (até 19 anos)

Figura 23: número de casos de AIDS por ano de diagnostico, segundo gênero (1990-2018)

Figura 24: numero de casos de doenças transmissíveis por mosquitos (2001-2016)

Figura 25: taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis (1996-2015)

Figura 26: percentual de internações hospitalares segundo causas relacionadas ao uso de álcool ou outras drogas (2008-2018)

Figura 27: Mapa da localização dos equipamentos de educação

Figura 28: taxa de frequência em creches e na pre escolas (2000/2010)

E-BOOK

Figura 29 e 30: IDEB dos anos iniciais (2001-2017)
Figura 31: media em linguagens, matemática e redação do ENEM (2013-2015)
Figura 32: percentual da população de 148 a 24 anos, segundo nível de instrução e sexo (2010)
Figura 33 e 34: professores do ensino finais por grupo de adequação
Figura 35: taxa de ocupação por sexo no Estado de Minas Gerais (2012-2019)
Figura 36: Mapa mostra o cenário de violência contra a mulher em Minas Gerais
Figura 37: Registros de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Estado de Minas Gerais durante o Primeiro Quadrimestre de 2018, 2019 e 2020
Figura 38: rendimento médio mensal segundo as grandes arres de atividade e sexo (2018)
Figura 39: percentual do rendimento feminino em relação ao masculino segundo ocupação formal e escolarização (2006/2018)
Figura 40: proporção de assentos ocupados por mulheres na Camara de Vereadores
Figura 41: Indice de atendimento de agua
Figura 42: índice de distribuição de água
Figura 43: percentagem de coleta de esgoto
Figura 44: percentagem de esgoto tratado
Figura 45: Mapa de Hidrografia e Principais Mananciais
Figura 46: Indice de coleta se resíduos sólidos
Figura 47: Cobertura de coleta seletiva
Figura 48: participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira
Figura 49: percentagem de emprego formal
Figura 50: percentagem do salário minimo
Figura 51: Mapa da localização das indústrias
Figura 52: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, Poços de Caldas
Figura 53: Renda média nominal por domicilio
Figura 54: Indice GINI
Figura 55: IDH
Figura 56: evolução de população de 0 a 14 anos vulnerável a pobreza (1991 a 2010)
Figura 57: percentual de cobertura das famílias do Bolsa Família (2017/2020)

Figura 58: Densidade Demográfica – Setor Censitário 2010

Figura 59: Mapa da evolução urbana por décadas

Figura 60: percentual das emissões de gases de efeito estufa por setor (1990-2018)

Figura 61: Serra de São Domingos

Figura 62: Áreas de Proteção Ambiental

Figura 63:Taxa de mortalidade a cada 100 mil habitantes por homicídios por sexo (1996-2015)

Figura 64: Taxa de mortalidade a cada 100 mil habitantes por homicídio na faixa etária de 0 a 19 anos (1996/2015)

Quadro 1: numero de pessoas e famílias cadastradas no CadUnico e famílias acompanhadas por Centro de Referencia de Assistência Social de Poços de Caldas em 2018

AMOSTRA DO E-BOOK

Prefácio

A Universidade Federal de Alfenas - campus Poços de Caldas traz a todos a publicação do “Diagnóstico de indicadores para monitoramento dos ODS em Poços de Caldas (Minas Gerais)” que é o resultado de pesquisas e reflexões a respeito das possibilidades atuais para o cumprimento da Agenda 2030 pela Prefeitura de Poços de Caldas.

Esperamos que este material contribua para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no município de Poços de Caldas para os próximos dez anos.

Convidamos os gestores a fazerem uma reflexão sobre o significado desses conceitos e sobre como podem ser aproveitados para influenciar decisões que serão determinantes tanto para os resultados da gestão que se inicia, como para as futuras gerações do município, pois os ODS são poderosas ferramentas de planejamento também em âmbito local.

Agradecemos a cada um dos colaboradores que viabilizaram este trabalho e está publicação e esperamos continuar incansáveis em nossos esforços para tornar Poços de Caldas uma cidade boa para todos.

Os autores

AMOSTRA DO E-BOOK

SUMARIO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
ODS 1 - ERRADICAÇÃO DA POBREZA 14
ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL 24
ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR 36
ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 56
ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO 68
ODS 6 - ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 80
ODS 7 - ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL 94
ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO 108
ODS 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA 120
ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES 132
ODS 11 - CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 138
ODS 12 - CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS 186
ODS 13 - AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA 192
ODS 14 - VIDA NA ÁGUA 218
ODS 15 - VIDA TERRESTRE 224
ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES 236
ODS 17 - PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO 248

AMOSTRA DO E-BOOK

Introdução

Esta publicação traz informações do município de Poços de Caldas sobre a agenda global para o desenvolvimento sustentável à qual o Brasil aderiu em setembro de 2015, a ser implantada até 2030.

É um produto que faz parte da iniciativa da implantação do Observatório Sócio Ambiental pela Universidade de Alfenas Campus Poços de Caldas. Tem como objetivo fortalecer o papel do Município para a implantação da Agenda 2030 no âmbito local. Disponibilizamos informações qualificadas sobre o desempenho do município em diversos indicadores ao longo dos últimos anos e também apontamos os desafios a serem enfrentados para alcançar o desenvolvimento sustentável da cidade.

A agenda contém um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), procuram obter avanços naquelas metas não alcançadas e agregam outras dimensões do desenvolvimento, como o crescimento econômico e a preservação ambiental (CNM, 2017).

Para cada um dos ODS da agenda, explica-se a sua importância e a relação com as competências do município e os seus indicadores e orienta sobre como aplicá-los, monitorá-los e avaliá-los nos Municípios.

Pois quando pensamos em Poços de Caldas, sonhamos com uma cidade mais justa, humana, democrática, transparente e inteligente. Acreditamos que seja também o desejo de todos os poçoscaldenses. E para que isto aconteça depende de muito trabalho conjunto, uma gestão compartilhada e uma administração eficiente. É essencial o fortalecimento dos laços e uma efetiva participação da população na realização deste plano.

Este material foi produzido a partir de centenas de contribuições de dezenas de pessoas que compartilharam conosco o sentimento de construção de uma cidade mais democrática, ambientalmente saudável, socialmente justa e mais inteligente.

Acreditamos sempre que podemos transformar qualquer realidade, desde que tenhamos pessoas compromissadas e capacitadas unidas em torno de objetivos comuns.

AMOSTRA DO E-BOOK

Figura 1 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Fonte: Agenda 2030

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Em setembro de 2015, os 193 Estados-membros das Nações Unidas adotaram, durante a Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável, um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, denominado Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, para ser alcançado nos próximos 15 anos. A nova agenda propõe elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, sem deixar ninguém para trás (ONU, 2015)

Para alcançar seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas, todos os atores têm um importante papel a desempenhar para o êxito da agenda e para assegurar que se realizem progressos constantes e concretos até a consecução de seus objetivos universais e transformadores (ONU, 2015).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), depois de ter sido fortemente implicado no longo processo participativo de definição da agenda, começou a apoiar os países para tornar realidade essa visão até 2030 (Ferreira, 2020).

Os ODS podem ser aplicados por todos e tem relação com as políticas públicas, tanto no âmbito regional quanto no local. Para que as metas estabelecidas pelos ODS sejam alcançadas, é preciso que os governantes atuem a partir de acordos e

AMOSTRA DO E-BOOK

articulação com outros atores territoriais para os efeitos das ações sejam integradas e sustentáveis (CNM, 2017).

O desafio de todo o gestor público é buscar, sempre respeitando os aspectos legais, entender e atender às necessidades dos munícipes, criando um modelo de gerenciamento que seja eficiente e eficaz, com responsabilidade e resolutividade, de forma justa e democrática (Brasil, 2003).

Os governos locais devem incluir a sociedade civil e o setor privado de forma efetiva na implementação da agenda. Os ODS tratam de temas cruciais para os Municípios e trazem visões de futuro bastante interessantes:

- pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas, e estimular uma agricultura sustentável (ODS 1 e 2),
- garantir uma vida saudável e promover bem-estar a todos (ODS 3),
- garantir uma educação que inclua a todos, equitativa e de qualidade, e prover oportunidades de aprendizagem durante toda a vida para todos (ODS 4),
- alcançar a igualdade entre homens e mulheres (ODS 5),
- garantir acesso à água e saneamento para todos (ODS 6),
- garantir acesso à energia limpa (ODS 7),
- garantir trabalho decente e crescimento econômico sustentável (ODS 8),
- promover o desenvolvimento da indústria, fomentar a inovação e garantir infraestrutura (ODS 9),
- reduzir as desigualdades no país (ODS 10),
- garantir que as cidades e os assentamentos humanos sejam seguros, inclusivos, sustentáveis (ODS 11),
- garantir modalidades de consumo e produção sustentáveis (ODS 12),
- adotar medidas para combater as mudanças climáticas e seus efeitos (ODS 13),
- conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos (ODS 14),
- proteger a vida sobre a terra (ODS 15),
- promover sociedades pacíficas e inclusivas e garantir a justiça para todos (ODS 16)
- fortalecer os meios de implementação, usar dados abertos e estatísticas e revitalizar alianças e parcerias (ODS 17) (CNM, 2017).

AMOSTRA DO E-BOOK

Sabemos que cada um dos 17 ODS representa um desafio para a promoção de um desenvolvimento mais sustentável, justo e inclusivo. Apesar de ser uma agenda global, tratam de temas que são cruciais para o Município, constituindo uma ferramenta que já começou a ser implementada por governos municipais, estaduais e nacionais, organizações diversas, universidades, empresas, bancos, entre outros (ONU-Habitat, 2019).

A proposta dos ODS tem como intuito ser uma ferramenta para facilitar o desenvolvimento de ações integradas, com uma visão de futuro positiva e comum a diferentes grupos, que gere impactos reais na construção do desenvolvimento sustentável (São Paulo, 2020).

Os Municípios têm um papel central para o sucesso dessa agenda, pois, para que os ODS sejam disseminados e alcançados, é preciso que os gestores municipais incluam tais objetivos em suas políticas e projetos, promovam a integração e a sustentabilidade das iniciativas, atuem a partir de acordos e articulação com outros agentes territoriais. A sociedade civil e o setor privado também são atores-chave, devendo estar envolvidos nesse processo (Brasil, 2021).

PORQUE OS ODS SÃO IMPORTANTES PARA OS MUNICÍPIOS?

Por estarem mais próximos das populações, os governos locais são atores-chave para o alcance das metas e dos objetivos, e consequentemente dessa agenda.

E a Agenda 2030 só será alcançada se os gestores e gestoras municipais se empenharem e alinharem suas políticas públicas de acordo com os indicadores estabelecidos.

AMOSTRA DO E-BOOK

Figura 2: Os ODS organizados pelos 5P

Fonte: Ferreira, 2020

Os indicadores apresentados neste Relatório são os indicadores oficiais dos ODS?

Até o momento não foi ratificada oficialmente uma lista de indicadores nacionais para o monitoramento da implementação da Agenda 2030 no país. É importante ressaltar que os indicadores apresentados neste Relatório não são uma lista oficial adotada pelo Brasil.

Esse trabalho é uma seleção de dados municipais oficiais e abertos, levantados e organizados, mas que mantém algum tipo de alinhamento com os indicadores globais e com as metas previstas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

AMOSTRA

Apesar dos grandes avanços, ainda há lacunas nos dados nacionais, estaduais e municipais, que não permitem a construção de diversos indicadores necessários para monitorar todos os ODS.

Além disto inexistem dados oficiais sobre temas como perdas econômicas atribuídas a desastres, agricultura sustentável, uso de métodos de planejamento familiar, tráfico de animais silvestres, tráfico de pessoas e vários outros.

Dessa forma, esse diagnóstico facilita uma leitura setorial e ao mesmo tempo mostra as interfaces de um mesmo conjunto de dados dentro da Agenda 2030, apontando para a necessidade de soluções integradas voltadas ao alcance de objetivos realmente sustentáveis.

AMOSTRA DO E-BOOK

PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO DE POÇOS DE CALDAS

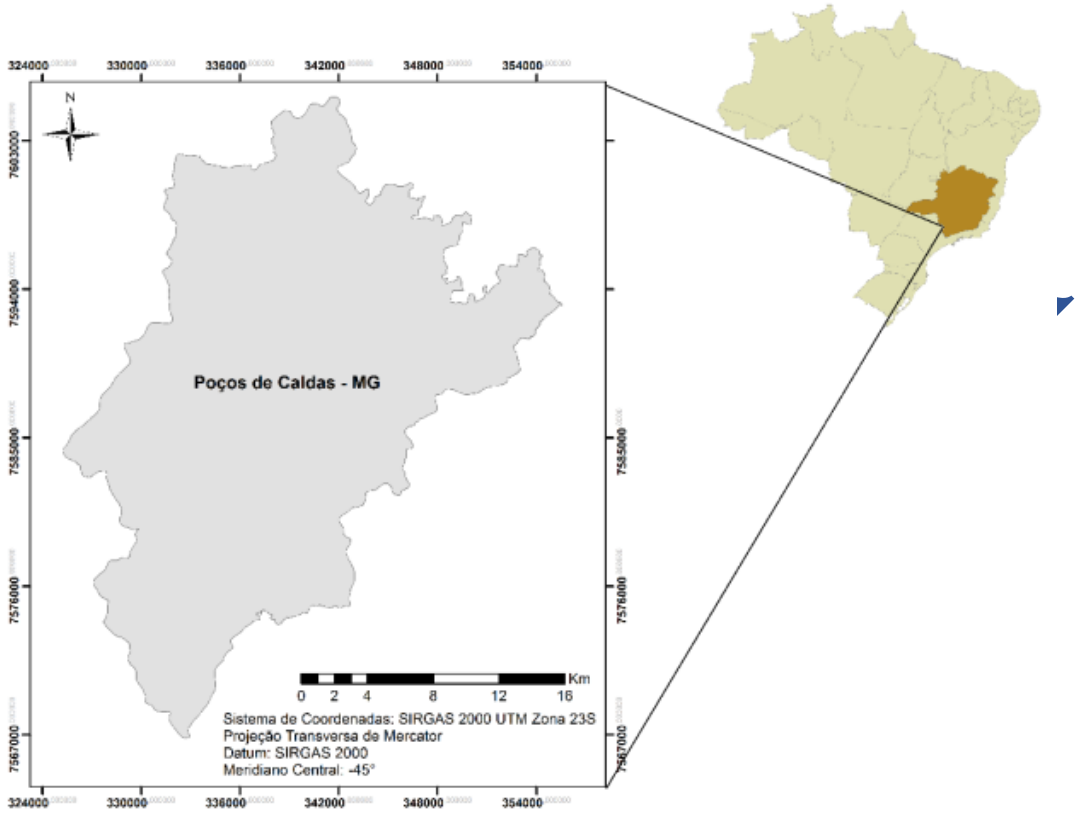


Figura 3: Localização do município de Poços de Caldas

Fonte: Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Poços de Caldas (2019)

AMOSTRA

O município de Poços de Caldas está situado no sul do estado de Minas Gerais, na divisa com o estado de São Paulo, e constitui um pólo sócioeconômico de grande expressão no sul de minas e com uma área de 533 km² dos quais 70 km formam a área urbana e o restante, a rural. É composto de um único distrito (marco divisório-ponto da cascata) com limites em 08 municípios: ao norte de Botelhos e Bandeira do Sul, a leste Caldas, ao sul Andradas (todos em minas gerais) e a oeste Águas da prata, São Sebastião da Grama, Caconde e Divinolândia (todos em São Paulo). São 70 milhões de metros quadrados de área verde, distribuídos por centenas de praças, jardins, parques, que recebem cuidados diariamente, além da Serra de São Domingos, uma reserva natural, tombada pelo patrimônio histórico do Estado (PMPC, 2021)

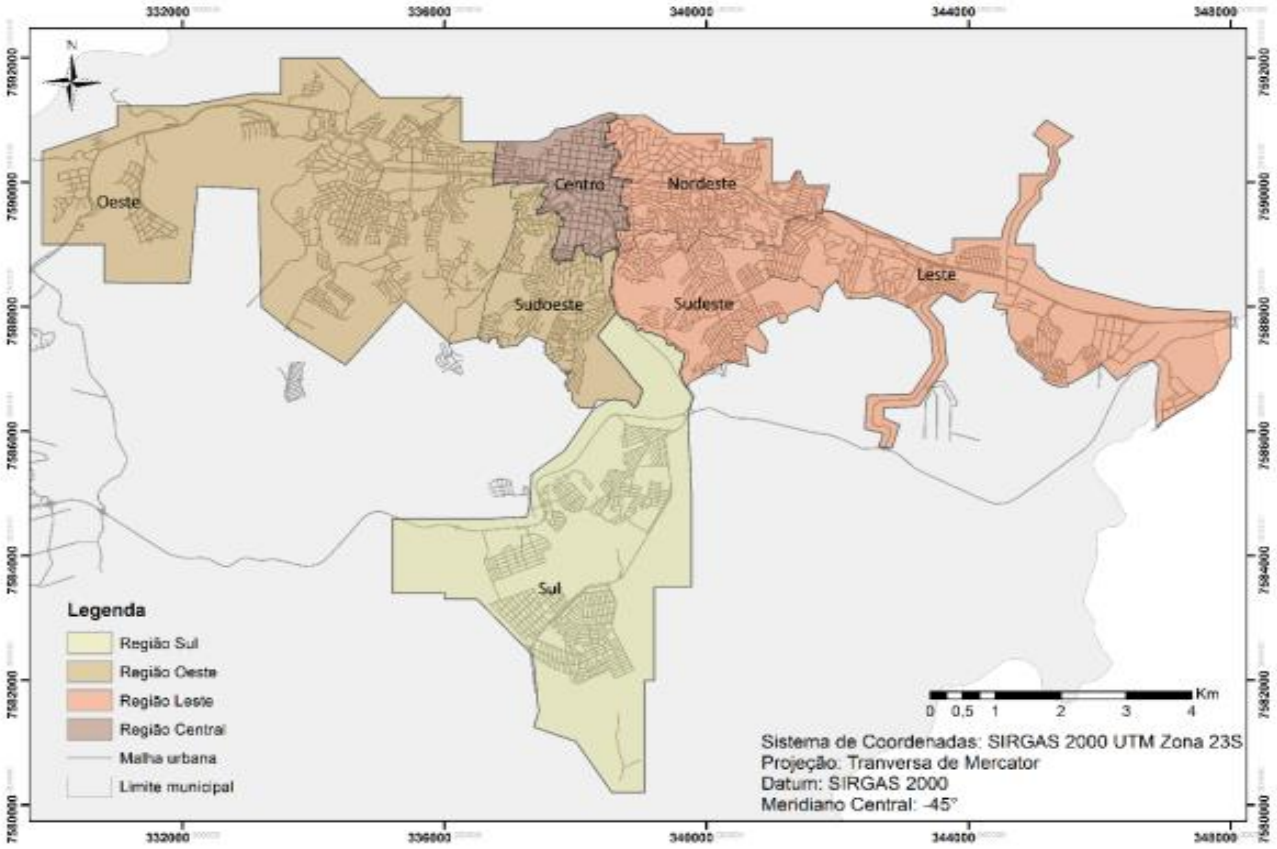


Figura 4 : regiões da cidade

Fonte: Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Poços de Caldas (2019)

AMOSTRAL

De acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/2020, no município de Poços de Caldas a população residente é de 168.641 habitantes: 51,7% são mulheres e 48,3% são homens. Se comparado ao resultado do Censo Demográfico de 1991 houve um incremento populacional de 40,72% - valor muito acima do índice nacional (29,92%), tendo em torno de 67.000 domicílios ocupados. A taxa de natalidade no Município tem se mantido estável nos últimos 07 anos, variando de 12,3 em 2006 a 13,25 em 2019 e 2,9 em 2012. De acordo com os dados do IBGE, a maioria da população é residente da área urbana (97,6%). O município tem a maior expectativa de vida (78,2 anos) do Estado, a segunda maior renda per capita do país (IBGE, 2020, 2012).

A taxa de natalidade no Município tem se mantido estável nos últimos anos, variando de 12,3 em 2006 a 13,25 em 2019. A configuração da população por faixa etária é composta em 26,34% pelo grupo menor de 15 anos, sendo que os menores de

01 ano representam 1,37% da população total. A faixa etária compreendida entre 15 e 44 anos representa, no município, 50,34%, enquanto os adultos acima de 60 anos correspondem a 9,35%. A análise do crescimento populacional nos últimos anos evidencia o processo de transição demográfica pelo qual o Município vem passando, com a estabilidade na taxa de natalidade e o gradativo envelhecimento da população. Esta tendência está de acordo com o perfil demográfico da região sudeste (IBGE,2012)

Densidade de população 303,60 hab./km2.

Taxa de Crescimento Geométrico 2000-2010 1,18% ao ano

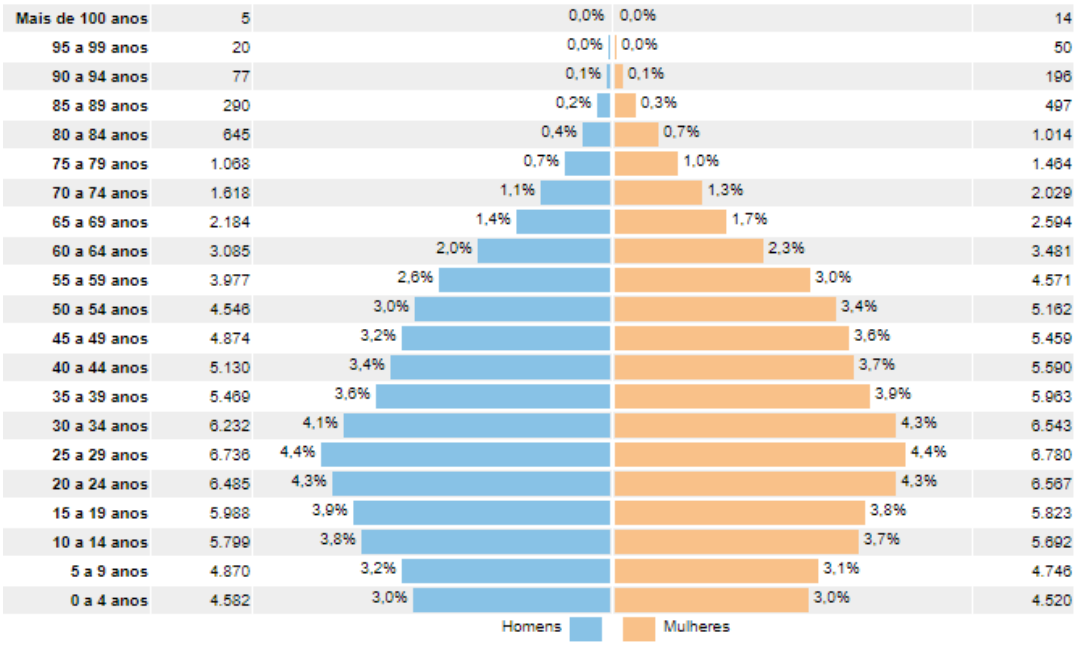


Figura 5: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Poços de Caldas (MG)

Fonte: IBGE, 2010

Metodologia

Para a elaboração deste Relatório, a coleta de dados foi realizada em fontes secundárias, ou seja, os dados são coletados a partir da base dados das instituições produtoras de informações oficiais

Diretrizes para seleção de indicadores

Foram estabelecidas as seguintes diretrizes para o processo de seleção dos indicadores:

a) indicadores diretamente vinculados às metas estabelecidas pela ONU, mas sem a obrigatoriedade de seleção de indicadores locais para todas as 169 metas, considerando que: algumas são específicas para os países, alguns temas não afetam o município de Poços de Caldas (ex. metas sobre oceanos) e, mesmo sendo relevantes para o contexto local, não se tem dados disponíveis para algumas metas;

b) indicadores passíveis de serem apurados para o município e passíveis de serem atualizados regularmente;

c) preferência por indicadores de efetividade/impacto das políticas públicas e não apenas dados sobre os processos e produção dos serviços;

O que são indicadores

Indicadores são ferramentas que captam aspectos de uma realidade complexa e os traduzem, tornando tal realidade compreensível (Köckler, 2008). E a sua utilização na gestão pública é indiscutível, pois eles apontam, revelam e permitem entender a eficácia e a efetividade de um programa de governo no processo de tomada de decisão (Brasil, 2012), que auxiliam na compreensão dos fenômenos (sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais) que acontecem em uma determinada realidade.

AMOSTRA DO E-BOOK

O sistema de indicadores consolida informações estatísticas e expõe dados quantitativos com o intuito de servir de apoio gerencial e aprimorar o processo de transparência, contribuindo para a gestão em todos os níveis da estrutura municipal.

Os resultados aqui apresentados e todas as informações contidas nesta publicação poderão ser utilizadas nos processos decisórios do município.

Os dados utilizados para o cálculo dos indicadores foram obtidos por meio de fontes nacionais e estaduais confiáveis e públicos.

AMOSTRA DO E-BOOK

Do que trata esta ODS?

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Qual a importância do ODS 1 para os Municípios?

O ODS 1 trata da questão da pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. A pobreza não diz respeito somente a ter, ou não, renda, dinheiro e patrimônio. A pobreza se manifesta de diversas formas, pobreza é não ter acesso aos serviços essenciais básicos tal como: água potável, saneamento, energia elétrica, saúde e educação; aos serviços financeiros (não ter uma conta bancária e acesso a microcrédito); novas tecnologias (internet, telefonia e microcomputadores). Também é não ter acesso à propriedade e a oportunidades, estar vulnerável a desastres naturais, como secas, enchentes, terremotos, e crises econômicas, sociais e ambientais. Então, para alcançar o ODS 1 em nível local, o combate à pobreza deverá estar no centro das políticas públicas municipais, refletindo agendas que busquem o combate às desigualdades e que promovam a inclusão social (Kageyama e Hoffmann, 2006; Paulani e Braga, 2012).

AMOSTRA DO E-BOOK

Indicadores Brasil:

Segundo o IBGE e o Banco Mundial, pobre é quem tem rendimento de até US$ 5,50 por dia em 2017, ou em real R$ 406 por mês. Entre 2016 e 2017, a proporção de pessoas pobres no Brasil subiu de 25,7% para 26,5% da população, um aumento de dois milhões. Em 2018, eram quase 55 milhões de brasileiros passando por todo tipo de privação. As regiões Norte e Nordeste têm mais de 40% da população vivendo com, no máximo, R$ 406 por mês. Dentro do grupo de quase 55 milhões de pobres, há uma

parcela de 15,2 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da extrema pobreza. A renda é inferior a US$ 1,90 por dia, o equivalente a R$ 140 por mês (IBGE, 2018).

Indicadores Minas Gerais

Segundo o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (2011- 2030), responsável pela materialização da estratégia de longo prazo do governo do estado de Minas Gerais, em 2010 existiam 909.660 indivíduos em situação de extrema pobreza, número que corresponde a 4,64% da população total do estado. A extrema pobreza em Minas Gerais pode ser identificada principalmente na região Norte do estado, historicamente marcadas pelo fraco dinamismo econômico (Minas Gerais, 2011)

De acordo com os indicadores sociais (SIS) do IBGE em 2018, 20,9% da população está na linha da pobreza.

E-BOOK

Indicadores Poços de Caldas

Em 2000, o município tinha 6,50% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R$ 140,00, percentual que reduziu para 3,37% em 2010. Mesmo apresentando uma redução de 48,15% no período, são 5.074 pessoas nessa condição de pobreza.

A participação dos 20% mais pobres da população na renda, isto é, o percentual da riqueza produzida no município com que ficam os 20% mais pobres, passou de 4,03%, em 1991, para 4,67%, em 2010, diminuindo os níveis de desigualdade. Em 2010, analisando o oposto, a participação dos 20% mais ricos era de 55,99%, ou 11,98 vezes superior à dos 20% mais pobres.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) possui três dimensões: IVS Infraestrutura Urbana; IVS Capital Humano; e IVS Renda e Trabalho. Essas dimensões correspondem a um conjunto de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso, ausência ou insuficiência indicam como está o padrão de vida das famílias. O IVS varia de 0 a 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação. O IVS geral do município, era 0,268, em 2000, passando para 0,194 em 2010. Com essa evolução, o município está com o nível de vulnerabilidade muito baixa. Desmembrando o índice nas suas três dimensões básicas – Infraestrutura, Capital Humano e Renda e Trabalho – constata-se que a

dimensão renda e trabalho apresentou a maior evolução, passando de 0,308, em 2000, para 0,195 em 2010. A dimensão infraestrutura urbana foi a que apresentou a menor variação, passando de 0,168, em 2000, para 0,167 em 2010.

Todos os cidadãos que estão em situação de vulnerabilidade podem contar com benefícios de proteção social. Em Poços de Caldas. Neste município, o número de famílias incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais, em 2006, era 4.804, passando para 15.435 famílias em 2018. Já em relação ao percentual de famílias residentes cadastradas no Cadastro Único com renda familiar per capita de até meio salário mínimo sobre o total de famílias cadastradas, Poços de Caldas tem um grande desafio, sendo em 2019, em torno de 49,76%.

O Cadastro Único retrata o perfil das famílias no que refere ao acesso à renda, educação, saúde, habitação, saneamento, bem como composição familiar. A base cadastral do CADUNICO traz um reflexo da realidade local, uma vez que é porta de entrada das famílias de baixa renda para acesso a programas sociais ofertados através das políticas públicas conforme perfil identificado por corte de renda, idade, sexo, situação de infraestrutura habitacional, escolaridade e saúde pública

Considerando que as regras para inscrição no cadastro único indicam situação de pobreza (renda familiar de até 3 salários mínimos ou até meio salário mínimo por pessoa), este indicador pode apontar uma deterioração das condições de melhora entre 2010 e 2018, indicam necessidade da manutenção de políticas públicas de incremento de renda. No Programa Bolsa Família, em 2004, eram 2.727 famílias beneficiárias, passando para 2.878 famílias em 2018.

E o percentual da população residente com 10 anos ou mais, com renda de até 1/4 do salário mínimo, em 2010 era de 0,56, e o objetivo de longo prazo para este indicador é 0.2.

Já em relação ao percentual de famílias residentes cadastradas no Cadastro Único com renda familiar per capita de até meio salário mínimo sobre o total de famílias cadastradas, Poços de Caldas tem um grande desafio, sendo em 2019, em torno de 49,76%.

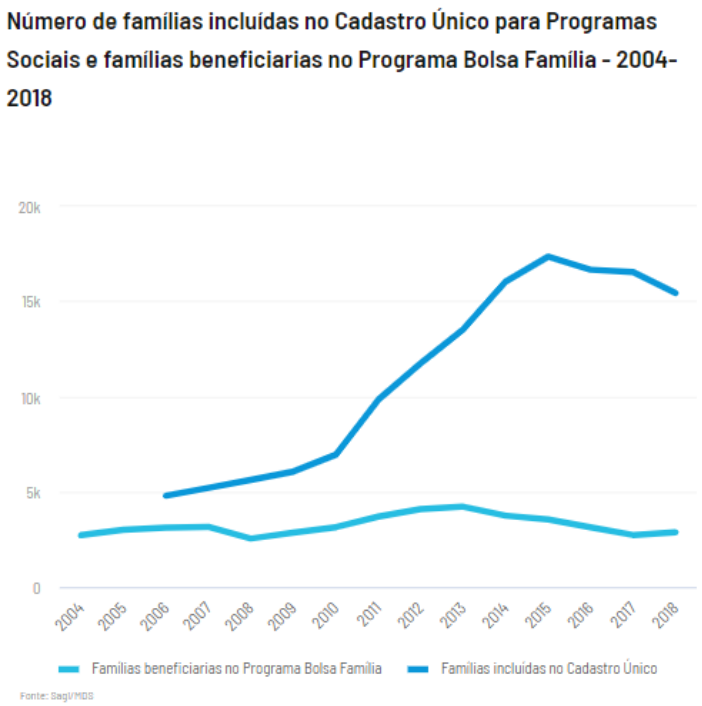


Figura 6: número de famílias incluídas no cadastro único para programas sociais e famílias beneficiárias no Programa Bolsa Familia (2004-2018)

Fonte: Ministerio de Desenvolvimento Social (2018)

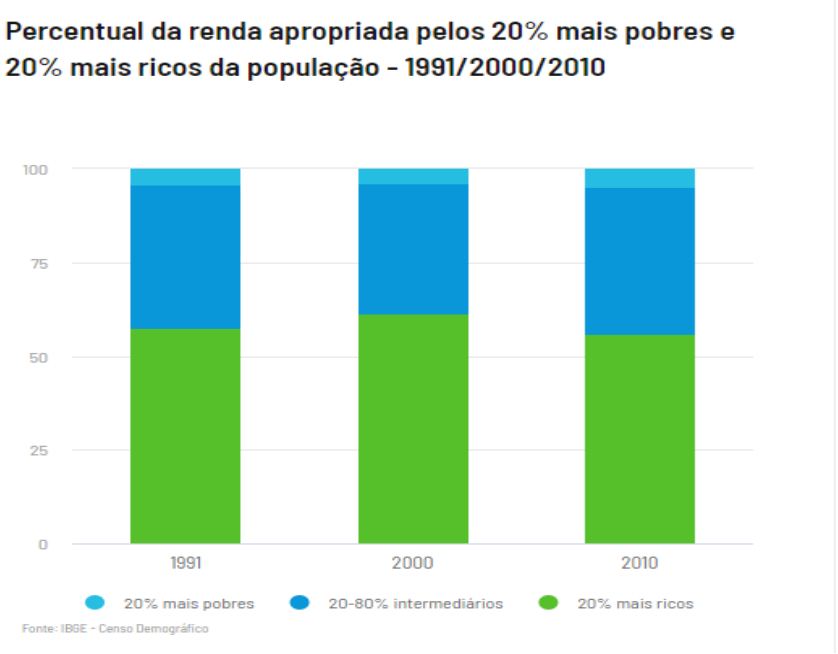


Figura 7: percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população (1991 a 2010)

Fonte: IBGE (2010)

Discussão

Os dados não apontam para uma situação de precariedade no município nesta questão, mas isso não exclui a necessidade de construir políticas públicas neste quesito, que devam ser orientadas para a diminuição da desigualdade o quanto possível, já que a renda média da população está em patamar aceitável.

O municipio deve usar o CADUNICO para mapear as zonas de maiores índices de vulnerabilidade social e assim propor alternativas de melhoria de vida da população através de intervenções conjuntas, considerando que as atualizações dos dados devem ocorrer em período máximo de vinte e quatro meses, pelas famílias, possibilitando um retrato atualizado da realidade do município

Tendo em vista o diagnóstico apresentado, há vários desafios devido a crise econômica, social e sanitária que se instalou no país em 2020, e diversas propostas de aprimoramento da política de assistência social no município devem ser feitas para minimizar os impactos.

A Secretarias de Promoção Social deve ter papel preponderante, por meio da coordenação de ações da rede socioassistencial com a sociedade civil organizada, de forma a garantir maior efetividade, evitar sobreposições e garantir a cobertura das ofertas, no que se deve considerar as competências e possibilidades de atuação tanto dos trabalhadores da assistência social quanto dos voluntários. A ação mais importante é, por meio de uma vigilância socioassistencial que conta com a parceria da sociedade civil para se fazer mais efetiva na cobertura de todo o território e de todos os segmentos, identificar o público em situação de vulnerabilidade, estruturar locais de atendimento e acolhimento, e organizar a oferta de serviços e benefícios.

Em relação ao monitoramento do déficit habitacional, que contribui para o acirramento da vulnerabilidade a eventos extremos, atualmente Poços de Caldas não possui informações detalhadas sobre este deficit, destacando assim um desafio para o estabelecimento de rotinas de atualização de informações para disposição de informações mais atualizadas para o planejamento da Secretaria Municipal. Habitação (SEHAB).

AMOSTRA DO E-BOOK

Como alcançar as metas da ODS 1?

- Mobilizar recursos para implementar programas e políticas públicas orientadas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões, tanto nas áreas urbanas como nas rurais.
- Criando e ampliando estratégias de desenvolvimento em favor das pessoas pobres, que garantam a igualdade de gênero e a proteção das mulheres e das meninas, a fim de apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza. Implementando estratégias que fomentem a formação de capacidades e a criação de oportunidades de emprego, a garantia dos direitos trabalhistas e do bem-estar dos trabalhadores e trabalhadoras.
- Promover políticas públicas municipais que combinem medidas de promoção do mercado de trabalho, da proteção social, do sistema de cuidados e do acesso a ativos fixos e financeiros para proteger as pessoas do risco de cair na pobreza.
- Promover um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam a construção de mais moradias populares e a regularização e adequação de moradias subnormais, diminuindo o defict habitacional
- Criar políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do empreendedorismo individual, que permita aquecimento do mercado sem grandes investimentos

AMOSTRA DO E-BOOK

Do que trata esta ODS?:

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Qual a importância do ODS 2 para o Município?

O ODS 2 trata de questões relacionadas à fome, à nutrição e à segurança alimentar, ou seja, traz para a discussão a importância de garantir a todas as pessoas não apenas o acesso aos alimentos, mas alimentos nutritivos e seguros, para evitar não somente a fome, mas também a má nutrição e os riscos à saúde. Além de prover o acesso à boa alimentação, esse objetivo busca incentivar e melhorar a agricultura local, dando atenção à agricultura familiar.

Uma das formas é incentivando a produção local e possibilitando que pequenos produtores rurais consigam acessar tanto os recursos destinados à produção de alimentos quanto a infraestrutura para acesso aos mercados. Pela sua importância, as questões relacionadas ao combate à fome deverão estar no centro das políticas públicas municipais, refletindo agendas que busquem o combate às desigualdades e que promovam a inclusão social

Indicadores Brasil

Mais de 5,2 milhões de pessoas passaram um dia ou mais sem consumir alimentos ao longo de 2017, o que corresponde a 2,5% da população. 22,3% da população acima dos 18 anos está acima do peso ideal.

AMOSTRA DO E-BOOK

Em 2006, foram identificados 437.320 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 79,28% dos estabelecimentos agropecuários do estado. Os agricultores familiares ocupavam uma área de 8.835.621,9 hectares, representando apenas 26,71% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários do estado. A área média dos estabelecimentos familiares era de 20,20 hectares, e a dos não familiares, de 212,14 hectares.

Dos 8.835.621,9 hectares da agricultura familiar, 16,55% eram destinados a lavouras, 58,60% a pastagens e 16,75% a matas e/ou florestas. Em 2006, foram registradas 1.896.937 pessoas vinculadas à agricultura familiar (62,05% do pessoal ocupado). Os estabelecimentos não familiares ocupavam 719.953 de pessoas, o que correspondia a 37,95% da mão de obra ocupada. Entre as pessoas que trabalham com agricultura familiar, 798.841 eram homens (67,87% dos ocupados) e 378.143 eram mulheres (32,13% dos ocupados). A agricultura familiar, em 2006, correspondia a 24,74% das receitas dos estabelecimentos agropecuários no estado. O valor das receitas obtidas, em 2006, pela agricultura familiar foi de R$ 4.341.152.649.

Em 2006, Produtos vegetais representava 58,29% das receitas obtidas; Animais e seus produtos, correspondia a 34,65% das receitas obtidas nos estabelecimentos. Entre as demais receitas se destacavam Produtos da agroindústria (4,72%) e Prestação de serviço para empresas integradoras (1,55%).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) possibilita aos agricultores familiares o acesso ao crédito associado a políticas desenvolvidas pelo governo federal. Com isso, torna-se possível acessar recursos importantes como a aquisição da produção e o seguro da agricultura familiar, ajudando a manter o agricultor, a agricultura e o jovem no campo com maior qualidade de vida. Em 2012, foram oficializados 18.388 contratos de financiamento do Pronaf, representando R$ 479.460.787,51. A quantidade de agrotóxico consumido pela população brasileira aumentou entre 2000 e 2014. Em 2000, a comercialização do produto era de 3,20 quilos por hectare. Em 2014, esse valor chegou a 6,70 quilos por hectare.

Em 2013, 77,42% dos 65.257.741 de domicílios particulares do Brasil, moravam pessoas em situação de Segurança Alimentar (SA), isto é, seus moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e sequer sentiram na

iminência de sofrer qualquer restrição no futuro próximo. Por outro lado, 22,58% dos domicílios viviam pessoas em situação de Insegurança Alimentar (IA). Levando em consideração o grau de insegurança alimentar, do total de domicílios, 14,78% viviam moradores em condição de IA leve, 4,57% IA moderada e 3,23% IA grave. Na área urbana, a segurança alimentar era 79,53%, em 2013. Já no meio rural a segurança alimentar, em 2013, era 64,75%.

Em 2013, 3,94% dos domicílios de áreas urbanas viviam pessoas com restrição quantitativa de alimentos, ou seja, em IA moderada, e 2,85% dos domicílios conviveram pessoas com a experiência de fome (IA grave). Esses valores nas áreas rurais eram 8,38% e 5,51%, respectivamente.

AMOSTRA BOOK

Indicadores Minas

Em Minas Gerais em 2013, a insegurança alimentar era de 18,42%. Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF 2008), 20,70% das famílias pesquisadas informaram que a quantidade de alimentos consumidos no domicílio às vezes não era suficiente, enquanto que 7,60% afirmaram que normalmente a quantidade de alimentos não era suficiente.

Indicadores Poços de Caldas

De acordo com o relatório gerado pelo Boletim do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome - Brasil Sem Miséria no Município de Poços de Caldas, em 30 de julho de 2013, o total de famílias inscritas no Cadastro Único já era de 12.509; destas 4.130 beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que representa 99,83% do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa .

Neste mesmo período 77,10 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos, incluídas no Programa, tinham acompanhamento de frequência escolar, abaixo da média nacional que é de 86,69%. Na área da saúde, o acompanhamento das famílias com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes chega a 56,50 % também ficou aquém da média nacional de 73,12 %.

De acordo com os dados do SISVAN- Sistema Nacional de Vigilância Nutricional de 2012, observa-se que a população municipal segue a tendência mundial de

insegurança alimentar que aponta um crescimento do número de pessoas com sobrepeso em detrimento do número de pessoas desnutridas ou com baixo peso.

As ações de Segurança Alimentar e Nutricional do Município têm como alvo principal as 12.509 famílias cadastradas no Cadastro Único, sendo 4.130 classificadas como extremamente pobres (beneficiárias do Programa Bolsa Família). Além destes: a população idosa, que cresce a cada ano e representa 13,3% do total da população municipal; indivíduos que de alguma forma se encontram em vulnerabilidade social; trabalhadores formais e informais de baixa renda e seus familiares, pessoas em situação de rua, aposentados, estudantes entre outros. O município conta com programas e ações para a promoção da segurança alimentar descritos no capítulo cinco deste Plano

As ações de Segurança Alimentar e Nutricional do Município têm como alvo principal as 12.509 famílias cadastradas no Cadastro Único, sendo 4.130 classificadas como extremamente pobres (beneficiárias do Programa Bolsa Família). Além destes: a população idosa, que cresce a cada ano e representa 13,3% do total da população municipal; indivíduos que de alguma forma se encontram em vulnerabilidade social; trabalhadores formais e informais de baixa renda e seus familiares, pessoas em situação de rua, aposentados, estudantes entre outros. O município conta com programas e ações para a promoção da segurança alimentar.

As atividades do Banco Municipal de Alimentos de Poços de Caldas são desenvolvidas nas dependências da CEASA/Poços desde novembro de 2012 e conta com aproximadamente 120 produtores doadores, 17 atacadistas doadores, 25 entidades beneficiadas, e 2.900 usuários. Eminentemente as entidades beneficiárias são as que realizam trabalho social com crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e entidades diversas que realizam ações na comunidade.

AMOSTRA DO E-BOOK

Discussão

O município de Poços de Caldas apresenta condições notáveis de assumir lugar de destaque na agricultura sustentável, visto que existe uma tradição neste setor e os

índices de insegurança alimentar não são altos, permitindo um foco maior na questão da agricultura sustentável.

Um dos desafios é conseguir articular uma agenda de programas, projetos e ações que gerem convergências. Para que o SISAN se efetive é necessário mais do que a implementação individual de cada programa ou ação que compõe a Política Municipal Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O SISAN depende de um arranjo institucional que incorpore as dimensões da SAN às práticas realizadas nos diferentes setores que a compõem como o desenvolvimento urbano agrário, agricultura urbana, periurbana e rural, abastecimento, saúde, educação, assistência social e meio ambiente, entre outras.

Como alcançar as metas da ODS 2?

- Aumentar a produtividade agrícola, em particular das comunidades tradicionais, bem como dos pequenos produtores nas áreas rurais do município, através de investimentos em capacitação e facilitação de acesso à insumos.
- Aumentar os investimentos na infraestrutura rural, em especial com aposta em novas tecnologias para irrigação e energia que permitam redução de custos e maior eficiência.
- Investimentos na pesquisa agrícola direcionada, com parcerias diretas entre o poder público, produtores, academia e outras instituições produtoras de conhecimento que possam focar pesquisas em aplicação direta.
- Investir nos serviços de extensão estreitando relação entre academia, população e produção rural.
- Desenvolvimento tecnológico e em bancos genéticos de plantas com sementes, diversificação da produção e resgate de conhecimentos e técnicas tradicionais agrícolas.
- Bem como na capacidade de produção agrícola
- Adotar medidas que garantam o balanço nutricional adequado dos alimentos consumidos pelas crianças, adolescentes, jovens e adultos nas escolas do Município através de nutricionistas e planejamento de cardápio adequado ao período do ano e costumes da população.

AMOSTRA DO E-BOOK

- Adotar medidas para fomentar a agricultura familiar e a agroecologia, bem como ampliando a aquisição de insumos para os pequenos produtores locais para a alimentação escolar, incentivando a diversificação de suas produções em função da garantia de um mercado consumidor.
- Potencializar o uso sustentável da Mata Atlântica por meio de atividades sustentáveis.
- Promover políticas públicas de associativismo que possam reduzir custos e infraestrutura para produtores rurais, ao mesmo tempo que promova a troca de experiências e knowhow.

AMOSTRA DO E-BOOK

Do que se trata esta ODS?

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

Qual a importância do ODS 3 para o Município?

O ODS 3 tem seu foco na saúde e no bem-estar e consiste em ajudar as pessoas a viverem mais tempo e em melhores condições. Essas questões são bastante abrangentes e transversais, já que a saúde está relacionada não apenas com serviços específicos, mas também com diversos outros fatores como a oferta de água potável e de sistemas de esgotamento sanitário, a nutrição e a alimentação saudável, a contaminação ambiental, a produção agrícola, a prática esportiva e o transporte.

Outra causa importante de danos à saúde e mortes são os acidentes de trânsito. Os governos locais podem tomar medidas eficazes por meio de boa sinalização, sistemas de redução de velocidade e educação no trânsito. A contaminação por HIV/Aids tem sido um sinal de alerta em todo o mundo e não é diferente no Brasil. Essa é considerada cada vez mais uma questão de governança local. Os centros urbanos são o principal foco de propagação dessa doença, em razão da alta densidade populacional e sua prevalência entre grupos vulneráveis. Outra questão que merece atenção dos governos locais são as doenças transmitidas por mosquitos, como dengue, chikungunya e zika virus (transmitida pelo mosquito Aedes aegypti) e a malária. Campanhas de conscientização e mobilização dos agentes de saúde para prevenção e tratamento são essenciais para evitar surtos dessas doenças e garantir o bem-estar da população. A contaminação da água, do solo e dos alimentos

AMOSTRA DO E-BOOK

produzidos com uso descontrolado de agrotóxicos também tem sido crescente causa de doenças nas áreas rurais e urbanas.

Especificamente em relação à área da saúde, o Município tem papel importante no fornecimento de serviços de saúde e assistência social.

Indicadores Brasil:

Das 303 mil mulheres morreram por complicações na gravidez e no parto em 2015. Quase todas essas mortes ocorreram em países de baixa e média renda (99%). Dados disponíveis desde 2007 mostram que menos da metade de todos os nascimentos em vários países de baixa e média renda foram atendidos por pessoal de saúde qualificado. Globalmente, estima-se que mais de 40% de todas as gestantes não receberam cuidados pré-natais em 2013. As taxas de mortalidade entre menores de cinco anos continuaram a melhorar em 2016, caindo para 41 a cada 1.000 nascidos vivos. Em 1990 a estimativa era de 93 a cada 1.000 nascidos vivos.

No entanto, em 2016, morreram por dia 15 mil crianças menores de cinco anos. A mortalidade neonatal caiu de 37 a cada 1.000 nascidos vivos em 1990, para 19 a cada 1.000 nascidos vivos em 2016. Quase 800 mil mortes por suicídio ocorreram em 2016, com a taxa mais elevada na Região Europeia (15,4 por 100.000 habitantes). A taxa de mortalidade devido a lesões no trânsito foi 2,6 vezes maior em países de baixa renda (24,1 mortes por 100.000 habitantes) do que em países de alta renda (9,2 mortes por 100.000 habitantes), apesar de haver uma quantidade menor de veículos em países de baixa renda. Estima-se que haja, anualmente, 12,8 milhões de nascimentos entre meninas adolescentes de 15 a 19 anos (OPAS, 2018)

Indicadores Minas Gerais

Em Minas Gerais, a taxa de fecundidade era de 1,57 no ano de 2010 e, para 2025, a média de filhos nascidos vivos por mulher, segundo a projeção do IBGE será de 1,61. Taxas inferiores a 2,1 são sugestivas de fecundidade insuficiente para assegurar a reposição populacional.

A estrutura etária da população mineira vem se modificando ao longo das décadas em função da queda da fecundidade e da elevação da expectativa de vida. Houve uma elevação do índice de envelhecimento, tendo os indivíduos com 60 anos

AMOSTRA DO E-BOOK

ou mais apresentado um aumento de 59,8% no período de 2010 a 2025, enquanto a participação dos indivíduos menores de 15 anos teve um decréscimo de 21,4% no mesmo período. Em relação ao perfil morbimortalidade, as causas básicas mais incidentes de mortalidade são doenças e agravos não transmissíveis, sendo somente as doenças do aparelho circulatório e as neoplasias responsáveis por quase metade das mortes (42,7%). Posteriormente, aparecem as doenças do aparelho respiratório e as causas externas, 12,6% e 9,4% respectivamente.

Os óbitos dos menores de um ano vêm decrescendo desde as primeiras décadas do século passado em todo o país. Em Minas Gerais, constata-se uma redução contínua e sustentada da mortalidade infantil no período de 2006 a 2018. A variação proporcional relativa da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) foi de 16,8%, passando de 13,16 para 10,95 óbitos por mil nascidos vivos. Com algum diferencial, todos os componentes da mortalidade infantil também acompanharam essa tendência de declínio (diminuições relativas de 19,05%, 20,58% e 1,97% para as taxas de mortalidade neonatal precoce, pós-neonatal e neonatal tardia respectivamente).

Quanto à mortalidade materna, segundo o tipo e principais causas, observa-se que as causas obstétricas diretas foram responsáveis por 76% das mortes em 2018, com destaque para as doenças hipertensivas e hemorragia obstétricas, complicando gravidez, parto e puerpério. No ano de 2018, foram processadas 1.253.288 internações de residentes de Minas Gerais no SUS, independentemente do Estado onde o indivíduo se hospitalizou. Como esperado, a maioria delas é proveniente de gravidez, parto e puerpério, visto que é uma condição fisiológica das mulheres e que necessita de procedimentos médicos no âmbito hospitalar. Em seguida, aparecem as doenças do aparelho circulatório, causas externas e doenças do aparelho respiratório, consecutivamente.

Apesar dos avanços existentes em relação ao diagnóstico e tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV/AIDS), o cenário epidemiológico do agravo mostra um aumento do número de casos, representando um problema de saúde pública relevante no Estado de Minas Gerais. Em 2018, foram notificados no Estado de Minas Gerais 5.220 novos casos de HIV/AIDS, representando uma taxa de incidência de 2,6 casos para cada 10.000 habitantes.

AMOSTRA DO E-BOOK

Considerando as internações hospitalares no SUS, verifica-se no ranking das internações, entre os anos de 2010 a 2018, segundo a Classificação Internacional de Doenças 10ª edição – CID 10 que no estado de Minas Gerais as doenças crônicas não transmissíveis (N= 3.363.846) estão nos primeiros lugares (gráfico 61). Desse total, as Doença do Aparelho Circulatório representam (39,5%), Doença do Aparelho Respiratório (35,0%), Neoplasias (21,2%) e Diabetes Mellitus (4,2%) (Minas Gerais, 2020).

Indicadores Poços de Caldas:

A Rede de atenção da Secretaria Municipal de Saúde de acordo com o Plano Municipal de Saúde é composta:

- 35 Unidades Básica de Saúde, com Estratégia de Saúde da Família, sendo 27 na área urbana e 6 na área rural, com 33 Equipes de Saúde da Família cadastradas, 10 equipes de Saúde Bucal e 03 Equipes de Núcleo Apoio a Saúde da Família/NASF;
- 02 Unidades Básica de Saúde (UBS) convencionais;
- 01 Equipe de Consultório na Rua;
- 01 Programa Materno Infantil;
- Saúde bucal: 01 Consultório Odontológico na Policlínica Central, 01 Consultório Odontológico no Centro Vila Unidas, 01 Consultório Odontológico no Centro de Referência DST/AIDS, 03 Consultórios Odontológicos na Zona Rural, 03 Consultórios Odontológicos na Regional Sul, 11 Consultórios Odontológicos nas UBS: São José, Esperança I, Esperança II, Parque Pinheiros, Itamaraty, Country Club, Santa Rosália, Kennedy I, Kennedy II, Quissisana e Santa Augusta; 03 consultórios odontológicos na Regional Leste.
- 03 Núcleos de Especialidades: Núcleo de Especialidades Centro/Policlínica; Núcleo de Especialidades Sul – Hospital Margarita Morales/HMMM; Núcleo de Especialidades Leste – Hospital da Zona Leste/HZL, com atendimento na área do Adulto, Saúde da Mulher e da Criança.
- 01 Centro de Especialidades Odontológicas/CEO;
- 02 Serviços de Saúde Mental: um CAPS II e um CAPS AD;

AMOSTRA DO E-BOOK

- Rede de Urgência e Emergência: UPA; PA do HMMM, SAMU e 01 Serviço de Atenção Domiciliar/SAD;
- 01 Laboratório Municipal de Análises Clínicas (na Policlínica);
- Assistência Farmacêutica: Farmácia Central (Policlínica) e três Farmácias Regionais
- HZL, Farmácia da região Oeste/Vilas Unidas) e dispensários de medicamentos nas UBS;
- 01 Centro de Referência em Saúde do Trabalhador/CEREST;
- 01 Centro de Referência em DST/AIDS e Hepatites Virais;
- Serviço de Vigilância Sanitária;
- Vigilância Epidemiológica;
- Vigilância Ambiental;
- 01 Centro de Controle de Zoonoses/CCZ;
- Serviços de Fisioterapia: HZL; HMMM; UBS Centro e Termas Antônio Carlos.

E-BOOK

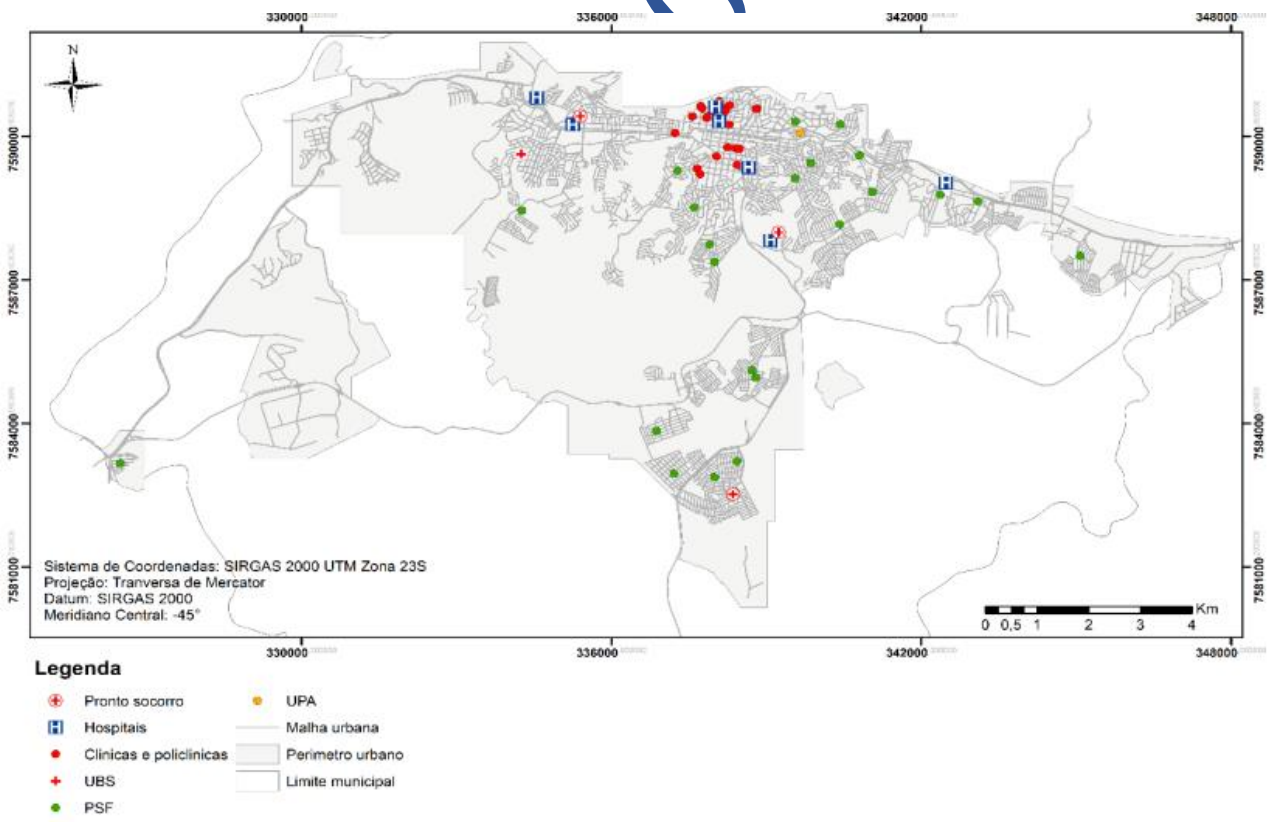


Figura 8: Localização dos equipamentos de saúde

Fonte: Plano Municipal de Mobilidade Urbana, 2019

O Sistema Único de Saúde/SUS de Poços de Caldas conta com serviços contratados e conveniados com a Prefeitura: Hospital Santa Casa de Poços de Caldas; Hospital Santa Lúcia; APAE; Clínica Santa Clara (internação para dependentes químicos); APHAS; 02 laboratórios de prótese dentária; FUNGOTAC; contratos para realização de exames de apoio diagnóstico com 08 laboratórios, 01 de medicina nuclear, 03 de imagens (tomografia, ressonância magnética); 02 de radiografias odontológicas; 05 de fisioterapia além da AACD, ADEFIP, HEMOCENTRO e CISMARPA.

Historicamente a mortalidade infantil tem se configurado como um dos indicadores mais utilizados para medir o nível de saúde e desenvolvimento social de uma população. E são fontes de informação primárias para avaliar as condições de saúde de uma população. Analisando a série histórica, observamos que a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) do município tem se mantido estável e baixa, de acordo com classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS) que divide em três categorias: Alta (50 ou mais óbitos por 1000 nascidos vivos), Média (20 a 49 por 1000) e Baixa (menores de 20 por 1000).

Nos últimos três anos, o município conseguiu TMI abaixo de 10 por mil nascidos vivos. Observa-se que a mortalidade infantil está concentrada no período neonatal (até 28 dias de vida), principalmente na primeira semana de vida (taxa de mortalidade neonatal precoce). O perfil de mortalidade infantil da Região Sudeste do Brasil, aponta a necessidade de investimentos na Atenção Materno Infantil/Rede Cegonha, como: melhoria do pré-natal para redução de prematuridade, bem como da atenção ao parto e aos recém nascidos, além do seguimento da criança até um ano de vida.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde de Poços, a taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos em 2018, foi de 9,6 no município. Em 2017, o índice registrado havia sido de 11,1. Em 2019 a PMPC investiu em torno de 28,27% de recursos financeiros na saúde (TCEMG, 2019). Os obitos maternos são aqueles decorrente de complicações na gestação, geradas pelo aborto, parto ou puerpério (até 42 dias após o parto).

Vale destacar que ao analisar a taxa de mortalidade materna no âmbito municipal o indicador torna-se muito instável, por isso apenas uma morte causa um grande efeito no indicador. A taxa de mortalidade materna máxima recomendada

AMOSTRA DO E-BOOK

pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS) é de 20 casos a cada 100 mil nascidos vivos. A meta estabelecida para o Brasil é de 35 casos.

Em 2017, o município registrou a taxa de mortalidade materna de 51,71 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos, e em 2014 apresentou um salto para 148,4. No caso deste município, de 1996 a 2017, o número de óbitos maternos foi de 24

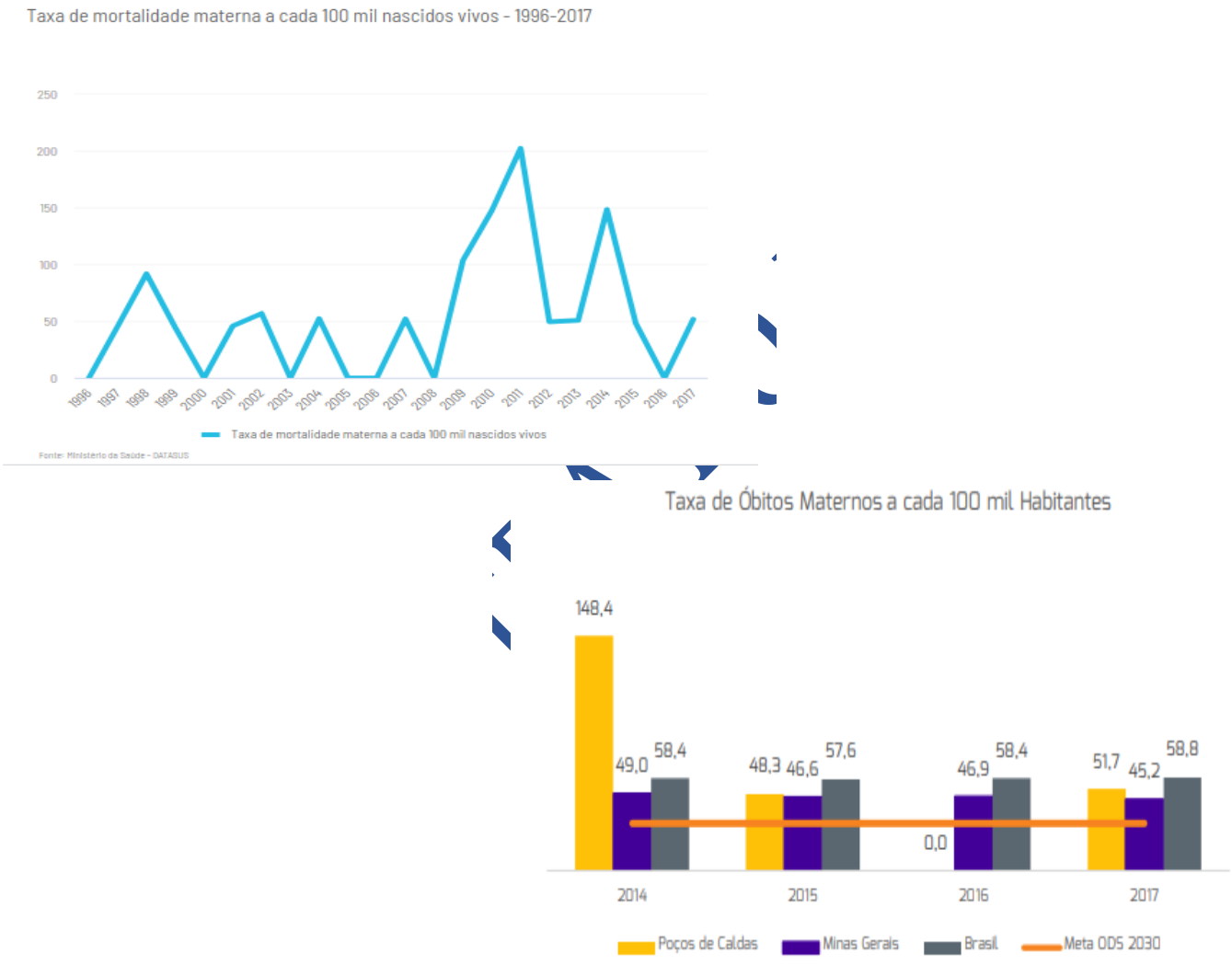


Figura 9 e 10: Taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos (1996-2017)
Fonte: DATASUS

Em 2017, dos partos realizados, 66,03% foram **cesarianas** e 33,97% de **partos normais**. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda, no máximo, 15% de cesarianas.

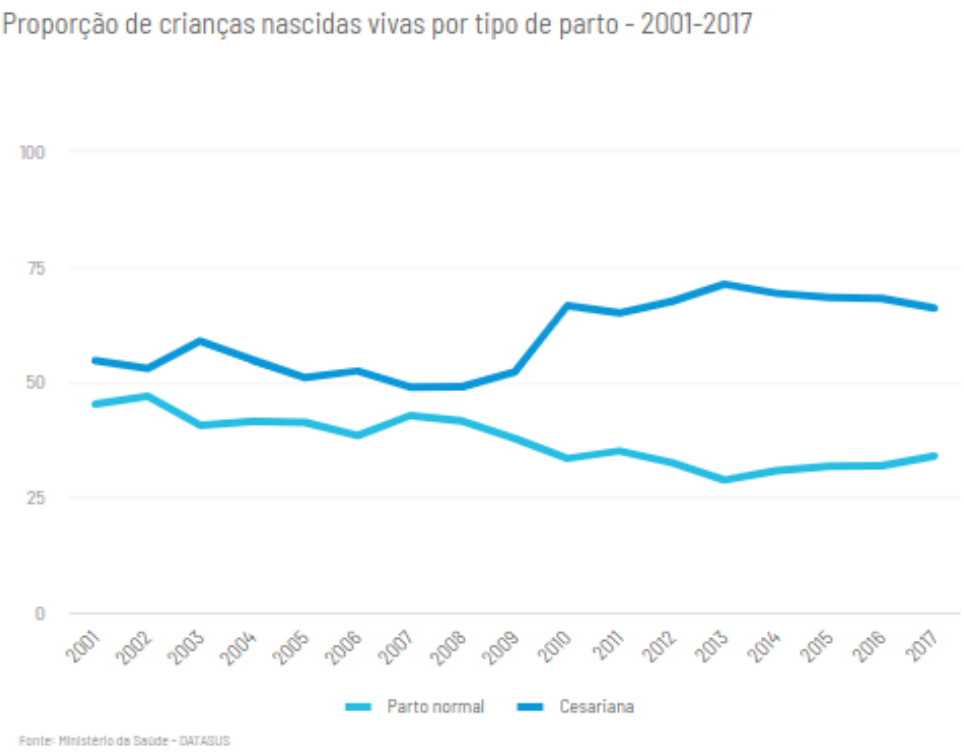


Figura 11: Proporção de crianças nascidas vivas por tipo de parto (2001/2017)

Fonte: DATASUS

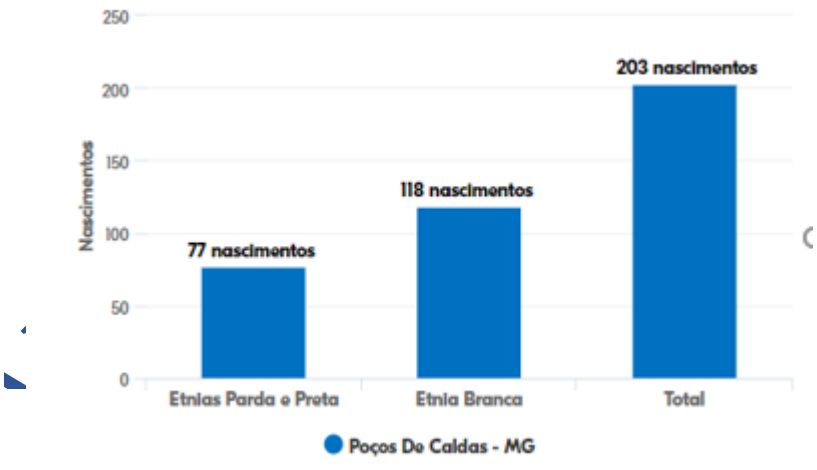
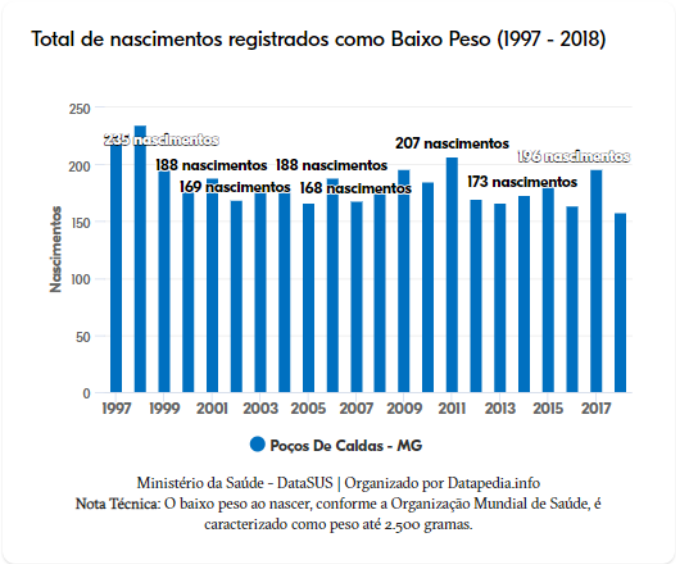


Figura 12: total de partos de mães adolescentes (ate 19 anos) por cor/raça

Fonte: DATASUS (2021)

Quanto ao número de consultas pré-natais, a proporção de gestantes sem acompanhamento pré-natal, em 2017, neste município, foi de 0,16%. As gestantes com 7 ou mais consultas representavam 82,06%.



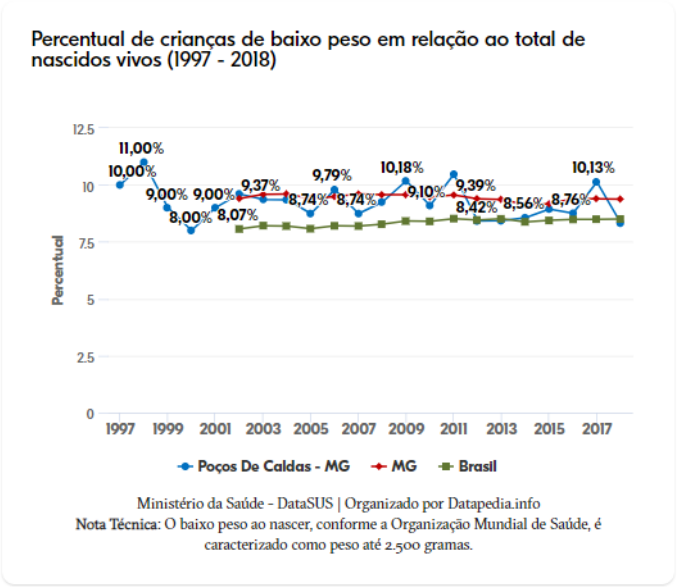


Figura 13 e 14: nascimento de crianças com baixo peso (1997-2018)

Fonte: DATASUS (2021)

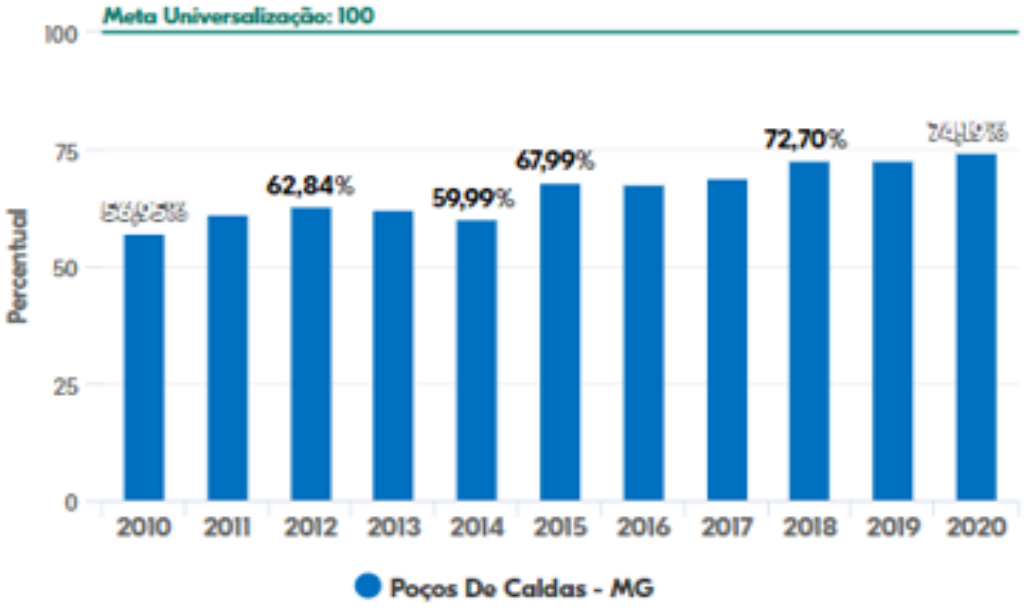


Figura 15: Percentual de cobertura de ESF

Fonte: DATASUS (2021)

Um dos principais indicadores da qualidade de vida de uma população, diretamente relacionado ao sistema de saúde, é a mortalidade infantil. Este indicador é afetado por diversos componentes, como o saneamento básico, o abastecimento alimentar, a educação a gestantes, entre outros, e sua redução gradual vem da melhoria das condições de vida urbana e do avanço da saúde coletiva e preventiva.

A taxa de mortalidade de crianças menores de um ano, em 1996, era de 18,08 óbitos a cada mil nascidos vivos; em 2017, reduziu para 10,86 óbitos.

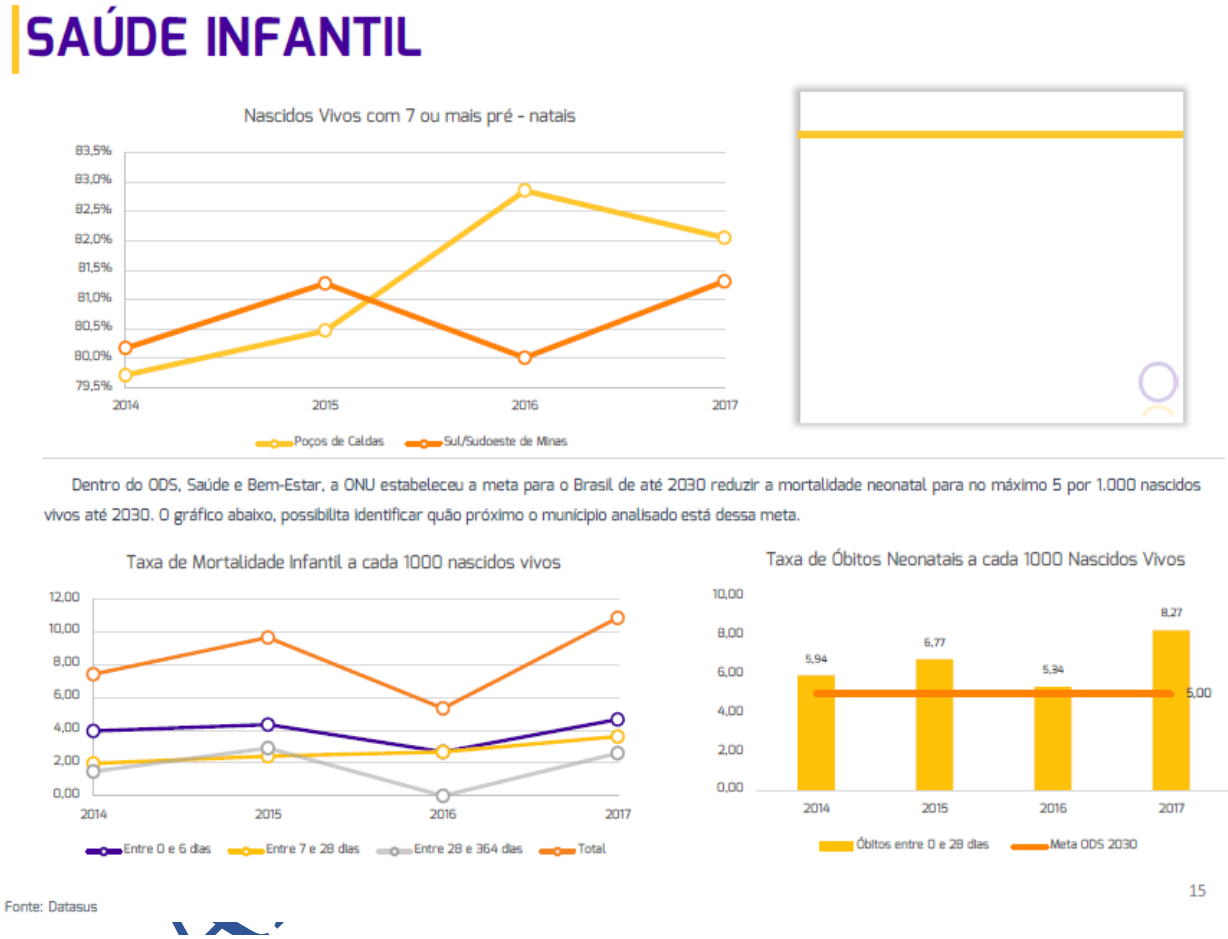


Figura 16: numero de nascidos vivos com 7 ou mais pre natais

Figura 17: taxa de mortalidade infantil a cada 1000 nascidos vivos

Figura 18: taxa de obtidos neonatis a cada 1000 nascidos vivos

Fonte: DATASUS (2021)

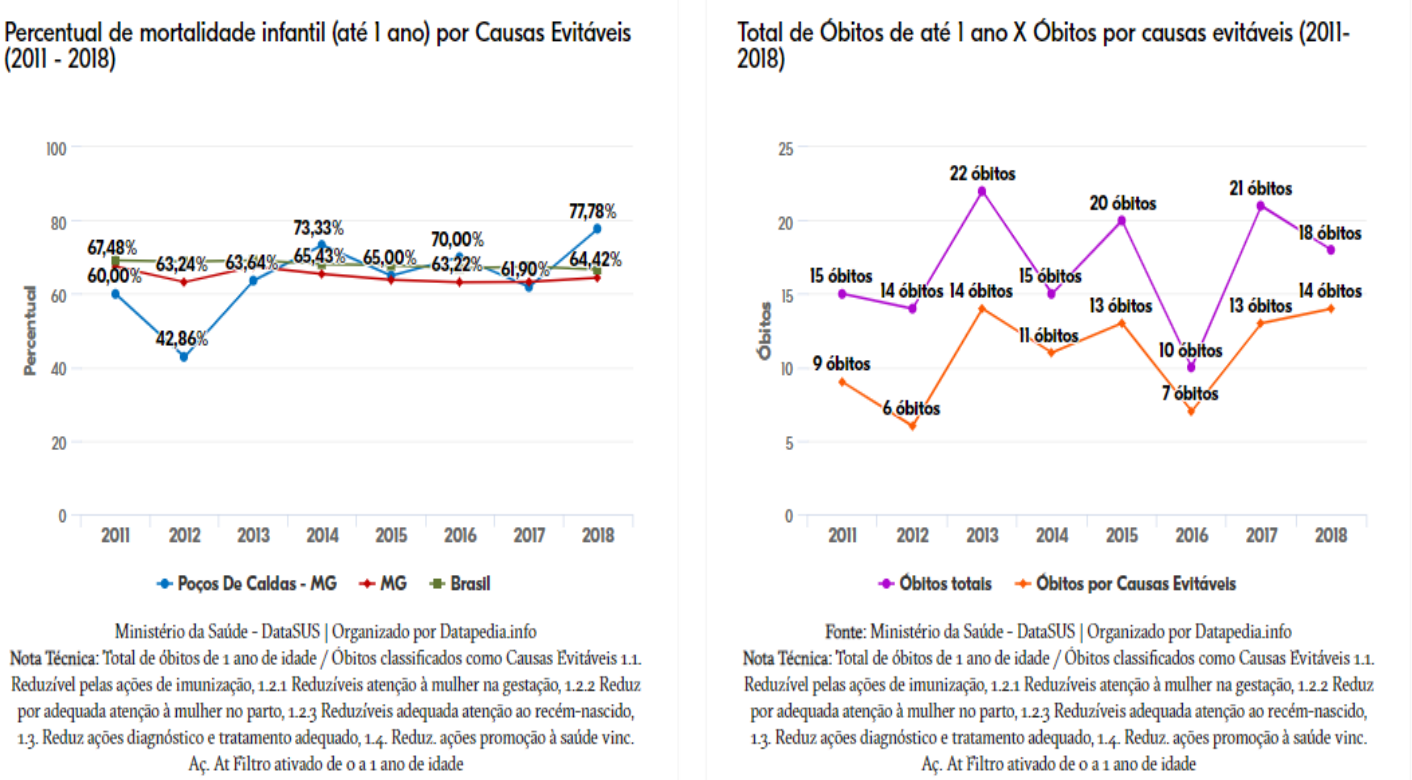


Figura 19 e 20: mortalidade infantil por causas evitáveis (2011-2018)

Fonte: DATASUS (2021)

Vale observar que o número total de óbitos de crianças menores de um ano, de 1996 a 2017, foi 556.

A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, em 1996, era de 21,79 óbitos a cada mil nascidos vivos; em 2017, este percentual passou para 12,93 óbitos a cada mil nascidos vivos, indicando redução da mortalidade.

O número total de óbitos de crianças menores de 5 anos no município, de 1996 a 2017, foi 652.

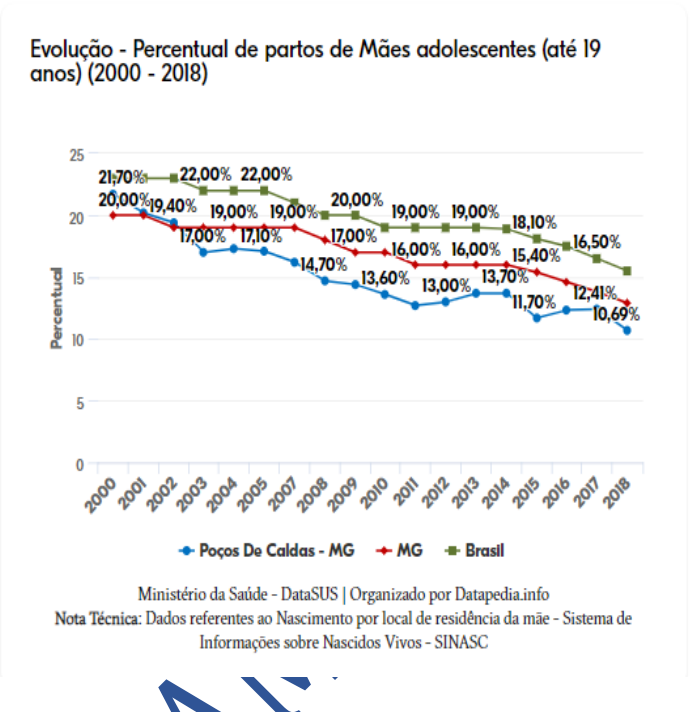
Uma das estratégias de prevenção da mortalidade infantil é a vacinação contra doenças imunupreveníveis. Em 2014, 94% das crianças menores de 1 ano estavam com a carteira de vacinação em dia.

Das mortes de crianças menores de um ano de idade ocorridas no município, em 2017, 42,86% foram crianças com menos de 7 dias de vida, a chamada mortalidade

neo-natal. Outros 33,33% ocorreram no período de 7 a 27 dias (neo-natal tardia) e os 23,81% restantes no período pós-neonatal, entre 27 dias e 1 ano.

Em 2017, 68,75% das mortes que ocorreram em menores de 0 a 27 dias eram evitáveis. As causas de mortes evitáveis mais frequentes foram: Reduzível por adequada atenção ao recém-nascido (37,50%); e reduzível por adequada atenção à mulher na gestação (18,75%).

Em relação ao percentual de gravidez na adolescência tem um importante componente de educação e estrutura familiar; porém, afeta os indicadores de saúde materna e infantil, tanto por questões de estrutura psicológica quanto fisiológica exigida para suportar a gravidez e a maternidade precoces. Em 2017, 12,41% das crianças que nasceram no município eram de mães adolescentes (de 10 a 19 anos).



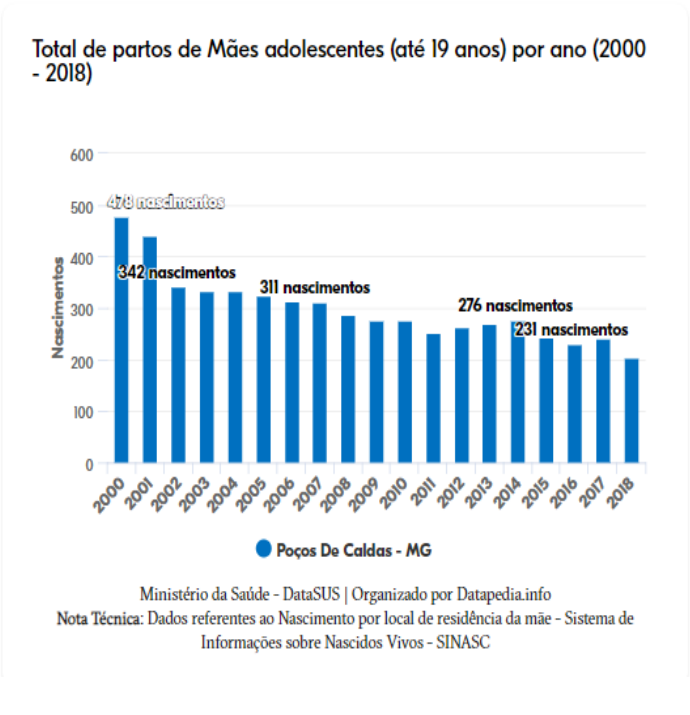


Figura 21 e 22: Percentual de partos em mães adolescentes (até 19 anos)

Fonte: DATASUS (2021)

O município teve de 1990 a 2018, 613 casos de AIDS diagnosticados; destes, 176 femininos e 437 masculinos.

No município, a taxa de incidência, em 2018, era de 4,82 casos a cada 100 mil habitantes e a mortalidade, em 2017, 3,61 óbitos a cada 100 mil habitantes.

Em 2018, do número total de casos de AIDS, 0% eram jovens de 15 a 24 anos, enquanto que as mulheres representavam 25% dos casos.

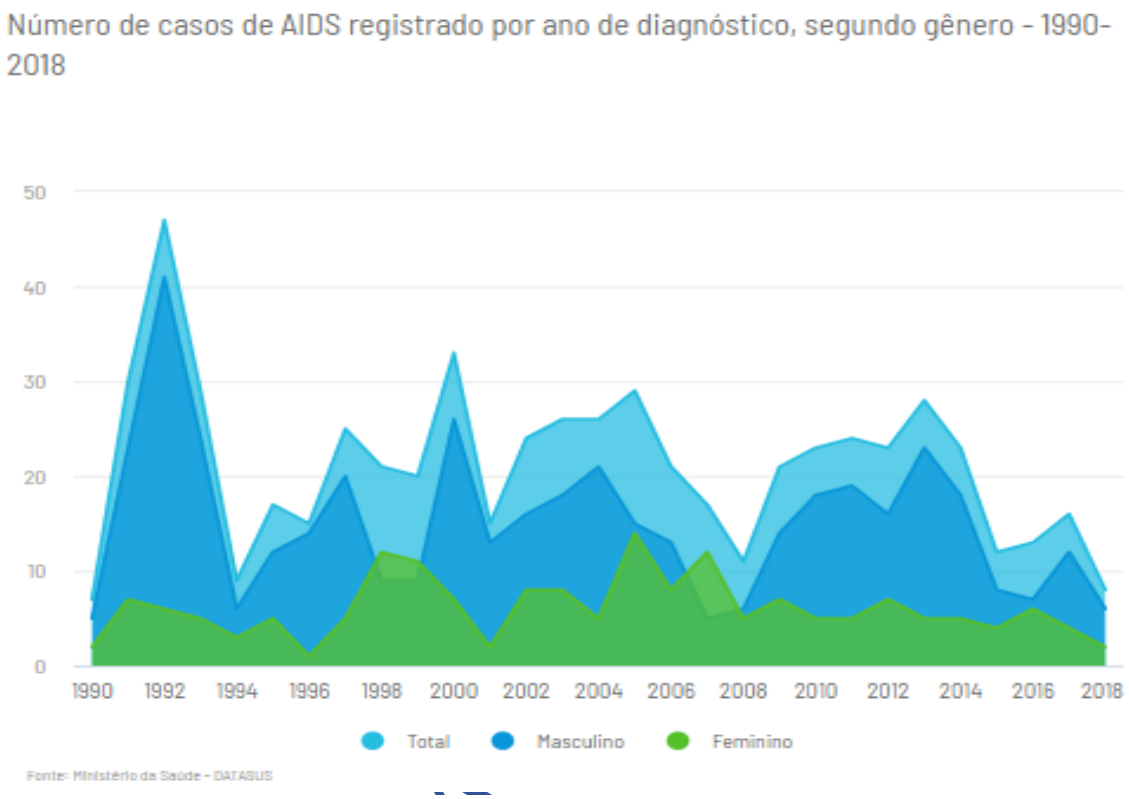


Figura 23: número de casos de AIDS por ano de diagnostico, segundo gênero (1990-2018)

Fonte: DATASUS (2021)

Algumas doenças são transmitidas por mosquitos, tais como malária, febre amarela, leishmaniose, dengue, dentre outras. No município, entre 2001 e 2016, houve 376 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais 4 casos confirmados de malária, nenhum caso confirmado de febre amarela, 9 casos confirmados de leishmaniose, 363 notificações de dengue.

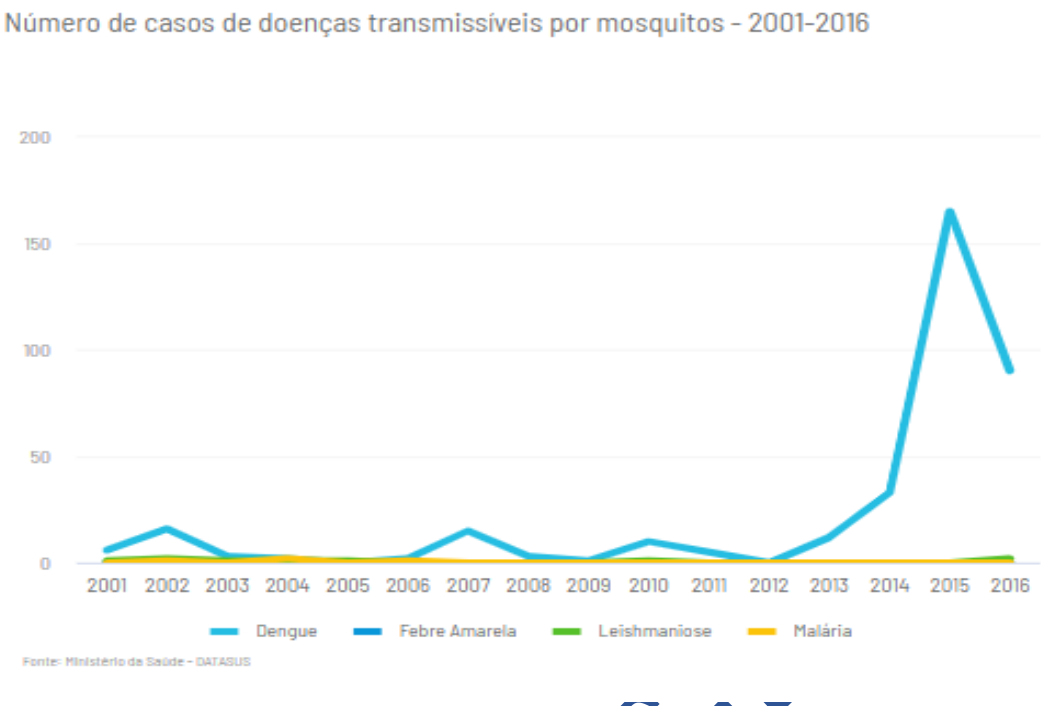


Figura 24: numero de casos de doenças transmissíveis por mosquitos (2001-2016)

Fonte: DATASUS (2021)

Em relação a tuberculose é uma doença infecciosa e transmissível que afeta prioritariamente os pulmões. É um sério problema de saúde pública, com profundas raízes sociais, mas tem cura e tratamento disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde. Em 2018, foram notificados 30 casos de tuberculose. E a taxa de mortalidade de tuberculose, em 2017, era de 0 óbitos a cada mil habitantes. Em uma situação ideal, os óbitos ocorreriam apenas por mortes naturais, em idades avançadas; porém, no contexto das transições epidemiológica, demográfica e nutricional, bem como na globalização dos padrões de consumo, de alimentação e hábitos de vida, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são um dos principais problemas de saúde em todo mundo e que impactam diretamente da taxa de mortalidade.

Em 2015, dos óbitos prematuro de pessoas de 30 a 69 anos que ocorreram devido a doenças crônicas não transmissíveis, 6,32% foram em decorrência de diabetes mellitus; 43,12% doenças cardiovasculares; 9,29% doenças respiratórias e 41,26% neoplasias. No município, o número de internações hospitalares relacionadas ao uso de álcool e outras drogas diminuiu, passando de 342, em 2008, para 94 internações em 2018.

Em 2018, as internações que ocorreram no município foram classificadas da seguinte maneira: 56,38% como transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool (53 internações); 38,30% como transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de outras substâncias psicoativas (36 internações); 5,32% como doença alcoólica do fígado (5 internações).

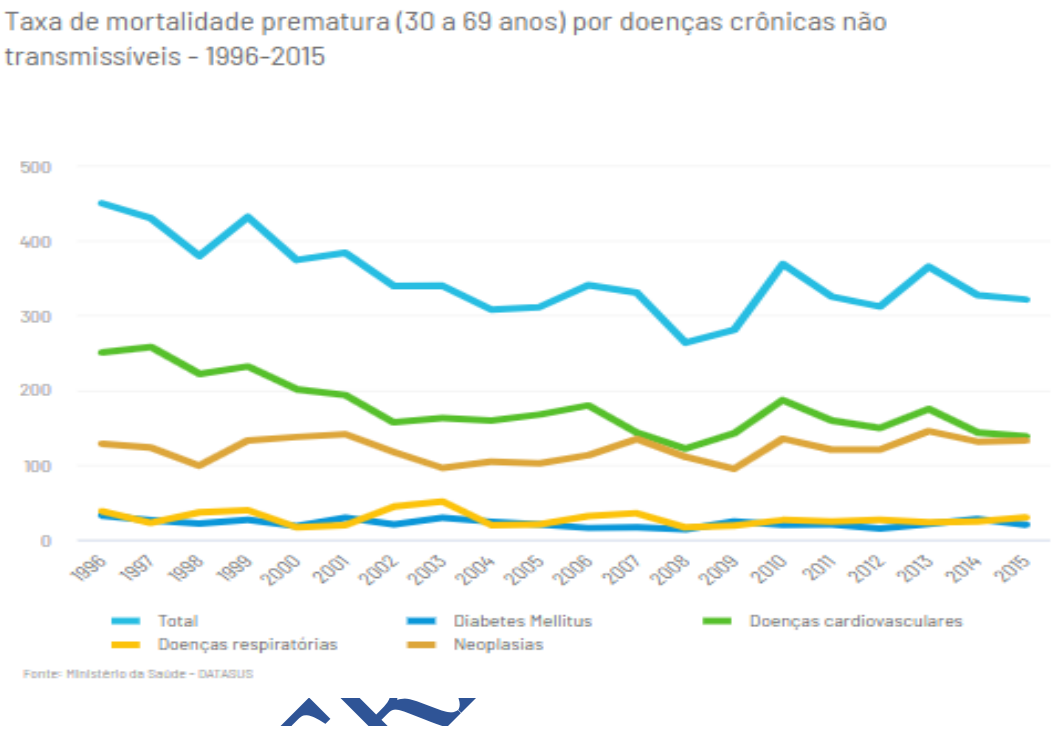


Figura 25: taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissiveis (1996-2015)

Fonte: DATASUS (2021)

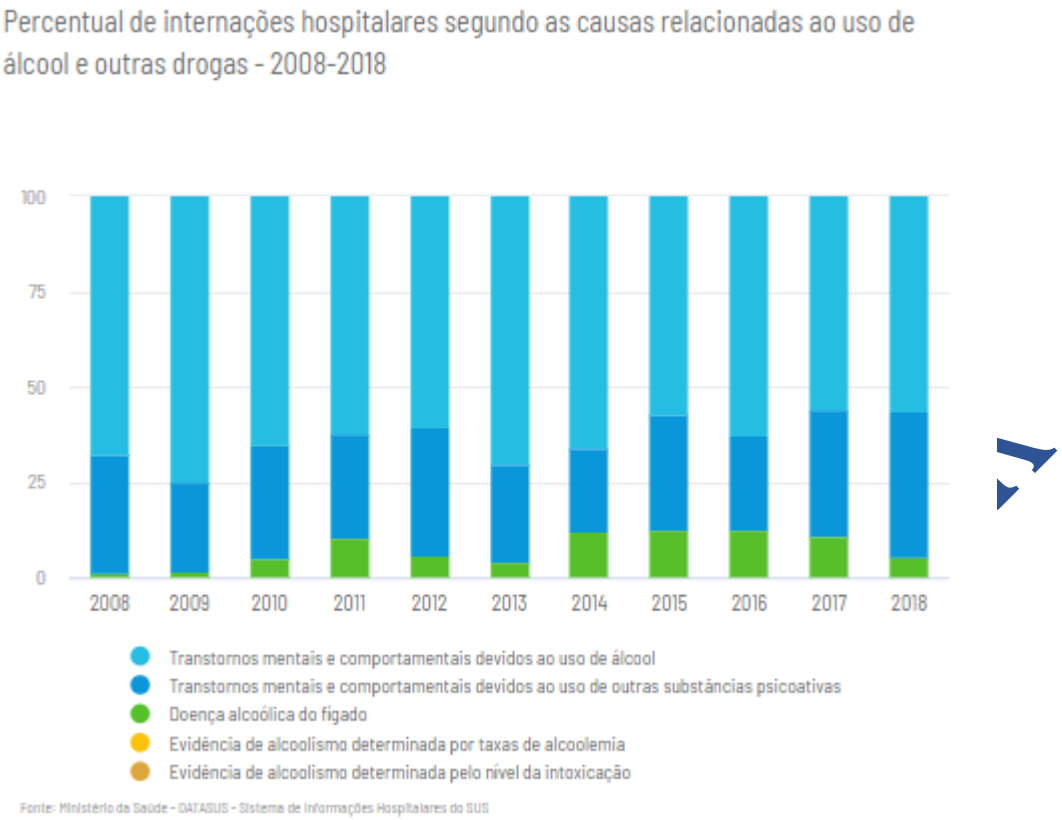


Figura 26: percentual de internações hospitalares segundo causas relacionadas ao uso de álcool ou outras drogas (2008-2018)4

Fonte: DATASUS (2021)

Discussão

Apesar da abrangência da infra estrutura em saúde no município, as comorbidades existem e sempre devem ser combatidas, visando a máxima redução destas. Mesmo sendo um programa do governo federal, a distribuição de medicamentos costuma ter problemas de falta de insumos e o município pode atuar em carater suplementar quando necessário e isto poderia ser melhorado com a criação do setor de Assistencia Farmacêutica, que não existe no municipio. Hoje os gestores veem o setor como um mero repassador de medicamentos sem avaliar o cuidado com o paciente. .

Bem como desenvolver ações articuladas de prevenção, acolhimento e acompanhamento no atendimento a pessoas em situação de violência; impulsionar o processo de organização da Atenção Básica no Município, com base em um modelo

único de atenção e no estabelecimento de protocolos e fluxos efetivos de acesso dos usuários entre os pontos de atenção, considerando a concepção das Redes de Atenção à Saúde e linhas de cuidado; desenvolver ações de atenção a usuários de álcool e drogas nas unidades de atenção básica, de forma articulada com o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e com as Redes de Atenção à Saúde, estendendo e ampliando esta linha de cuidado para a população em situação de rua (consultórios na rua);

Como alcançar as metas da ODS 3?

- Ampliar o acesso à seguridade social das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão, como mulheres, meninas, pessoas LGBTIQ+, migrantes, aquelas que sofrem de algum tipo de deficiência, idosas e afrodescendentes, através da criação de grupos de apoio e conselhos municipais com participação popular.
- Diminuir os casos de AIDS, tuberculose e combater a hepatite, intensificando as campanhas, direcionando para o público alvo.
- Combater as doenças transmitidas pela água com despoluição dos corpos hídricos e implementação de programas que assegurem a informação das condições de balneabilidade nas recreações.
- Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias danosas à saúde, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e o uso nocivo do álcool. e implementar políticas de redução de danos.
- Facilitar o acesso aos medicamentos e às vacinas essenciais agindo em carater suplementar aos programas federais quando necessário.
- Desenvolver campanhas de trânsito, a fim de diminuir o número de acidentados e mortes em acordo com as diretrizes de lei de trânsito e desenvolver modais alternativos de deslocamento, além de criar melhores condições para deslocamentos a pé
- Avaliar quais diferentes tipos de câncer são os mais acometidos em Poços de Caldas em função do tipo, gênero e idade.

AMOSTRA DO E-BOOK

- Intensificar as ações de promoção de saúde e de prevenção por meio de campanhas da Secretaria de Saúde.
- Desenvolver uma política municipal de prevenção do suicídio.
- Promover o uso de equipamentos públicos de lazer, como parques, áreas para prática de esportes, com eventos, campeonatos.
- Promover eventos e estruturas municipais no trânsito como passeios ciclísticos, implantação de ciclovias entre outros que promovam modais de transporte alternativo
- Fortalecer a gestão democrática e participativa da Saúde, garantindo a articulação com a sociedade civil, fortalecendo os conselhos de saúde (Conselho Municipal e Conselhos Locais).
- Articular políticas da prefeitura na área da educação, saúde, assistência social cultura e lazer para atendimento especializado aos idosos.

AMOSTRA DO E-BOOK

Do que trata esta ODS?

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todo

Qual a importância do ODS 4 para o Município?

O ODS 4 tem seu foco na educação inclusiva e equitativa para toda a população. Apesar de os governos municipais terem por obrigação constitucional apenas a educação básica, é no Município que as pessoas acessam as oportunidades de educação e de aprendizagem em todos os níveis.

Portanto, o Município tem posição privilegiada para identificar as pessoas e as comunidades mais vulneráveis e marginais e quais grupos estão excluídos dessas oportunidades. O Plano Nacional de Educação (PNE) que foi aprovado em 25 de junho de 2014, determina 20 metas a serem alcançadas ao longo de dez anos (Brasil, 2014) .

Essas metas englobam desde a educação infantil até a pós-graduação dos profissionais do magistério. Estimulam a participação das mulheres nas áreas de formação tradicionalmente masculinas, determinam que o financiamento da educação passe a ser uma meta específica e colocam com ponto central a qualidade da educação.

Desse modo, a educação básica passa a ser obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade.

AMOSTRA DO E-BOOK

Indicadores Brasil:

O atendimento de crianças de 0 a 3 anos em creches está assegurado desde a Constituição Federal de 1.988 e também pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Porém, esse atendimento ainda é um grande desafio em todo o Brasil.

Entre 2005 e 2012, as matrículas de crianças de quatro anos de idade no país aumentaram aproximadamente de 24 pontos percentuais, atingindo 61% de cobertura, ultrapassando a Finlândia (59%) e aproximando-se da Polônia (65%). No Brasil, cerca de 86% da população que possui Ensino Superior está empregada.

Ainda considerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB de 2017, nos anos iniciais, somente 2298 municípios brasileiros obtiveram nota igual ou acima de 6,0; a situação é ainda mais crítica quando se verificam os anos finais: apenas 81 municípios brasileiros conseguiram nota acima de 6,0

Já no Ensino Médio, a proporção de pessoas inseridas no mercado de trabalho é de 77%. Os brasileiros podem passar 15,9 anos estudando, dos 5 aos 39 anos de idade, abaixo da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico- OCDE, 17 anos. No Brasil, 49% dos adultos entre 25 e 64 anos concluíram o Ensino Médio, muito abaixo da média da OCDE, de 74%. O aluno médio no Brasil obteve pontuação de 395 em leitura, matemática e ciências, abaixo da média da OCDE, de 486. A reforma na educação foi aprovada em 2016. Ela reduziu o número de matérias obrigatórias, dando mais opções e mais espaço de personalização do conteúdo letivo para estudantes com menos inclinação acadêmica. É provável que isso reduza as taxas de abandono escolar.

Indicadores Minas Gerais

Nos anos iniciais, a rede pública do estado alcançou em 2017 o 2º melhor IDEB do país. Entre 2005 e 2017, apesar da melhora nos anos iniciais, o resultado da rede pública ainda está distante do índice das escolas privadas, que foi de 8,0 em 2017 (1,7 pontos de diferença). O aumento do IDEB nos anos iniciais desde 2005 é explicado pela melhora de 26,2% em desempenho e de 10% em rendimento escolar.

Nos anos finais, houve redução do IDEB de 2015 para 2017. O indicador da rede pública do estado está praticamente estagnado desde 2011. Nos anos finais, apesar da melhora nas notas, a diferença entre as escolas públicas e privadas se manteve muito

AMOSTRA DO EDITAL

alta, de 2,5 pontos em 2017. O aumento do IDEB nos anos finais desde 2005 é explicado pela melhora de 11,6% em desempenho e de 13,2% em rendimento escola.

Entre 2005 e 2017, o estado esteve próximo às médias brasileiras. O IDEB teve uma pequena melhora em relação à 2005, de 0,2 pontos, seguindo praticamente estagnado na década. Quando comparado com as redes privadas, cuja nota em 2017 foi 6,3, a rede estadual ainda está distante, sendo um dos estados com maior diferença para a etapa.

Entre 2012 e 2018, ocorreu um aumento no número de alunos atendidos em creches no estado. Minas Gerais se encontra próxima da média nacional, de 35,6%, e abaixo da região Sudeste, de 42,4%. Houve um aumento na taxa de atendimento escolar entre 4 e 5 anos nos últimos anos. Em 2018, Minas Gerais esteve acima da média nacional, de 93,8%, e próxima da região Sudeste, de 94,9%. Entre 2012 e 2018, Minas Gerais praticamente universalizou o atendimento escolar entre 6 e 14 anos, com 99,3% de alunos nessa faixa etária matriculados em 2018. No atendimento escolar entre 15 e 17 anos, Minas Gerais avançou nos últimos anos e está próxima da média nacional, de 91,5%, e da região Sudeste, de 92,9%. Em 2018, a taxa de alunos reprovados nessa etapa de ensino foi a 3ª menor do Brasil, abaixo da média nacional, de 5,1%. Além disso, é o estado que apresenta a menor porcentagem de alunos atrasados no Brasil, quase três vezes menor que a média brasileira.

Ao analisar apenas os municípios do Estado, 609 deles nos anos iniciais e 4 nos anos finais obtiveram nota igual ou superior a 6,0.

Apesar de apresentar resultados superiores aos da média nacional na ANA, praticamente 4 a cada 10 crianças de MG não atinge nível de aprendizagem suficiente de leitura e matemática.

TRA DO E-BOOK

Indicadores Poços de Caldas:

Em 2019 a PMPC investiu em torno de 34,7% de recurso financeiros na educação de acordo com os dados disponibilizados pelo TCEMG

Atualmente a Prefeitura possui

- 25 Escolas Municipais
- 43 Centro Educação Infantil

- 01 PROMAE
- 01 Centro Municipal de Lingua Estrangeira
- 01 CEDET
- 01 Conservatório Municipal

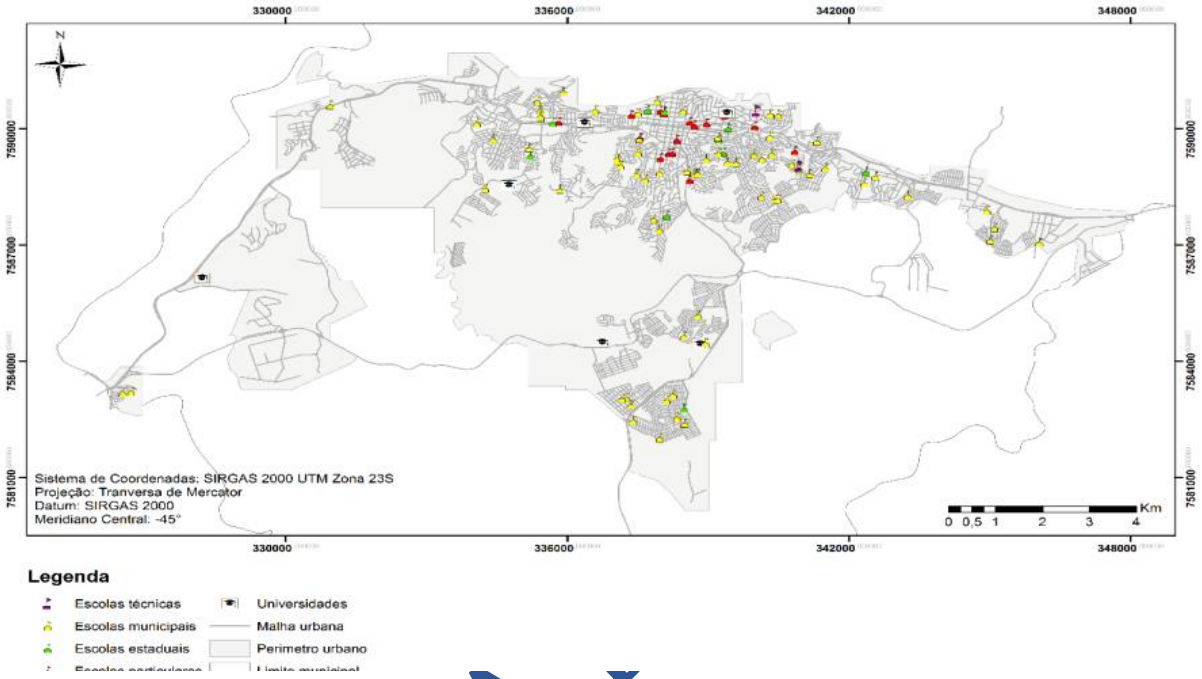


Figura 27: Mapa da localização dos equipamentos de educação

Fonte: Plano Municipal de Mobilidade Urbana (2019)

Do total de crianças de 0 a 3 anos residentes no município em 2000, 14,44% estavam matriculados em creches. Em 2010, a frequência de crianças em creches aumentou para 35,87%. A pré-escola passou a integrar a Educação Básica com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, mas foi só com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, de 2.009, que essa etapa se tornou obrigatória. Estados e municípios tiveram como prazo até 2016 para adequar suas redes de ensino para atender esta determinação.

Do total de crianças de 4 a 5 anos residentes no município em 2000, 49,28% estavam matriculados na pré-escola; este percentual passou para 65,78% em 2010.

Um dos requisitos para aumentar a qualidade do ensino, e, em consequência, o rendimento escolar e o aproveitamento dos recursos investidos, é a qualificação dos

professores. Daqueles que lecionavam em creches, em 2019, 59,70% tinham nível superior completo; nas pré-escolas, esse percentual era de 67,90%.

O que também pode contribuir para melhorar a qualidade da educação infantil é o número de alunos por turma. Neste município, em 2019, a média de alunos em cada sala de aula, era de 14 crianças por turma em creches (de 0 a 3 anos) e de 17,5 crianças por turma em pré-escolas (de 4 a 5 anos).

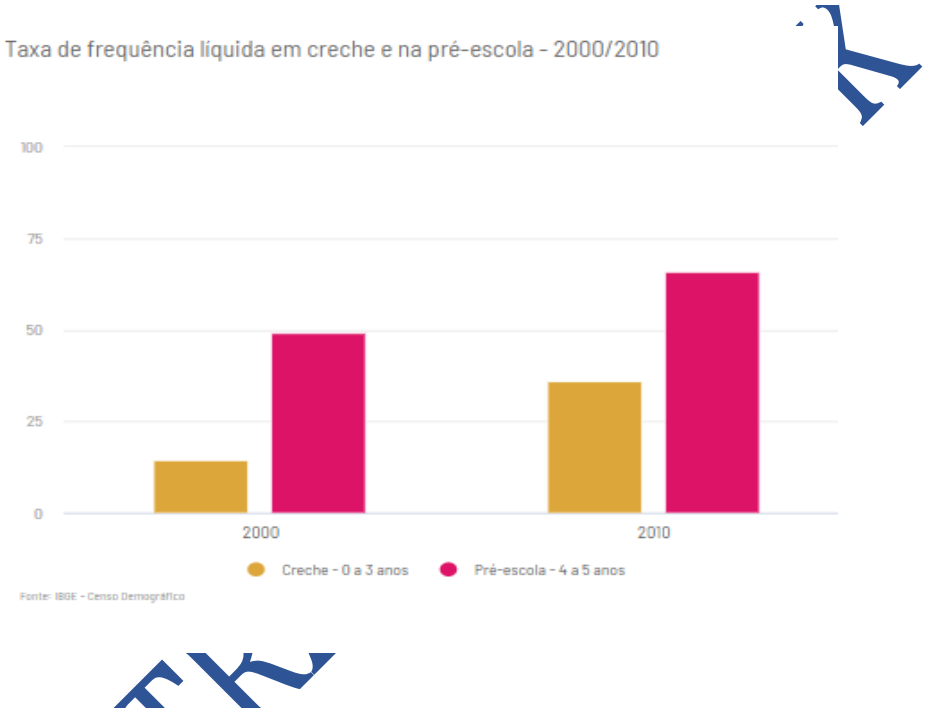


Figura 28: taxa de frequência em creches e na pre escolas (2000/2010)

Fonte: IBGE (2010)

Do total de crianças de 6 a 14 anos residentes no município, em 2010, 85,85% frequentavam o ensino fundamental. O indicador apresenta melhoria crescente nos últimos anos, mas ainda é inaceitável ter crianças nesta idade fora da escola. Os resultados são gradualmente piores na faixa etária seguinte: entre os jovens de 15 a 17 anos, apenas 53,37% frequentavam o ensino médio em 2010. A taxa de conclusão do fundamental, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 30,93% em 1991. Em 2010, este percentual passou para 63,71%. No ensino médio, os percentuais de conclusão caem significativamente. Em 1991, dos jovens de 18 a 24 anos, apenas 20,91% concluíam. Em 2010, aumentou para 60,11%.

Sobre a distorção idade-série, o aluno está nesta situação quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais. Percebe-se que a distorção idade-série eleva-se à medida que se avança nos níveis de ensino.

Em 2019, entre alunos do ensino fundamental, 5,8% estão com idade superior à recomendada nos anos iniciais e 18,8% nos anos finais. A defasagem chega a 21,1% entre os que alcançam o ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um índice que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado no último ano das séries iniciais e finais do ensino fundamental, podendo variar de 0 a 10.

O município, em 2017, está na 1.461ª posição, entre os 5.570 municípios do Brasil, quando avaliados os alunos dos anos iniciais, e na 1.150ª, no caso dos alunos dos anos finais. Quando analisada a sua posição entre os 853 Municípios de seu Estado, Poços de Caldas está na 400ª posição nos anos iniciais e na 152ª, nos anos finais. O IDEB nacional, em 2017, foi de 5,5 para os anos iniciais em escolas públicas e de 4,4 para os anos finais. Nas escolas particulares, as notas médias foram, respectivamente, 7,1 e 6,4.

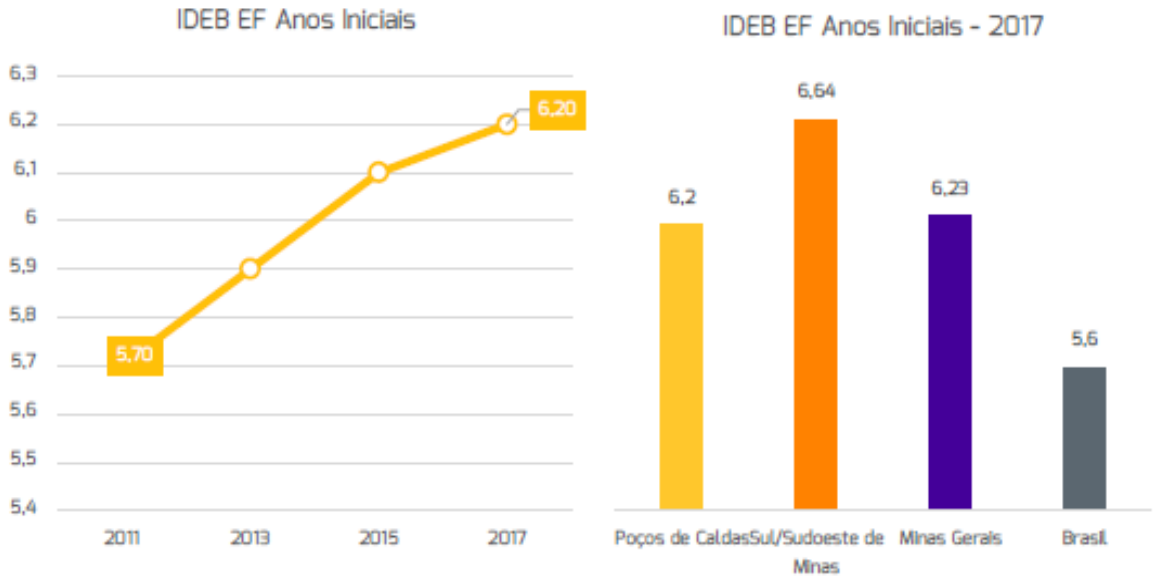


Figura 29 e 30: IDEB dos anos iniciais (2001-2017)

Fonte: MEC-INEP (2017)

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998, é uma avaliação de desempenho dos estudantes de escolas públicas e particulares do ensino médio. A avaliação contém conteúdo de ciências humanas, ciências da natureza, linguagens e matemática, além da redação. Em 2015, as médias de notas foram: 543,326 pontos em linguagens e códigos, 528,878 pontos em matemática, 592,591 pontos em ciências humanas, 510,124 pontos em ciências da natureza e 600,221 pontos em redação.

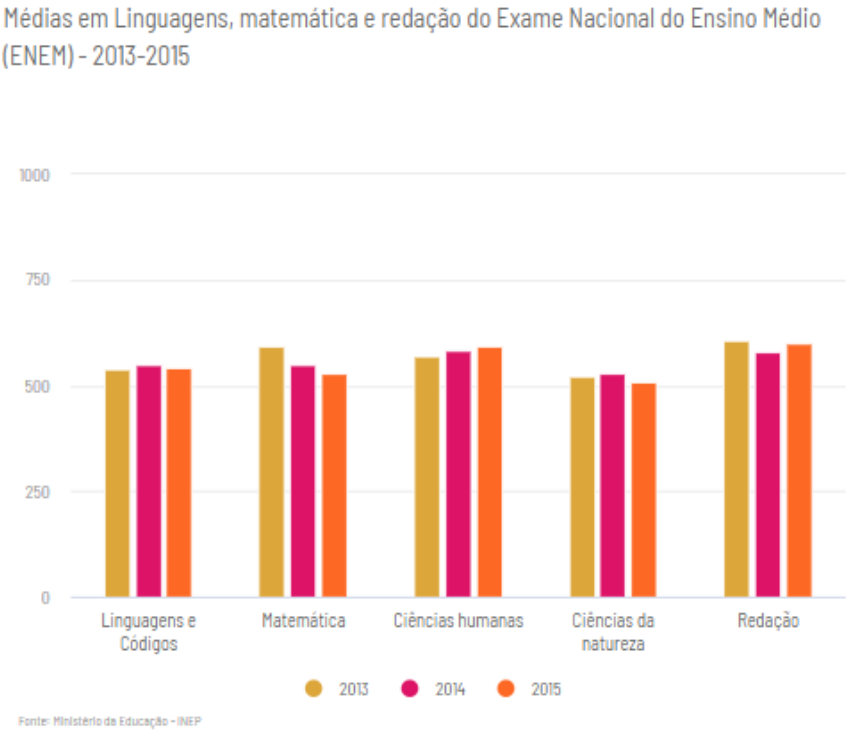


Figura 31: media em linguagens, matemática e redação do ENEM (2013-2015)

Fonte: MEC-INEP (2017)

Em 2010, o percentual de pessoas de 18 a 24 anos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, do sexo feminino, era de 12,22% e do sexo masculino 18,77%; com ensino fundamental completo e médio incompleto, 21,84% feminino e 24,98% masculino; ensino médio completo e superior incompleto, 57,54% feminino e 51,25% masculino; com ensino superior completo, 7,09% feminino e 4,28% masculino. O gráfico demonstra, também, que as mulheres têm mais anos de estudos que os homens.

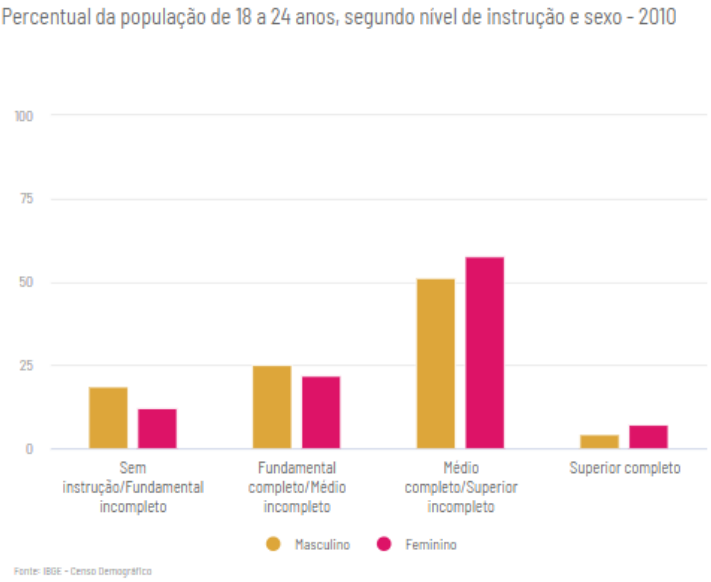


Figura 32: percentual da população de 148 a 24 anos, segundo nível de instrução e sexo (2010)

Fonte: MEC_INEP (2010)

DO E-BOOK

Nos últimos 05 anos (2018-2014) Poços de Caldas despendeu uma media de R$ 7.377,35 por alunos e teve um resultado no IDEB de 5,6 para os anos iniciais e 5,4 para os anos finais

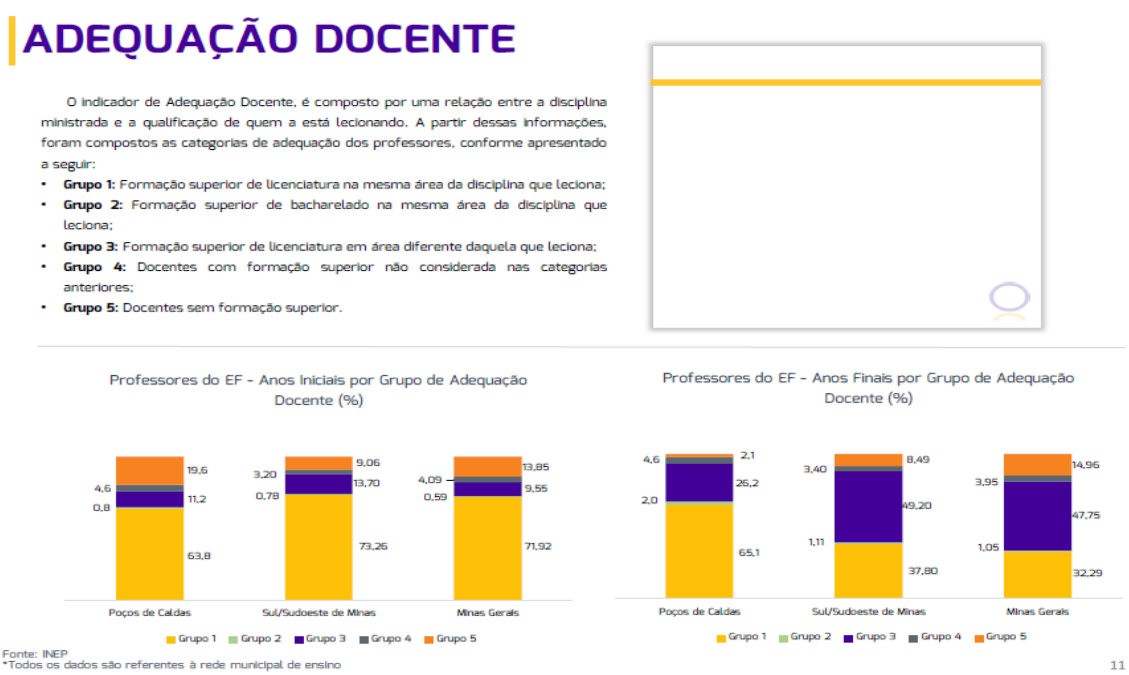


Figura 33 e 34: professores do ensino finais por grupo de adequação

Fonte: MEC_INEP (2017)

Discussão

Apesar dos investimentos e da qualidade do ensino, os números do IDEB indicam uma necessidade de melhora no ensino. Considerando a renda per capita do município seria de se esperar melhores condições e índices na educação.

Um dos grandes desafios é a manutenção da universalização do Ensino Fundamental e o atingimento ou a superação das metas do IDEB, em especial nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Destaca-se ainda o desafio no atendimento às metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME), em especial a Meta 03 – Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem

Além disso é importante acompanhar as desigualdades no acesso, na permanência e no êxito às diversas etapas do sistema de ensino no que tange a gênero, raça, dificuldades/deficiências

Como alcançar as metas da ODS 4?

- Garantir que todas as meninas e todos os meninos completem o Ensino Fundamental, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes, com programas municipais de acompanhamento escolar através da assistência social e monitoramento da frequência escolar das crianças.
- Garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e Educação Infantil, de modo que eles estejam prontos para o Ensino Fundamental.
- Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e todas as mulheres à Educação Técnica, Profissional e Superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade, agindo se necessário em carater suplementar disponibilizando aprendizado profissional.
- Aumentar o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais para emprego, trabalho decente e empreendedorismo, transformando os programas de emprego municipais em

AMOSTRA DO E-BOOK

bancos de dados que apontem os caminhos para políticas públicas direcionadas às necessidades e oportunidades no município.

- Construir e melhorar as instalações físicas para educação (bibliotecas, salas de leitura, salas de Internet, quadras esportivas, entre outras).
- Melhorar as instalações para crianças sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
- Ampliar o número de bolsas de estudo para o Ensino Superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos relacionados com a realidade setorial do município.
- Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação entre município e universidade para a formação de professores.
- Promover a integração entre todas as instituições ligadas ao ensino e aprendizagem, como APAEs, escolas de língua, sistema S, para otimização de conteúdos e aprendizagem.
- Acelerar a implantação da educação de período integral e disponibilizar disciplinas inovadoras relacionadas à tecnologia, artes, esportes, política e questões locais
- Promover dentro do ensino a interação entre instituições políticas e realidades locais, através de excursões, visitas e eventos com participação de escolas e outras instituições.

AMOSTRA DO E-BOOK

Do que se trata esta ODS?

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Qual a importância do ODS 5 para os Municípios?

O ODS 5 tem seu foco na discussão do tema sobre igualdade de gênero, com o empoderamento de meninas e mulheres. Suas metas pedem o fim da discriminação e da violência contra meninas e mulheres; buscam reformas que levem a direitos iguais a propriedade, controle sobre a terra, recursos financeiros, herança e recursos naturais e acesso ao uso de novas tecnologias de informação e comunicação.

Indicadores Brasil:

A igualdade de gênero é o conceito que define a busca pela equivalência política, econômica e social entre homens e mulheres. Ela é alcançada a partir do momento em que os gêneros têm os mesmos direitos e oportunidades em todos os setores da sociedade, incluindo na participação econômica e na tomada de decisões. A igualdade de gênero seria atingida quando os diferentes comportamentos, aspirações e necessidades das mulheres e dos homens fossem igualmente valorizados e favorecidos.

O Brasil caiu para a 90ª posição no ranking de igualdade de gênero, sendo que, em 2016, o país ocupava a 79° posição. Em termos de paridade salarial a renda média da mulher brasileira corresponde a 58% da recebida pelo homem. O Brasil foi o único país da América Latina e um dos seis, em meio às 144 nações analisadas pelo relatório, que conseguiu eliminar a desigualdade entre homens e mulheres na área de educação.

AMOSTRA DO E-BOOK

Ainda existe uma grande discrepância na representatividade política e paridade econômica. Mais especificamente, as brasileiras sofrem com baixa participação em ministérios e no legislativo, além de receberem salários mais baixos (Politize, 2018)

Em 2018, com relação a dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público), 36,11% eram mulheres e 63,89% eram homens. Entre as mulheres que ocupavam essas posições, 11,54% eram diretoras gerais, 15,38% diretoras de produção e operações e 73,08% diretoras de área de apoio. Nos cargos de gerência, 42,32% eram mulheres e 57,68% eram homens em 2018. Entre as mulheres que ocupavam essas posições, 38,23% eram gerentes de produção e operações e 61,77%, gerentes de áreas de apoio. Em 2018, 20% dos membros superiores do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário eram mulheres e 80% homens. Entre as mulheres que ocupavam essas posições, 0% eram gestoras públicas; 0% dirigentes gerais da Administração Pública; 0% magistradas e 100% dirigentes do poder público.

O público LGBTQIA+ vem mostrando sua evidência cada vez maior na sociedade, com suas formas de vida e padrões sociais. No Brasil, estima-se mais de 18 milhões de homossexuais. Os dados mais recentes encontrados são do Censo Demográfico 2010 que, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil tem mais de 60 mil casais homossexuais. O Censo Demográfico 2010 aposta que a região com mais casais homossexuais é o Sudeste, que abriga 32.202 casais, seguida pelo Nordeste, com 12.196 casais. O Norte tem o menor número de casais do mesmo sexo, com 3.429, seguido do Centro-Oeste, com 4.141. A Região Sul tem pouco mais de 8 mil casais homossexuais. Entre os estados, São Paulo é o que tem a maior quantidade de casais homossexuais, com 16.872 e Roraima é o que tem menos, com apenas 96 casais que se declararam homossexuais

AMOSTRA DO L

Indicadores Minas Gerais

No estado, em 2001, 38,82% dos homens e 89% das mulheres disseram realizar algum tipo de afazer doméstico; esse percentual passou, em 2015, para 58,29% e 91,09% respectivamente. Em 2015, 53,42% dos homens e 15,24% das mulheres declararam ter dedicado até 7 horas semanais em afazeres domésticos, a menor categoria de horas monitorada, prevalecendo maior concentração de horas

por parte das mulheres. No gráfico, podem ser observadas as horas dedicadas aos afazeres domésticos comparativamente entre homens e mulheres.

Quanto ao trabalho principal, em 2015, 39,85% das mulheres e 50,38% dos homens dedicam-se entre 40 e 44 horas semanais, a categoria mais usual nas organizações. No quarto trimestre de 2019, no estado, a taxa de desocupação entre as mulheres foi de 11,40%; enquanto que entre os homens foi de 7,90%.

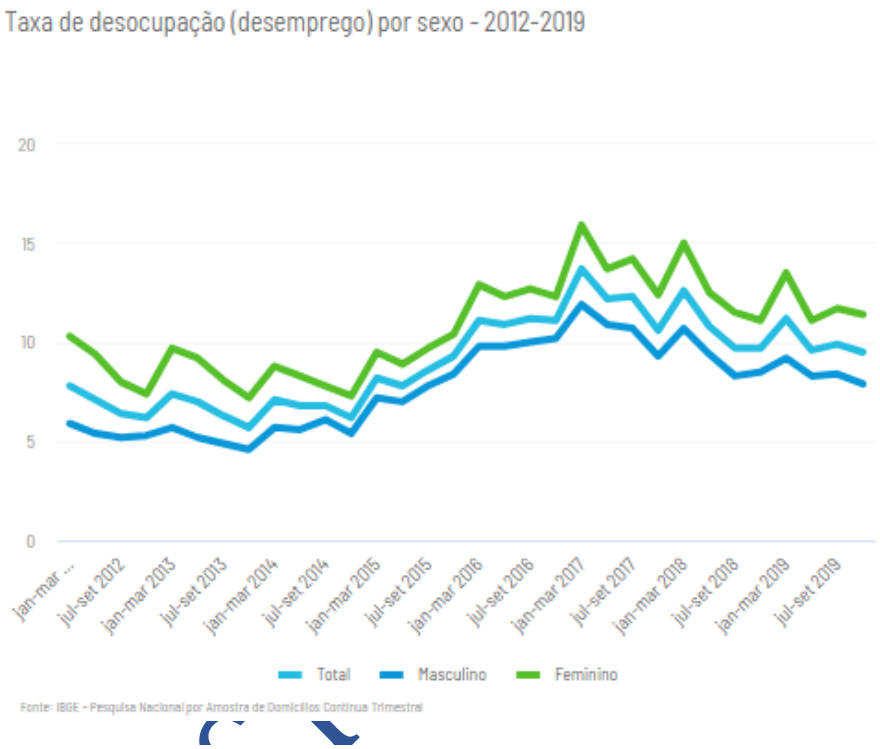


Figura 35: taxa de ocupação por sexo no Estado de Minas Gerais (2012-2019)

Fonte: IBGE (2020)

Em relação a Violência contra Mulher, em termos estaduais, os dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Publica-SEJUSP apontam para uma queda no número de ocorrências registradas de violência doméstica contra mulheres em Minas Gerais na comparação entre 2019 e 2020, para os meses de março (queda de 11,86%) e de Abril (queda de 14,28%). A queda no número de registros de ocorrências de violência doméstica no estado pode ser explicada a partir do próprio isolamento social, causado pela pandemia.

Os serviços de saúde e policiais são as principais “portas de entradas” de vítimas à rede pública de atenção aos casos de violência doméstica, porém, para serem acionados é necessário que a vítima entre em contato de modo presencial ou virtual.

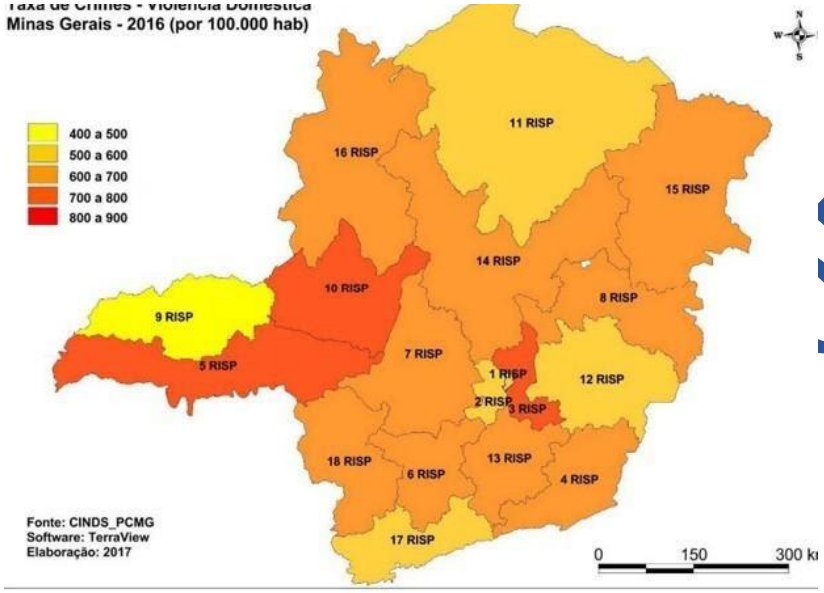


Figura 36: Mapa mostra o cenário de violência contra a mulher em Minas Gerais

Fonte: Oliveira e Onuma, 2020

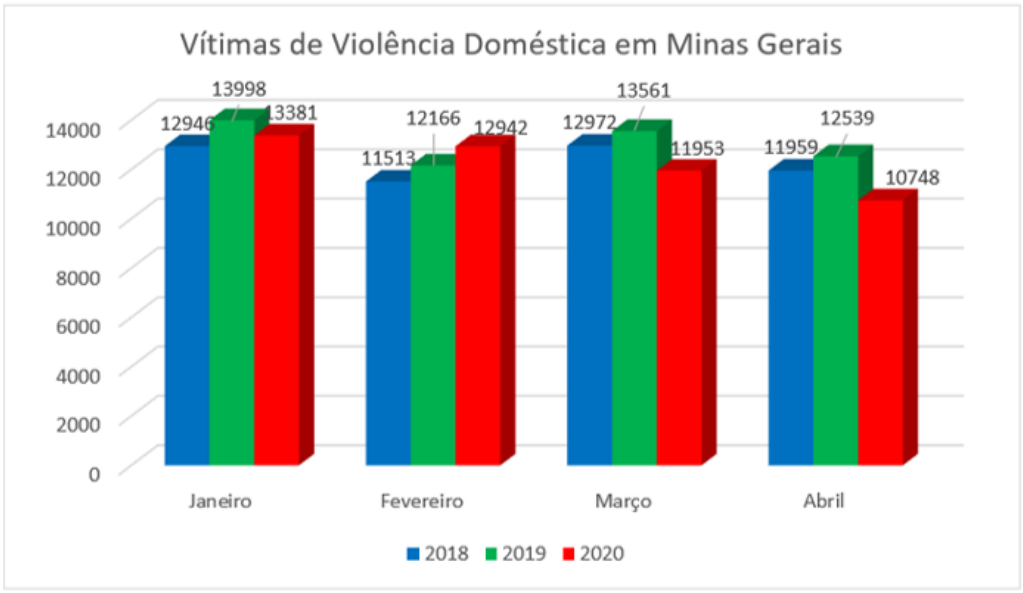


Figura 37: Registros de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Estado de Minas Gerais durante o Primeiro Quadrimestre de 2018, 2019 e 2020.

Fonte: Oliveira e Onuma, 2020

Observando o número de registros de violência doméstica contra mulheres apresentado no Gráfico 1, percebemos que no ano de 2020, foram registrados 11.953 casos de violência doméstica em Minas Gerais no mês de março de 2020 e 10.748 casos em abril de 2020.

Indicadores Poços de Caldas

Em 2018, o rendimento médio mensal das mulheres era de R$ 2.220,56 na indústria; R$ 1.537,40 na construção civil; R$ 1.441,73 no comércio; R$ 2.265,71 em serviços; R$ 1.314,46 na agropecuária. Já o rendimento médio mensal dos homens, em 2018, era de R$ 3.262,78 na indústria; R$ 1.811,38 na construção civil; R$ 1.754,87 no comércio; R$ 2.423,49 em serviços; R$ 1.580,78 na agropecuária.

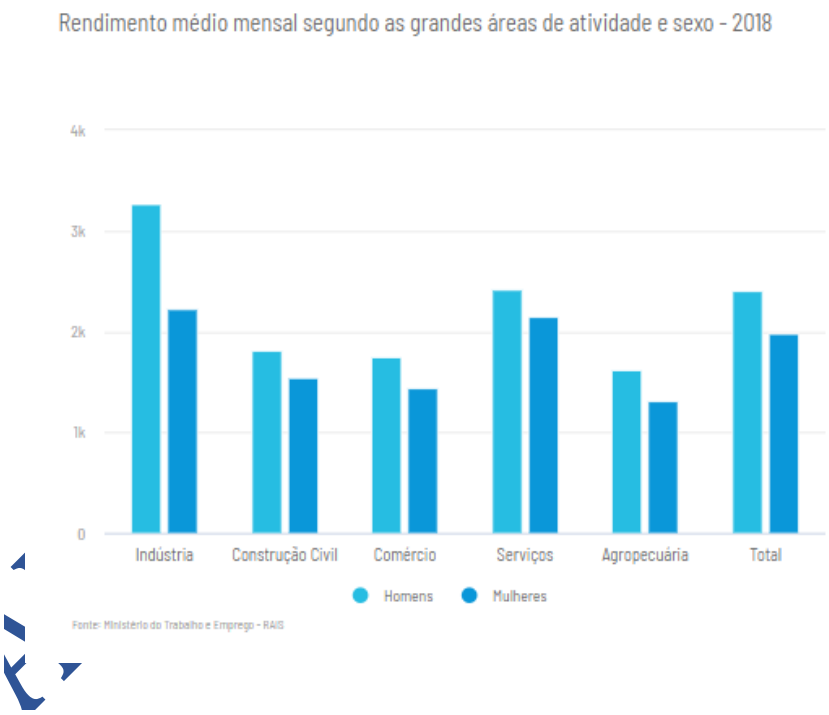


Figura 38: rendimento médio mensal segundo as grandes arres de atividade e sexo (2018)

Fonte: MET-RAIS (2018)

Com relação à inserção no mercado de trabalho, em 2011 havia menor representação das mulheres, sendo sua participação no mercado de trabalho formal de 41,8%. Independente da escolaridade o percentual do rendimento feminino em

relação ao masculino era de 74,2% no mesmo ano. Entre os de nível superior o percentual encontrado foi de 54,4% (Portal ODM-Poços de Caldas).

Quanto ao rendimento feminino em relação ao masculino, independente da escolaridade, passou de 72,58%, em 2006, para 82,47% em 2018. Ou seja, a mulher ganhava 82,47% do que o homem ganhava para exercer a mesma função em 2018. Considerando os níveis de educação formal, ainda em 2018, a mulher com ensino superior ganha apenas 65,25% do rendimento do homem com a mesma escolaridade, para exercer a mesma função.

A participação da mulher no mercado de trabalho formal era de 45,59% em 2018.

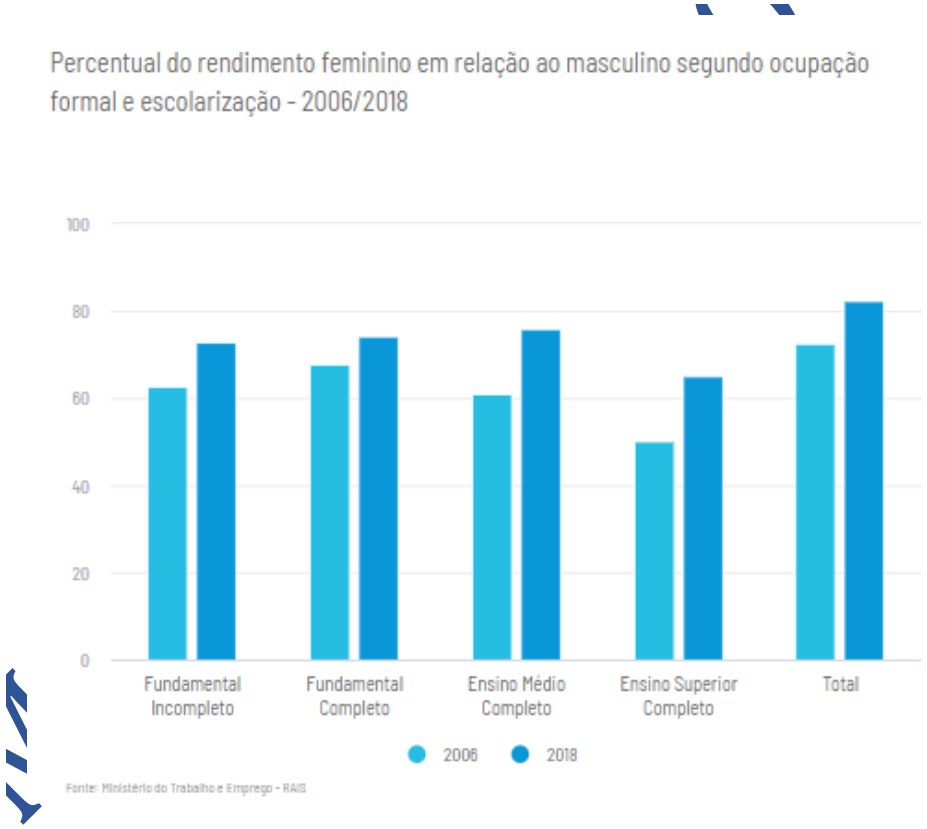


Figura 39: percentual do rendimento feminino em relação ao masculino segundo ocupação formal e escolarização (2006/2018)

Fonte: MTE-RAIS (2018)

No município, em 2016, apenas 33,05% das candidaturas para a Câmara de Vereadores eram mulheres. A proporção de mulheres eleitas para a Câmara de Vereadores no município foi de 13,33%. Em 2014, no estado, foram eleitas:

5 deputadas estaduais (6,49% do total de eleitos), 5 deputadas federais (9,43% do total de eleitos) e nenhuma senadora (0% do total de eleitos).

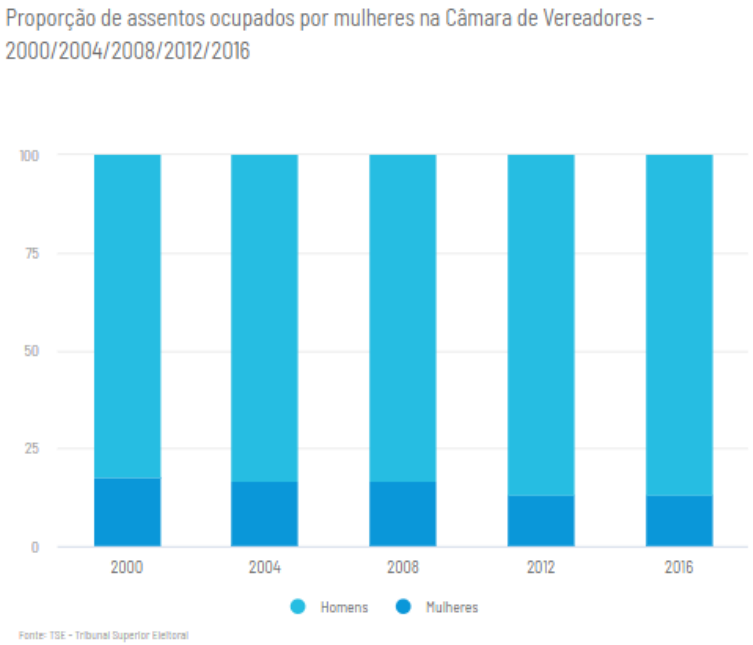


Figura 40: proporção de assentos ocupados por mulheres na Camara de Vereadores

Fonte: TSE (2016)

Em 2015, foram registrados 6,11 homicídios a cada 100 mil habitantes, representando 10 óbitos. Destes, 50% foram de mulheres (o que corresponde em 5 mortes) e 50% de homens (com 5 mortes). A ONU considera como limite máximo o número de 10 homicídios a cada 100 mil habitantes.

Existem vários tipos de violência contra a mulher; os tipos mais recorrentes de violência no Brasil são as violências física, sexual e psicológica ou moral.

No município, em 2016 os tipos de violência mais frequentes contra a mulher foram: Física (93,89%); Psicológica/Moral (45%); Sexual (7,22%). Geralmente, a mulher sofre mais de um tipo de violência, portanto, o valor total do gráfico não totaliza 100%. Em 2016, das vítimas que sofreram algum tipo de violência, 56,67% declararam que não foi a primeira vez que sofreram violência.

Discussão

Os índices revelam uma situação alarmante no município, mesmo estando em melhores condições que o país e o estado. Quanto aos rendimentos, a renda média no município é bem inferior para as mulheres e deve ser tratada como uma questão de política pública. A violência atinge as mulheres de modo desigual. Por isto, a importância de acompanhar os indicadores com desagregações como as mencionadas na nova redação da meta, adequada para o caso brasileiro.

Não há dados oficiais sobre a violência contra a população LGBT, mas entidades sociais que monitoram esses casos mostram que se trata de fenômeno importante no país. O desafio, no que diz respeito ao monitoramento do enfrentamento da violência contra mulheres e meninas é, precisamente, a limitação dos dados existentes

No caso da violência, é preciso agir preventivamente, mapeando geograficamente áreas de risco e também posteriormente assegurando ambiente confortável e segura para denúncias.

A esfera pública do Município apresenta, quanto à distribuição dos seus cargos diretivos e de poder decisório, a mesma baixa ocupação por mulheres constatada nos relatórios de indicadores de igualdade de gênero produzidos pelas principais organizações nacionais e internacionais com agendas para esta pauta, apesar da maior fatia do quadro de servidores ser do sexo feminino.

Como alcançar as metas do ODS 05?

- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte, através de campanhas de inclusão baseadas no mapeamento de riscos e agravos.
- Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas.
- Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública, com instalação de conselhos municipais
- Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e ao controle sobre a terra e outras formas de propriedade, fazendo valer as políticas do governo federal de priorização de mulheres para casa própria, auxílios entre outros.
- Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.
- Promover eventos que levem à conscientização contra violência contra mulheres e outros vulneráveis como shows em épocas de campanha destinadas a este púbico.
- Promover conscientização e interação de instituições ligadas a esta causa no judiciário e executivo (delegacias da mulher) e instituições de ensino e população em geral com palestras e eventos.

AMOSTRA DO E-BOOK

Do que se trata esta ODS?

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento para todas e todos

Qual a importância do ODS 6 para o Município?

O ODS 6 insere-se na necessidade de garantir o direito humano à água potável. A água é item central da pauta para a discussão do desenvolvimento sustentável. O acesso à água e saneamento está intimamente ligado à redução da pobreza, ao crescimento econômico, à saúde, à segurança alimentar e nutricional e contribui para melhorias no bem-estar e na inclusão social.

A falta de saneamento básico impacta negativamente a saúde e o bem-estar das populações, contamina o solo, os rios, os mares e as fontes de água para o abastecimento. Os governos municipais têm um papel essencial na melhoria da qualidade da água (seja de que fonte for), por meio de medidas de proteção ambiental e de uma gestão sustentável de recursos.

Indicadores Brasil:

No Brasil, 36,4% da água é desperdiçada e apenas 40,8% do esgoto é tratado. Dos 6,2 trilhões de m³ de água que configuravam os recursos hídricos renováveis do país em 2015, houve uma retirada total (para atendimento próprio e captação de água para distribuição) de aproximadamente 3,2 trilhões de m³. Já o consumo total de água em 2015 foi de 30,6 bilhões de m³. O uso per capita de água pelas famílias brasileiras

AMOSTRA DO E-BOOK

foi de 108,4 litros/dia. Considerando-se os recursos hídricos disponíveis em 2015 e a população do país, o Brasil tinha naquele ano cerca de 30,3 mil metros cúbicos de água por habitante. 48 milhões de pessoas foram afetadas por secas (duradoura) ou estiagens (passageiras) no território nacional entre 2013 e 2016. Neste período, foram registrados 4.824 eventos de seca com danos humanos. Somente em 2016, ano mais crítico em impactos para a população, 18 milhões de habitantes foram afetados por estes fenômenos climáticos que causam escassez hídrica, sendo que 84% dos impactados viviam no Nordeste. Considerando o período de 2013 a 2016, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tiveram 44% dos registros de eventos de cheias associados a danos para pessoas no país. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), até 2030, a previsão é de que a demanda de água no Brasil aumente em 30%.

Entre os anos de 1997 a 2016 houve um aumento do número de comitês de bacias hidrográficas estaduais criados, passando de 30 para 223. Segundo o estudo realizado pela Trata Brasil, em 2015, mais de 3,5 milhões de brasileiros, nas 100 maiores cidades do país, despejam esgoto irregularmente, mesmo tendo redes coletoras disponíveis.

Indicadores Minas Gerais

O Índice de perda na distribuição avalia em termos percentuais do volume de água produzido quanto é efetivamente consumido no sistema de abastecimento. A perda na distribuição, em 2018, foi de 38,45% como média do Brasil. Neste estado, a perda na distribuição corresponde a 36,42% em 2018.

Indicadores Poços de Caldas

Saneamento

O Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) de Poços de Caldas, em Minas Gerais, uma autarquia municipal é responsável pela coleta e tratamento de água e esgoto do município. Hoje tem mais de 74 mil imóveis recebendo água tratada, além da captação do esgoto em todos os bairros. A cidade conta ainda com três Estações de Tratamento de Água, 31 Elevatórias de Água Tratada, sete Boosters, 52 reservatórios, três Estações Elevatórias de Água Bruta e dois filtros. A responsabilidade

por toda essa estrutura e complexidade é do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE)- que este ano inaugurou a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) I Antas, com capacidade para tratar 320 l/s, que, somada às atividades das ETEs Bortolan e Contorno, fará com que 100% do esgoto coletado na cidade seja tratado (Poços de Caldas, 2021).

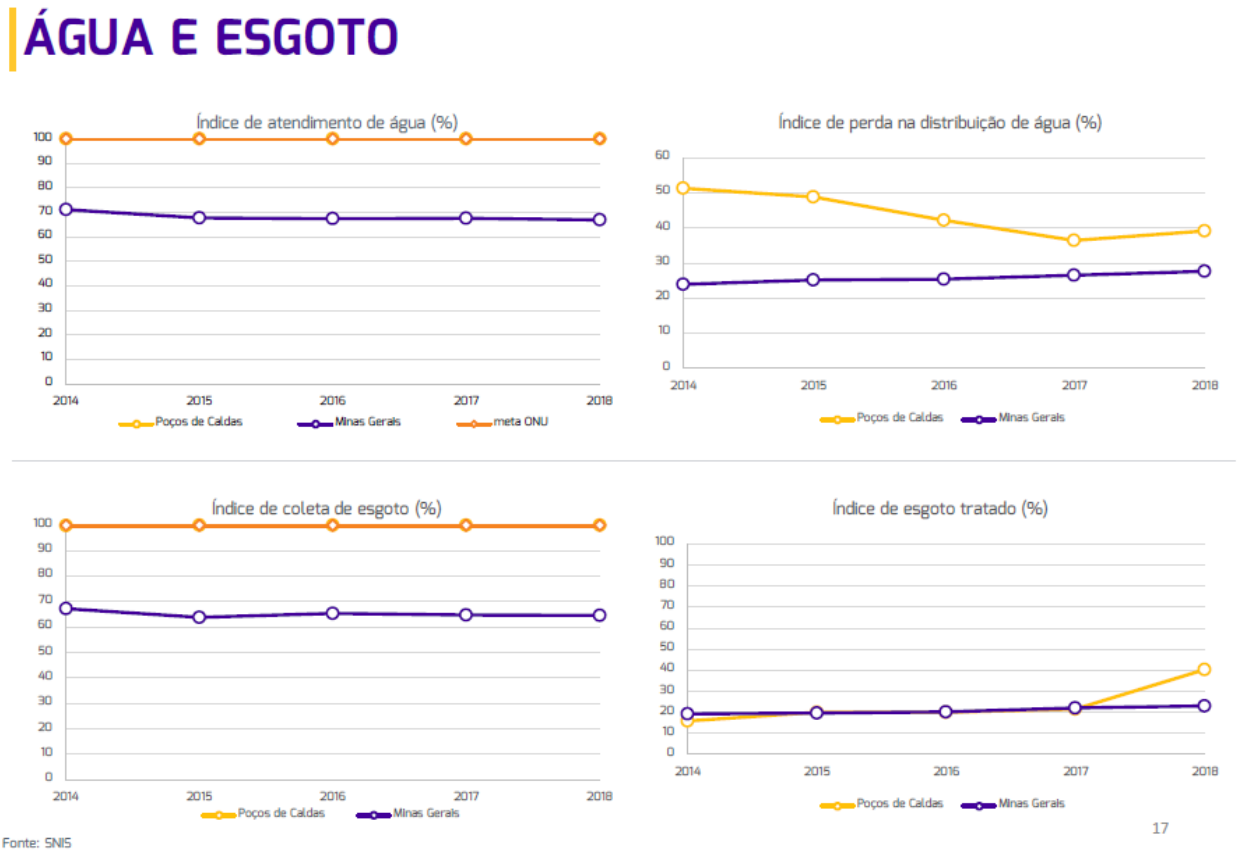


Figura 41, 42, 43, 44: Índice de atendimento de água, distribuição de água, coleta de esgoto e esgoto tratado
Fonte: SNS

O Município de Poços de Caldas pertence, em grande parte à bacia do ribeirão das Antas, denominação dada ao curso médio e superior do rio Lambari, afluente do rio Pardo. Os principais cursos d'água a drenar o município são, o ribeirão das Antas, que banha a área do distrito industrial e conduz as águas coletadas para a represa Bortolan, e os ribeirões da Serra e Caldas, que drenam a quase totalidade da cidade, desde o contraforte sul da serra de São Domingos, até a região onde se encontra a represa Saturnino de Brito e a cabeceira do córrego Vai e Volta.

O grande dreno do Planalto de Poços de Caldas é o Ribeirão das Antas, que nasce na parte sul do Planalto, transpassa o município em um percurso de 55 km e penetra a borda norte do Planalto, na Cascata das Antas. Tem rede de drenagem composta por numerosos córregos e ribeirões, destacando-se pela margem esquerda os ribeirões da Ventania, Tamanduá e do Cipó e os córregos das Amoras e do Chiqueirão; pela margem direita, contribuem os córregos Mata Vaca, do Pilão e do Retiro dos Moinhos e os ribeirões das Vargens, Ponte Alta e da Serra. Os dois últimos, após confluírem, passam a denominar-se ribeirão dos Poços, que deságua no Antas, logo a montante da cachoeira homônima.

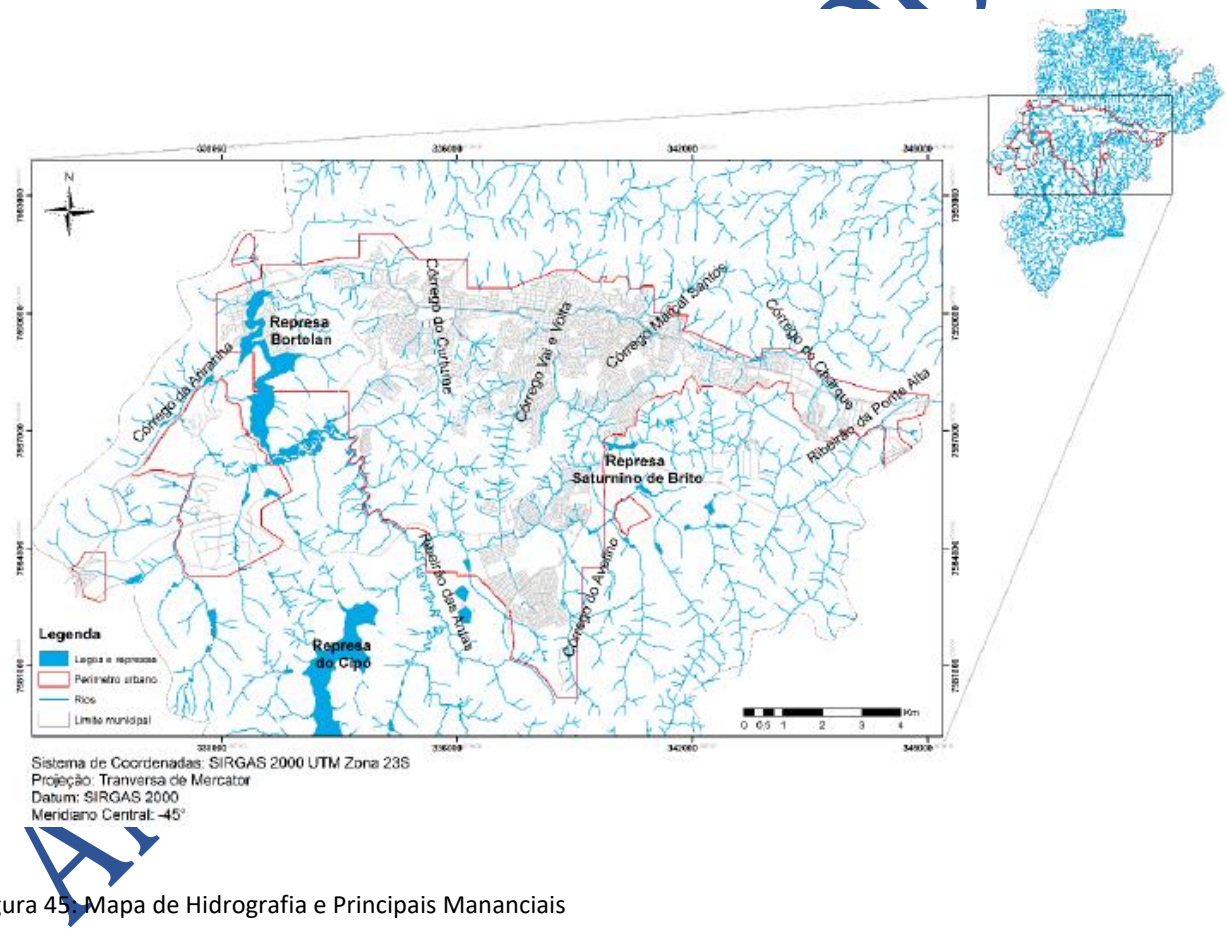


Figura 45: Mapa de Hidrografia e Principais Mananciais

Fonte: Plano Municipal de Mobilidade Urbana (2019)

O Município possui também inserido integralmente dentro de seus limites dois grandes reservatórios de água, sendo eles, a Represa Bortolan, localizada a oeste, no Ribeirão das Antas, e a Barragem Ribeirão do Cipó, que se encontra no ribeirão de mesmo nome, ao sul. Além dessas há também a Represa Graminha, que se localiza ao norte, no rio Pardo, porém se encontra parcialmente inserida nos limites municipais.

Existem ainda outros pequenos reservatórios que compõem o sistema de reserva hídrica da cidade, como por exemplo os localizados ao longo do ribeirão de Caldas (Saturnino de Brito), ribeirão das Vargens, ribeirão do Cipó e córrego das Amoras.

No município, em 1991, 92,93% dos moradores urbanos tinham acesso à rede de água geral com canalização em pelo menos um cômodo. Em 2010, esse percentual passou para 98,03%. Em 1991, 93,54% dos moradores urbanos tinham acesso à rede de esgoto adequada (rede geral ou fossa séptica), passando para 99,58% em 2010. Em 2010, 0% dos domicílios situados em aglomerados subnormais contavam com esgotamento sanitário adequado. Quanto ao tratamento de esgoto, em 2018, 74,48% dos esgotos coletados são tratados no Brasil. Considerando o Estado, 42,42% dos esgotos coletados são tratados. Os problemas de poluição hídrica são mais evidentes em grandes aglomerados de municípios urbanos. O lançamento de esgotos sem tratamento dos municípios localizados a montante influencia, diretamente, na qualidade das águas. De acordo com o Atlas de Abastecimento Urbano de Água, em 2015, foram 789 municípios a montante de captação com indicativos de poluição.

Gestão de Resíduos Urbanos

AMOSTRA

Poços de Caldas é um município de 167 mil habitantes (IBGE, 2019) que chegou a produzir cerca de 350 toneladas de resíduos seco, batendo um recorde de coleta na cidade no mês de Agosto de 2018, segundo a própria prefeitura (Prefeitura de Poços de Caldas, 2017). De acordo com o SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento) no ano de 2017 foram recolhidos ao total mais de 110 mil toneladas de resíduo sólido em Poços de Caldas que contava na época com 166.085 habitantes (IBGE, 2019) representando uma média de 1,5 toneladas por habitante ao ano. Já em 2019, projeta-se que os resíduos sólidos sejam de pelo menos 250 mil toneladas por ano e quando confrontados os dados estatísticos com o informe da prefeitura do mês de Agosto de 2018, pode-se notar que a cidade não é atendida como um todo pela coleta de resíduos sólidos, tendo em vista que a coleta no mês de agosto, de acordo com a prefeitura (Prefeitura de Poços de Caldas, 2017) houve um aumento de 227% na coleta, entre os anos de 2017 e 2018 o que caracteriza uma falta de transparência nos

dados informados ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, tendo em vista que o crescimento populacional foi de apenas 0,6% contrastando com o aumento de material coletado. Levando em conta as fontes pesquisadas e que, a fonte da prefeitura não pôde ser comprovada, pode-se deduzir três possíveis motivos para divergência dos dados:

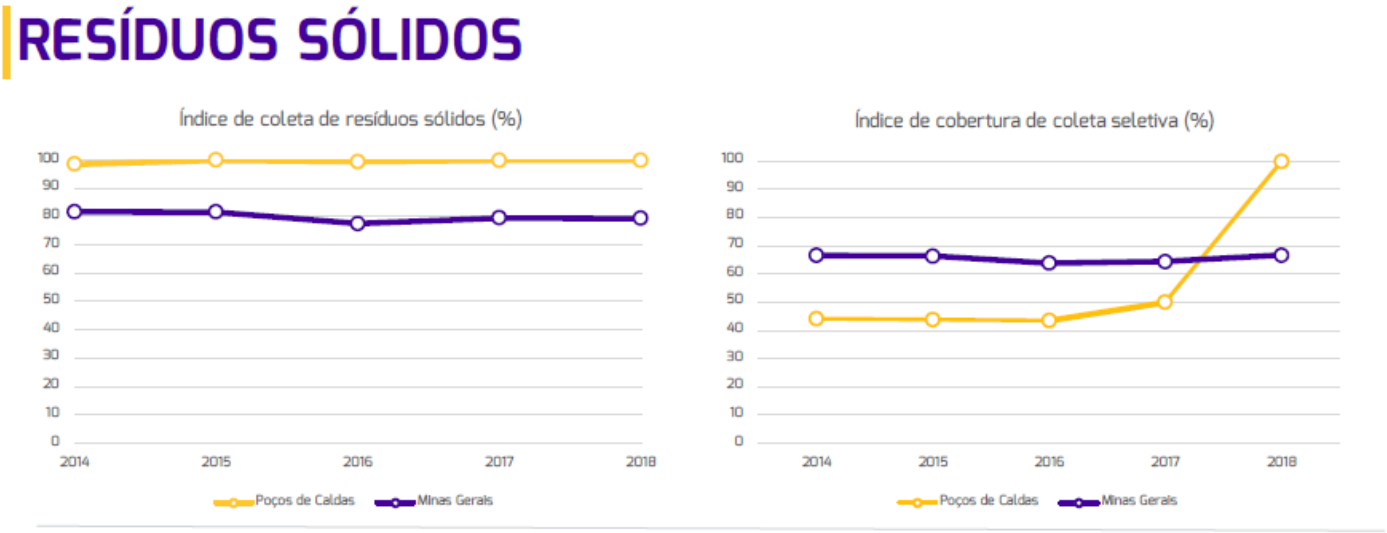


Figura 46 e 47: Indice de coleta se resíduos sólidos e cobertura de coleta seletiva

Fonte: SNIS (2021)

AMOSTRA

Discussão

O município tem total governabilidade da gestão destes recursos, desde sua captação e coleta até destinação final, neste caso, cabe ao município levar o serviço a patamares de excelência, definindo metas e objetivos claros e específicos a serem alcançados..

A qualidade da água dos corpos hídricos sabemos que traz benefícios ecológicos, sanitários e sociais diretos. A reciclagem e o reuso seguro contribuem para o equilíbrio da capacidade de utilização das principais represas da cidade.

O manejo sustentável e eficiente dos mananciais que abastecem a cidade é decisivo para a garantia da disponibilidade e segurança hídrica a todos os munícipes. Assim, é competência da Prefeitura de São Paulo o planejamento e monitoramento da prestação dos serviços de abastecimento de água, conforme disposto pelo Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Esse instrumento de planejamento

estabelece as diretrizes que devem nortear a atuação do município em relação aos quatro componentes do saneamento básico, sendo eles: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos.

Mas para isto é necessário a definição de instância que conduza e organize o planejamento e gestão integrada dos diferentes componentes do saneamento, e a criação de mecanismos de compartilhamento de informação e articulação mais dinâmicos entre as diferentes partes responsáveis. Em relação à redução da poluição encaminhada aos corpos hídricos, se faz necessário ainda aprimorar os processos de fiscalização, notificação, punição e educação dos mais diversos atores poluentes. e ainda em relação à melhoria da eficiência do uso das águas, carece-se do desenvolvimento de capacidade municipal para monitorar os indicadores de autoria do Governo do Estado de São Paulo.

AMOSTRA DO E-BOOK

Como alcançar as metas do ODS 06?

- Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo pela metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e a reutilização segura globalmente.
- Aumentar a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurando retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzindo o número de pessoas que sofrem com a escassez de água. Implementando a gestão integrada dos recursos hídricos, em todos os níveis.
- Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo as morrarias, as florestas, os córregos, os rios e os aquíferos
- Implantar medidas municipais de acesso, como tarifas sociais.
- Criar mecanismos de redução de produção de resíduos, como proibição de descartáveis, logística reversa e taxação de por produção de resíduos.
- Implementar sistemas municipais de pontos de descarte específicos, como caçambas e descartes especiais.

Do que se trata esta ODS?

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos

Qual a importância do ODS 7 para o Município?

O ODS 7 trata do acesso às diferentes fontes de energia, principalmente às renováveis, eficientes e não poluentes. A preocupação mundial com a energia segura e com a preservação ambiental culminou, em 2002, com a criação da unidade de Energia da Organização das Nações Unidas (ONU), voltada para a temática.

Trata-se de um ODS que interliga diferentes níveis de poder: a energia é fundamental para a vida cotidiana e também para a produção industrial global. Com isso, os interessados no assunto são muitos e variados: vão desde as famílias que moram no campo, passando pelos Municípios urbanos, chegando a Estados nacionais. A energia é um campo de disputa internacional, principalmente quanto ao uso de fontes renováveis e não poluentes, que tem reflexo direto na economia.

Indicadores Brasil:

Em 2016, mais de 1 bilhão de pessoas não tinham acesso à energia elétrica no mundo. O número de pessoas que ganha acesso à eletricidade a cada ano está acelerando (em 2000, era 1,7 bilhão de pessoas sem eletricidade), graças a fortes sucessos em alguns países em desenvolvimento. No Brasil, até dezembro de 2017, mais de 16 milhões de pessoas foram beneficiadas com o Luz para Todos (LPT). De acordo com o mapa da exclusão elétrica do Brasil, as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano

AMOSTRA DO E-BOOK

(IDH) e nas famílias de baixa renda, sendo que cerca de 90% delas têm renda inferior a três salários mínimos (PNUD/Eletrobrás, 2018).

Em 2018, a classe de consumo Poder Público possuía a maior tarifa média (R$ 516,22/MWh), enquanto que a classe de consumo Iluminação Pública tinha a menor tarifa média (R$ 306,99/MWh). A classe de consumo Industrial teve um aumento de R$ 54,54 na tarifa média, entre 2017 e 2018, passando de R$ 397,11 para R$ 451,66. Na classe de consumo Comercial a tarifa média aumentou de R$ 446,68 em 2017, para R$ 504,10 em 2018 o que corresponde a um aumento de R$ 57,42.

O Brasil emitia em 2010, cerca de 1,25 bilhões de tCO2e 9 , sendo o setor energético responsável pela emissão de 399 milhões de tCO2e (32%). Para o setor energia são contabilizadas as emissões devido à queima de combustíveis e emissões fugitivas. Cabe ressaltar que entre 1990 e 2010, as emissões cresceram cerca de 108%, média de 5,4% ao ano. O subsetor de transportes é o que possui maior emissão no país, sendo o modal rodoviário responsável pela emissão de cerca de 90% dos gases de efeito estufa.

A classe de consumo Residencial teve um aumento na tarifa média de R$ 58,23 e a Rural teve um aumento de R$ 35,01, entre os anos de 2017 e 2018. As suas tarifas medias, em 2018, eram de R$ 511,69 para classe de consumo Residencial e R$ 348,71 para a classe de consumo Rural. O desafio é mudar a matriz energética mundial, combater o uso indiscriminado de combustíveis fósseis e utilizar fontes de energia renováveis e menos poluentes. Segundo o Ministério das Minas e Energia, em 2018, a participação de fontes renováveis na matriz energética do Brasil era de 45,26%. Dentre as fontes renováveis, em 2018, 12,64% da energia provêm de fonte hídrica; 8,37% lenha e carvão vegetal; 17,36% derivados da cana; 1,44% eólica; 0,10% solar e 5,33% outras renováveis.

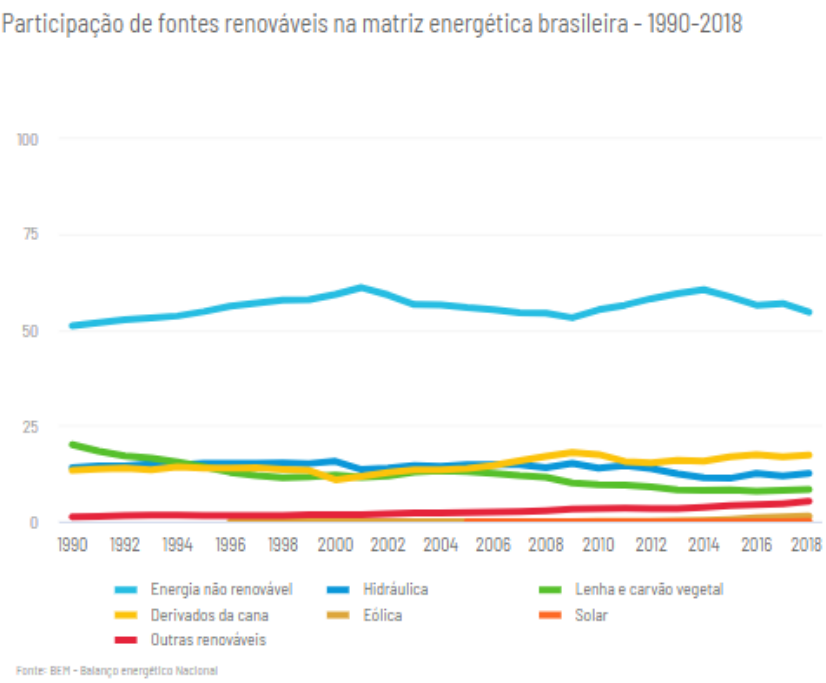


Figura 48: participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira

Fonte: Balanço energético nacional

AMOSTRA DO E

Indicadores Minas Gerais

Em 2011, a demanda energética primária de Minas Gerais chegou a 35,9 Mtep (milhões de toneladas equivalentes de petróleo), ou seja, o equivalente a 13,1% da demanda brasileira total.8 No período 1978-2011, essa demanda aumentou em média 2,5% por ano. No mesmo período, a taxa era de 2,9% para o Brasil. Em Minas Gerais o setor industrial é o maior consumidor de energia, seguido pelos subsetores de transporte e residência. O consumo industrial se divide em lenha e derivados (28,4%), energia hidráulica (13,4%), carvão mineral e derivados (21%), petróleo, gás natural e derivados (17,8%), derivados de cana-de-açúcar (16,8%) e outras fontes (2,6%).

É interessante observar que 91,4% da energia proveniente de lenha e derivados foram consumidos pelo setor industrial, sendo os restantes 8,6% divididos entre os subsetores residencial, agropecuário, comercial e público e perdas. O subsetor industrial consumiu 37% a mais de energia do que em 2000. O subsetor de transportes é o segundo maior consumidor de energia, sendo 53% representado pelo diesel e 25% pela gasolina (antes da mistura com o etanol). Esse subsetor consumiu 67% a mais de energia em relação ao ano de 2000. Minas Gerais importou o equivalente a 60,1% da

demanda de energia de seu território em 2010, ou seja, 21,6 Mtep . Esse desequilíbrio estrutural se deve, sobretudo, às importações de carvão mineral e de petróleo e derivados, o que sinaliza uma dependência de energias fósseis não produzidas internamente e uma alta vulnerabilidade energética (disponibilidade dos recursos e preços internacionais).

Indicadores de Poços de Caldas

O município possui o seu próprio departamento de energia que em 2010 se transformou nas empresas DME Poços de Caldas Participações S.A. - DME, DME Distribuição S.A. – DMED e DME Energética S.A. – DMEE, empresas públicas do município de Poços de Caldas.

A maioria dos reservatórios tem a finalidade de geração de energia. A cidade de Poços de Caldas tem seus serviços de energia elétrica prestados pela autarquia municipal denominada Departamento Municipal de Eletricidade (DME), que junto ao município de Ijuí (SC), são os únicos concessionários municipais de serviços de energia no Brasil. O DME opera atualmente duas usinas hidrelétricas (UHE), duas pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e uma minicentral hidrelétrica, que juntas apresentam um potencial gerador de energia aproximado de 35 MW (DME, 2018). Também está previsto para conclusão até 2023, a construção de duas novas PCH's, com potência total de 24,5 MW (PMPC, 2017).

O consumo total de energia elétrica foi de 296,434 MWh, 4% a mais que o ano de 2017. Os maiores aumentos de consumo foram nas classes Industrial e Residencial, com aumentos de 5,920 MWh e 4,207 MWh, respectivamente (DME, 2021).

Discussão

O município tem total governabilidade da gestão destes recursos, desde sua captação e coleta até destinação final, neste caso, cabe ao município levar o serviço a patamares de excelência, definindo metas e objetivos claros e específicos a serem alcançados.

A Prefeitura deve fomentar o crescimento da participação da energia renovável na administração pública. Ainda, pode reduzir o consumo de energia proveniente de

AMOSTRA DO E-BOOK

fontes não renováveis, incentivando o uso de transporte movido a biocombustíveis que apresentarem redução significativa da emissão de gases poluentes.

Constituem um desafio incentivar a pesquisa e a tecnologias de energia limpa e renovável, o fortalecimento de parcerias internacionais e nacionais, por meio inclusive de institutos de pesquisa, para ampliação da potência instalada no município, para melhoria da eficiência energética nos prédios próprios municipais, e para promoção do uso de tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas nos meios de transportes.

Por fim, se faz necessário o desenvolvimento de um sistema integrado de gestão das informações e de monitoramento dos indicadores relacionados.

Como alcançar as metas do ODS 07?

- Assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis aos serviços de energia.
- Aumentar a participação de energias renováveis na matriz energética do município.
- Buscar incrementar a taxa municipal de melhoria da eficiência energética.
- Reforçar a cooperação com universidades para facilitar o acesso à pesquisa e às tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas.
- Promover a implantação de sistemas de auto suficiência energética como geração solar distribuída.
- Criar e regulamentar tarifas sociais

AMOSTRA DO E-BOOK

De que se trata a ODS:

Promover o crescimento econômico, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todas e todos

Qual a importância do ODS 8 para o Município?

O ODS 8 trata do crescimento econômico, do trabalho e do emprego. Diz respeito à produção e ao consumo sustentáveis e traz a preocupação sobre o trabalho decente, o desemprego entre jovens, a carga excessiva das mulheres, o trabalho infantil, o trabalho forçado e o tráfico de pessoas. Além disso, propõe incentivo ao turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura, e o respeito aos direitos trabalhistas, inclusive de migrantes.

Indicadores Brasil:

Nas últimas duas décadas um forte crescimento, combinado com admirável progresso social, fez do Brasil umas das principais economias do mundo, apesar da longa recessão que começou em 2014 e da qual a economia está agora lentamente se recuperando.

No Brasil, a taxa de desemprego diminuiu, no quarto trimestre de 2019, chegando a 11%. Ou seja, 11.632.000 brasileiros estavam à procura de trabalho.

Os estados com as maiores taxas de desemprego, no mesmo período, foram: Bahia (16,40%) e Amapá (15,60%). Apresentaram as menores taxas: Santa Catarina (5,30%) e Mato Grosso (6,40%).

AMOSTRA DO E-BOOK

No Brasil, a taxa ficou em 9,20% para os homens e 13,10% para as mulheres, uma diferença de 3,90 pontos percentuais. No estado, a menor taxa de desemprego (7,90%) está entre os homens; entre as mulheres, é de 11,40%.

Infelizmente, o trabalho infantil ainda é realidade em vários lugares. Em 2015, haviam 638.943 crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos envolvidos em trabalho infantil no Brasil. 1,26% das crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos do sexo feminino estavam envolvidos em trabalho infantil; e 2,94% das crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos do sexo masculino.

Considerando as faixas etárias, a maior taxa de desemprego no estado está entre as pessoas com idade de 14 a 17 anos, com 34,70%; a menor está entre as pessoas de 60 anos ou mais, com 4%. Em relação a raça, a maior taxa de desemprego no estado está entre as pessoas da raça Preta, 11,80%; a menor está entre as pessoas da raça Branca, 7,20%. Outro ponto a considerar quando o assunto é desemprego é o nível de instrução da população. O nível de instrução da população com a maior taxa de desemprego foi: Ensino médio incompleto (com 17,60%). Enquanto que o nível de instrução da população com a menor taxa de desemprego foi: Ensino superior completo (com 4%). O número de jovens brasileiros de 15 a 29 anos que não estudavam nem trabalhavam (mais conhecidos como os "nem-nem"), em 2018, correspondia a 23% da população dessa faixa etária. No município a proporção dos chamados "nem-nem" foi de 16,08%, em 2010.

Indicadores Minas Gerais

Em 2017, os municípios com as maiores participação no PIB do estado eram: Belo Horizonte (15,44%), Uberlândia (5,94%), Contagem (5,03%), Betim (4,01%) e Juiz de Fora (2,77%). Neste estado, a taxa de desemprego foi de 9,50%.

No estado, em 2015, foram 93.015 crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos envolvidos em trabalho infantil. 2,35% das crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos do sexo feminino estavam envolvidos em trabalho infantil; e 4,21% das crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos do sexo masculino.

Entre 2009 e 2017, ocorreram 2.909 acidentes de trabalho que tiveram como consequência o óbito do trabalhador. Em 2017, a taxa de mortalidade corresponde a 5,91 óbitos a cada 100 mil trabalhadores.

A taxa de incapacidade temporária, em 2017, foi de 10,26 acidentes de trabalho que tiveram como consequência incapacidade temporária a cada 1.000 trabalhadores, no estado.

Indicadores Poços de Caldas

O município, em 2017, ocupava o 13º lugar no PIB do estado, representando 1,10% do PIB do estado. Em 2018, das 49.149 pessoas empregadas no mercado formal, 19,10% trabalham no setor da Indústria, 5,97% na Construção Civil, 22,55% no setor de Comércio, 50,31% em Serviços e 2,08% na Agropecuária.

Segundo o Censo 2010, 31.279 pessoas do município declararam ter, pelo menos, um tipo de deficiência, correspondendo a 20,52% da sua população. Em 2010, 29,08% das pessoas do município com 15 anos ou mais e com algum tipo de deficiência recebiam mensalmente até 1 salário mínimo.

Analisando a movimentação de empregados admitidos e desligados no mercado formal de trabalho, observou-se que, em 2004, o número de admissão (15.836 admitidos) era superior ao de desligamentos (13.933 desligados). Em 2019, o número de admissão (21.433 admitidos) era superior ao de desligamentos (20.755 desligados).

Em 2007, o município contava com o total de 6.575 empresas ativas; destas, 92,70% eram micro e pequenas empresas (MPE). Em 2017, do total de 15.813 empresas ativas 93,25% eram micro e pequenas empresas.

De acordo com os dados do IBGE a distribuição de renda e trabalho na cidade de Poços de Caldas é : 19% Industria, 6% Construção Civil, 22,55% Comercio, 50,31% Serviços e 2,08% agronegócio. Em média o salário mensal dos trabalhadores formais em 2016 era de 2,3 salários mínimos, 33,7% da população era formal e 1,2% população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo

A polarização econômica exercida por Poços de Caldas sobre o mercado regional está relacionada à oferta de bens e serviços mais sofisticados, concentrados em sua zona central. O setor terciário também predomina às margens das vias radiais de circulação intraurbana no sentido leste-oeste, devido às facilidades de acesso aos mercados local, regional e turístico

É comum a presença de bares, de restaurantes, e de lojas que comercializam produtos típicos da cidade (laticínios, embutidos de carne, doces, malhas e cristais), principalmente na Av. João Pinheiro (vetor centro-oeste). Estabelecimentos comerciais e de serviços de grande porte, como concessionárias de automóveis, oficinas mecânicas, empresas atacadistas, o Shopping Poços de Caldas, dentre outros, encontram-se nas periferias, devido à disponibilidade de terrenos mais amplos e baratos.

A atividade turística, responsável pela gênese e desenvolvimento urbano inicial de Poços de Caldas, ocorre, sobretudo, na zona central, onde estão concentrados os principais pontos de visitação, como o Complexo Thermas Antônio Carlos-Palace Hotel-Palace Cassino, Parque José Affonso Junqueira e Praça Pedro Sanches; a Estação do Bondinho, a Praça dos Macacos e o Mercado Central. Todavia, os atrativos turísticos não se restringem a essa área: o Recanto Japonês, o Mirante do Cristo Redentor e a Fonte dos Amores localizam-se na zona norte, no Parque Municipal da Serra de São Domingos; o Country Club, o Parque Municipal Antônio Mollinari, a Cachoeira Véu das Noivas e a Represa do Bortolan situam-se na zona oeste, na periferia da cidade; enquanto a Pedra Balão e a Cascata das Antas se encontram na zona rural do município.

A indústria está concentrada principalmente nas periferias, com destaque para as zonas oeste, sudoeste e sul da cidade, onde estão localizados os grandes estabelecimentos.

Na zona central, encontram-se pequenas unidades de gêneros tradicionais, como alimentício e editorial e gráfico. Devido ao relevo acidentado do Planalto de Poços de Caldas, alguns trechos do perímetro urbano têm sua ocupação dificultada ou proibida. A zona norte, por exemplo, constitui um vetor de amortecimento da expansão urbana, devido à topografia íngreme e à presença de floresta secundária remanescente da Mata Atlântica.

O mercado imobiliário explora as melhores condições de acessibilidade da zona central, associadas ao acúmulo das funções urbanas nesta área. Os altos valores dos aluguéis cobrados elevam as pressões no sentido de verticalização, com o intuito de se maximizar a renda fundiária do solo para os proprietários de imóveis. Na medida em que a cidade abrange funções diversas, cada atividade procura as melhores condições

AMOSTRA DO E-BOOK

de reprodução do capital investido, o que implica a seleção de localizações intraurbanas mais adequadas. Por este motivo, durante o processo de apropriação do território, relações de complementaridade e/ou de conflito acabaram se tornando inevitáveis.

O Distrito Industrial, com grande extensão, se localiza a cerca de 16 km da malha urbana, as margens da Rodovia do Contorno. Está a aproximadamente quatro quilômetros da divisa com o estado de São Paulo e dez quilômetros do aeroporto municipal. É composto por lotes que variam na faixa de 2000m^2 a 228000 m^2.

Já o Mini Distrito Industrial está localizado a aproximadamente 11 km da malha urbana, também às margens da Rodovia do Contorno, na zona sul, próximo aos bairros Jardim Kennedy, São Bento e Tiradentes. Fica a cerca de cinco quilômetros do aeroporto e nove quilômetros da divisa com o estado de São Paulo. Possui lotes que variam de 615 m^2 a 1706 m^2.

O parque industrial do município é bastante diversificado em termos de ramos produtivos, pois apresenta um conjunto variado de empresas com portes e estruturas distintas. Conta com indústrias como Ferrero do Brasil, Danone, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Alcoa Alumínio, Phelps Dodge Internacional do Brasil, Mtsui Fertilizantes, Mineração Curimbaba, Togni S/A Materiais Refratários, Lorenzetti/Sanitex, Thyssenkrupp, Nutrire, NeoNutri, Newbread, Bolivar Produtos Plásticos, Pradolux, Arfarol, entre outras. A Figura 25 retrata a demarcação do Distrito Industrial na cidade de Poços de Caldas.

AMOSTRA DO E-BOOK

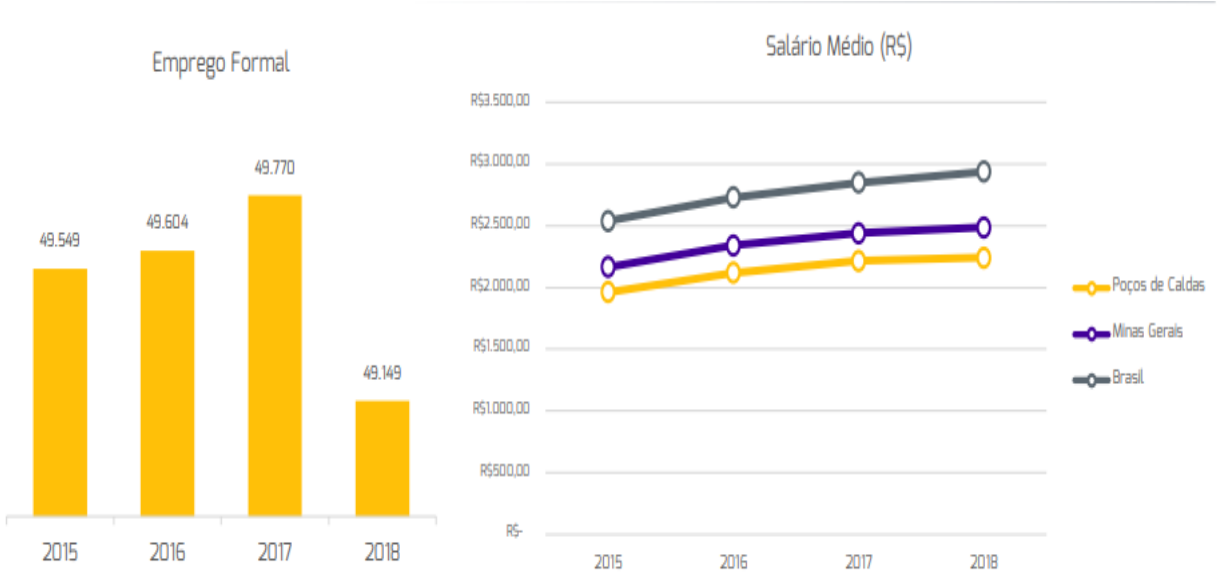


Figura 49 e 50: percentagem de emprego formal e salario mínimo

Fonte: MTE-RAIS (2020)

Discussão

O município possui boa oferta de empregos, especialmente no setor de turismo. Os dados mostram que não existe regulação do mercado por parte do município, o que poderia acontecer, com leis que considerem referências para salários mínimos e jornadas de trabalho.

Um dos desafios é a administração pública encontrar caminhos e melhores soluções para um crescimento econômico sustentável e abrangente, tendo em vista as inúmeras pressões orçamentárias que perpassam todo o Município. O equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas é um dos pilares da boa administração e requer especial atenção, sobretudo em um cenário onde percebe-se um aumento das demandas populares e, por outro lado, uma menor margem de manobra sobre as receitas.

Outro item importante é a promoção do desenvolvimento econômico dissociado da degradação ambiental que deve ser a base de planejamento do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, bem como do Plano Diretor, que deve possuir um viés de desenvolvimento econômico, mas que esteja alinhado com a sustentabilidade ambiental.

AMOSTRA DO E-BOOK

Como alcançar as metas do ODS 08?

- Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e regionais.
- Atingir níveis mais elevados de produtividade econômica por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra, como pesca, construção civil, entre outros.
- Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação.
- Incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros e desburocratização no serviço público.
- Alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência e remuneração igual para trabalho de igual valor.
- Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.
- Promover regulamentação inclusiva de setores informais, como serviços de aplicativos e ambulantes.
- Estabelecer leis municipais próprias de salários mínimos para os setores econômicos.

AMOSTRA DO E-BOOK

De trata esta ODS:

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Qual a importância do ODS 9 para o Município?

O ODS 9 consiste em garantir que todos os locais disponham das infraestruturas necessárias para conectar-se ao resto do mundo. Aí são incluídos transportes, saneamento, energia, telefonia, sistemas de informações e comunicação, bem como indústrias.

Essa questão tem conexão com dois tipos de aplicação: os governos de grandes centros urbanos (áreas metropolitanas) e Municípios menores. Os grandes centros urbanos, juntamente com os governos estaduais e a União, são importantes para o desenvolvimento e manutenção das infraestruturas necessárias para acessar e abastecer as zonas urbanas e conectá-las com os demais territórios.

É necessário enfatizar a importância de promover uma produção menos poluente, menos emissora de gases de efeito estufa e mais eficiente na utilização de recursos e desvincular o crescimento econômico da degradação ambiental

Indicadores Brasil

A infraestrutura precária compromete a competitividade nacional e internacional. A falta de pavimentação das rodovias é apenas um dos problemas da infraestrutura logística brasileira.

Em 2001, o Brasil tinha 170.902,90 km de rodovias pavimentadas (9,78% do total); em 2017, esse número chegou a 213.452,80 km (12,40% do total). Entretanto,

AMOSTRA DO E-BOOK

em 2017, 78,45% (1.349.938,50 km) não eram pavimentadas. No estado, em 2017, 9,35% do total das rodovias eram pavimentadas (26.225,80 km); enquanto que 87,37% não eram pavimentadas (244.933,80 km). Segundo o anuário CNT, os estados com maior malha pavimentada, em 2017, foram: Minas Gerais (26.225,80 km); São Paulo (24.980,90 km); Paraná (19.664,40 km); Bahia (16.192,10) e Goiás (12.786,40 km). Os estados com menor malha pavimentada: Amapá (528,10 km); Distrito Federal (912 km); Acre (1.491,40 km); Roraima (1.507,70 km) e Amazonas (2.229,60 km). A malha ferroviária brasileira, em agosto de 2018, contava com 30.485 km de extensão, de acordo com o anuário CNT.

Importante destacar, a necessidade de maior integração entre as malhas ferroviárias e as demais modalidades para alavancar a produtividade do país. Transporte hidroviário ou aquaviário ocorre em hidrovias para o deslocamento de pessoas e mercadorias. Em agosto de 2018, o Brasil contava com 41.795 km de vias navegáveis e 19.464 km de vias economicamente navegáveis.

O levantamento das vias economicamente navegáveis, realizado pela ANTAQ (2014), apontou como as principais hidrovias do país: Amazônica (17.651 km), Tocantins-Araguaia (1.360 km), Paraná-Tietê (1.359 km), Paraguai (591 km), São Francisco (576 km), Sul (500 km). Segundo o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em 2014, Brasil contava com 8,5 mil quilômetros de costa navegáveis. Dos 34 portos públicos existentes, 16 são delegados a estados ou municípios e 18 marítimos são administrados diretamente pelas Companhias Docas, sociedades de economia mista, que têm como acionista majoritário o Governo Federal e, portanto, estão diretamente vinculadas à Secretaria de Portos.

O uso da terra, mudança do uso da terra e florestas, reduziu a emissão de dióxido de carbono (CO_2), de 751.870 Gigagramas no ano de 1990, para 182.500 Gigagramas em 2014. Entre os setores, foi responsável por 25,50% das emissões de CO_2. Os processos industriais, entre os anos de 1990 e 2014, aumentaram a emissão de dióxido de carbono (CO_2) de 43.551 Gigagramas para 87.857 Gigagramas, respectivamente. Entre os setores, foi responsável por 12,27% das emissões de CO_2.
Entre os setores, o tratamento de resíduos, foi responsável por 0,03% das emissões de dióxido de carbono (CO_2), em 2014, com emissão de 227 Gigagramas de CO_2.

Indicadores Minas Gerais

A principal característica da economia regional mineira é a heterogeneidade. O tipo de atividade predominante em cada região permite identificar um Estado com várias regiões bem distintas. Em Minas Gerais – que possui 12 mesorregiões – podem ser identificadas seis regiões bem definidas: 11 Metropolitana de Belo Horizonte; Vale do Rio Doce; Triângulo Mineiro; Sul-Sudoeste; Sudeste de Minas; Centro-Norte do Estado

A participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) nos desembolsos do BNDES para o estado aumentou de 32,39%, em 2015, para 32,76% sobre o total liberado em 2016, alcançando o montante de R$ 2.857.404.602,83.

Indicadores Poços de Caldas

A indústria mostrou redução de participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia do município entre 2002 e 2017. A participação da indústria no VAB passou de 38,06%, em 2002, para 26,83% em 2017.

Para o setor da indústria no estado foram liberados desembolsos de recursos do BNDES, em 2016, um valor de R$ 3.770.072.725,22; o que representa uma participação de 43,22% sobre o total liberado. Comércio e serviços tiveram uma participação de 41,42%; e a agropecuária 15,35%.

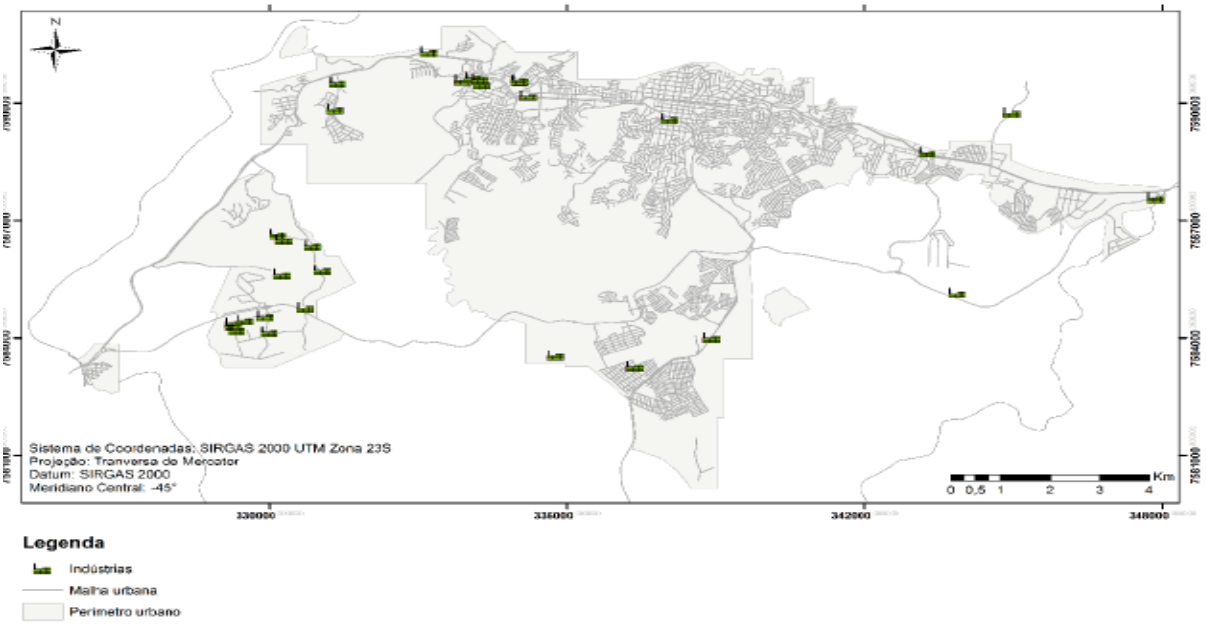


Figura 51: Mapa da localização das indústrias

Fonte: Plano Municipal de Mobilidade Urbana (2019)

INDÚSTRIA

Tipo	Estabelecimento (unidades)	Ocupação (pessoas)
Extração	30	301
Transformação	479	9.151

Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2015.

AGRICULTURA

Lavoura permanente

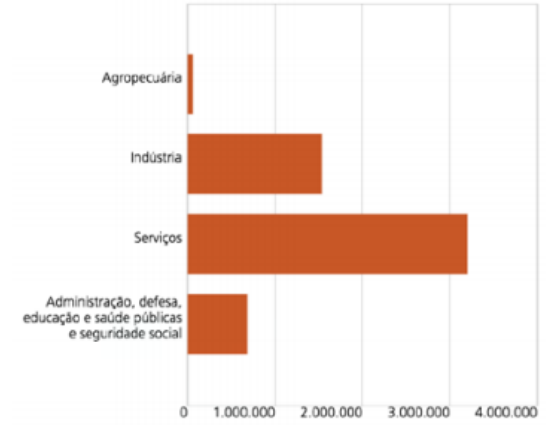
Produto (1)	Quantidade (ton)	Valor (1.000 R$)
Café (em grão) Arábica	6.240	49.920
Banana (cacho)	210	210
Pêssego	60	135

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2016.

(1) Principais produtos por valor da produção.

PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

Valores a preços correntes (R$ 1.000)



Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios 2015.

PIB *per capita*

39.734,86 R$/hab.

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios 2015.

COMÉRCIO

Estabelecimentos

2.527 estabelecimentos

Pessoal ocupado

14.695 pessoas

Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2015.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

18 agência(s)

Fonte: Banco Central do Brasil, 2017.

Os 5 maiores PIBs do Sul de Minas:

1. **Pouso Alegre** - R$ 6,819 bilhões
2. **Extrema** - R$ 6,179 bilhões
3. **Poços de Caldas** - R$ 6,117 bilhões
4. **Varginha** - R$ 4,482 bilhões
5. **Itajubá** - R$ 2,644 bilhões

Discussão

O município não possui graves problemas neste quesito, tendo pouca participação industrial e a existente não oferece grandes riscos ou agravos à saúde ou ao meio ambiente. Também se destaca uma indústria de recicláveis de PET. A infraestrutura do município também é boa, entretanto, observa-se ênfase na mobilidade urbana por automóveis particulares. Um projeto abandonado de trem aéreo corta toda a cidade e de tempos em tempos ressurge a discussão sobre o término e funcionamento da obra. Quanto à inovação, não se observa avanços significativos, havendo espaço para tecnologias ligadas ao turismo, por exemplo.

Destaca-se, em especial, o desafio de produção de indicadores para o monitoramento integrado da construção de infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente pela Prefeitura, para além da infraestrutura de transportes.

Outros desafios é na implementação de políticas públicas de inclusão digital na cidade que consistem em: atualização da infraestrutura tecnológica; implantação de novos equipamentos públicos de inclusão digital; assim como a construção do discurso da importância de manutenção da política que não se esgota com prazo definido, mas sim com iniciativas contínuas (que frequentemente precisam ser atualizadas de acordo com a demanda social), devido ao alto grau que a tecnologia está inserida no dia a dia da população

Como alcançar as metas do ODS 09?

AMOSC

- Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura na área rural e urbana, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.
- Promover a industrialização inclusiva e sustentável e aumentando significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB.
- Modernizar a infraestrutura municipal para as indústrias, o comércio e os serviços para torná-los sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.

- Fortalecer a pesquisa científica, melhorando as capacidades tecnológicas do setor industrial e portuário, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores, bem como os investimentos público/privado em pesquisa e desenvolvimento.
- Aumentar o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhando para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à Internet.
- Criar incentivos fiscais e impostos verdes para indústrias sustentáveis.
- Estabelecer os parâmetros mínimos de sustentabilidade no Plano Diretor, Código de obras, Ocupação do solo e demais leis municipais.

AMOSTRA DO E-BOOK

De que se trata esta ODS?

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Qual a importância do ODS 10 para o Município?

O ODS 10 trata as questões relacionadas às desigualdades, não somente dentro do país em que se vive, mas também entre ele e os demais. Esse objetivo pretende reduzir a distância que separa os mais ricos dos mais pobres. As desigualdades ocorrem por diversos ângulos: diferença de renda; diferença de patrimônio; diferença de tipos e qualidade de moradias; diferença do acesso a serviços básicos como saúde e educação; diferença de acesso à infraestrutura; à justiça; a oportunidades de trabalho; a esporte e lazer; e a oportunidades de participar nas decisões que afetam a todos. Também se manifesta por meio da discriminação, fazendo com que grupos fiquem excluídos social, econômica e politicamente,

Indicadores Brasil:

Em 2016, dados do IBGE mostram que as mulheres ganhavam cerca de 72% do que os homens recebiam. O número caiu para 70% na comparação com os dados de 2017. Os negros passaram a ganhar ainda menos na comparação com os brancos entre 2016 e 2017. Em 2017, os rendimentos médios de negros foram de R$ 1.545,30, enquanto os dos brancos alcançaram R$ 2.924,31, uma razão de 53% a comparação no ano passado mostrava razão de 57%. O aumento na proporção da população brasileira que vive na pobreza aqueles que sobrevivem com renda diária de até US$ 1,90, pouco

AMOSTRA DO E-BOOK

mais de R$ 7, de acordo com definição do Banco Mundial. A taxa de brasileiros nessa situação subiu de 6,5% da população em 2016 para 7,2% da população em 2017 (, 2018).

Para determinar o valor real dos salários mínimos passados é necessário atualizar os valores da época para poder compará-los com o valor presente. Esses cálculos são realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Considerando a série histórica do salário mínimo e trazendo os valores médios anuais para reais de 1º de janeiro de 2019, o valor de R$ 954,00, em 1º de janeiro de 2019 é o maior valor real da série das médias anuais desde 1983.

Conforme pesquisa do Ipea, estima-se que no Brasil tenha mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas. O estudo mostra que das 101.854, 4% estão concentradas em municípios com mais de 900 mil habitantes e 77,02% habitavam em cidades com menos de 100 mil pessoas.

Indicadores Minas Gerais

Em Minas Gerais, a renda domiciliar per capita em 2001 era de R$ 452,9. Em 2009, elevou-se para R$ 631,2. O crescimento de 39,4% no período foi além da média nacional, que registrou aumento real de 23,5% e também da região, que foi de 17,3%. As desigualdades de renda média diminuíram um pouco, uma vez que a renda domiciliar per capita na zona rural teve crescimento de 49%, superior ao observado na urbana (36,7%), passando de R$ 224,3, em 2001, para R$ 334,2 em 2009. Ainda assim, a discrepância entre esses indicadores rurais e urbanos chama a atenção. Mesmo com esse bom desempenho, em termos do crescimento de renda observado nos últimos anos, o estado alcançou a média nacional, em 2009, mas ainda exibe patamares inferiores ao da região Sudeste como um todo.

No que diz respeito à ao número de extremamente pobres, população com renda per capita inferior a R$ 67,07 por mês, em 2009 Minas Gerais apresentou tendência de queda. Em 2001, 9% da população vivia em pobreza extrema e em 2009 este índice sofreu diminuição para 3%. Comparada à da Região Sudeste, essa trajetória foi mais intensa. No mesmo período, a pobreza extrema na região passou de 5,6% para 2,3%. Os índices nacionais são de 10,5% e 5,2% para 2001 e 2009, respectivamente.

No contexto rural, os indicadores de pobreza extrema apresentados, 19,7% em 2001 e 5,6% em 2009, acompanham a tendência de queda observada no resto do estado, porém com intensidade ainda maior. Quanto à desigualdade de renda, pelo Índice de Gini, os números vêm caindo, com a média do Sudeste inferior à nacional e a de Minas Gerais muito próxima à da região durante toda a década. Na área rural, a desigualdade é inferior à urbana.

Indicadores Poços de Caldas

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Poços de Caldas é 0,779, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,872, seguida de Renda, com índice de 0,768, e de Educação, com índice de 0,706.

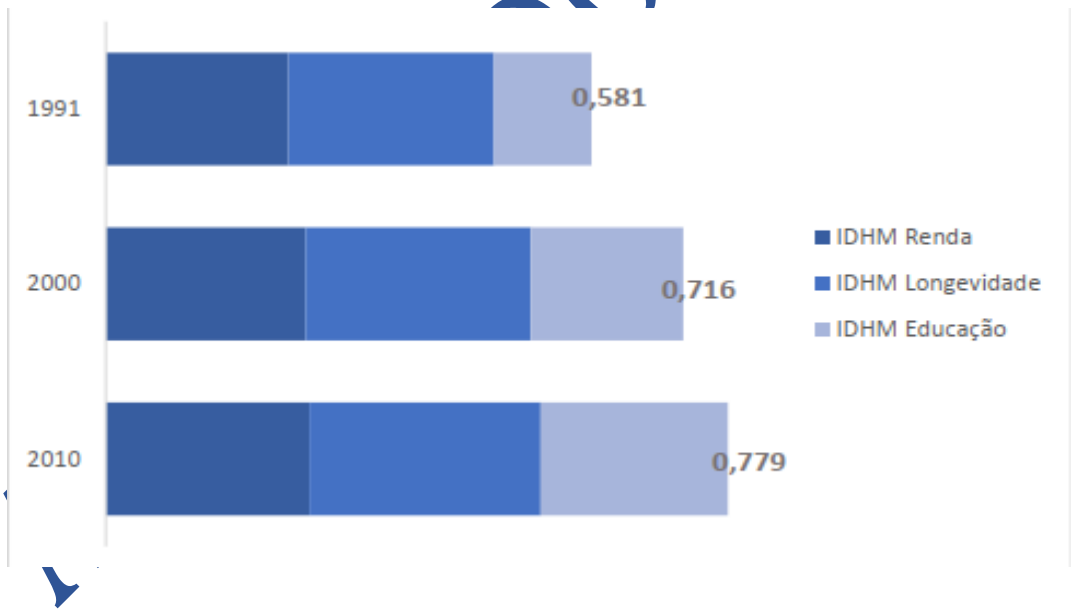


Figura 52: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, Poços de Caldas

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013)

A renda per capita média de Poços de Caldas cresceu 64,29% nas últimas duas décadas, passando de R$ 580,65, em 1991, para R$ 867,68, em 2000, e para R$ 953,96, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,65%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,56%, entre 1991 e 2000, e 0,95%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 12,67%, em 1991, para 6,42%, em 2000, e para 2,93%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,52, em 1991, para 0,56, em 2000, e para 0,50, em 2010.

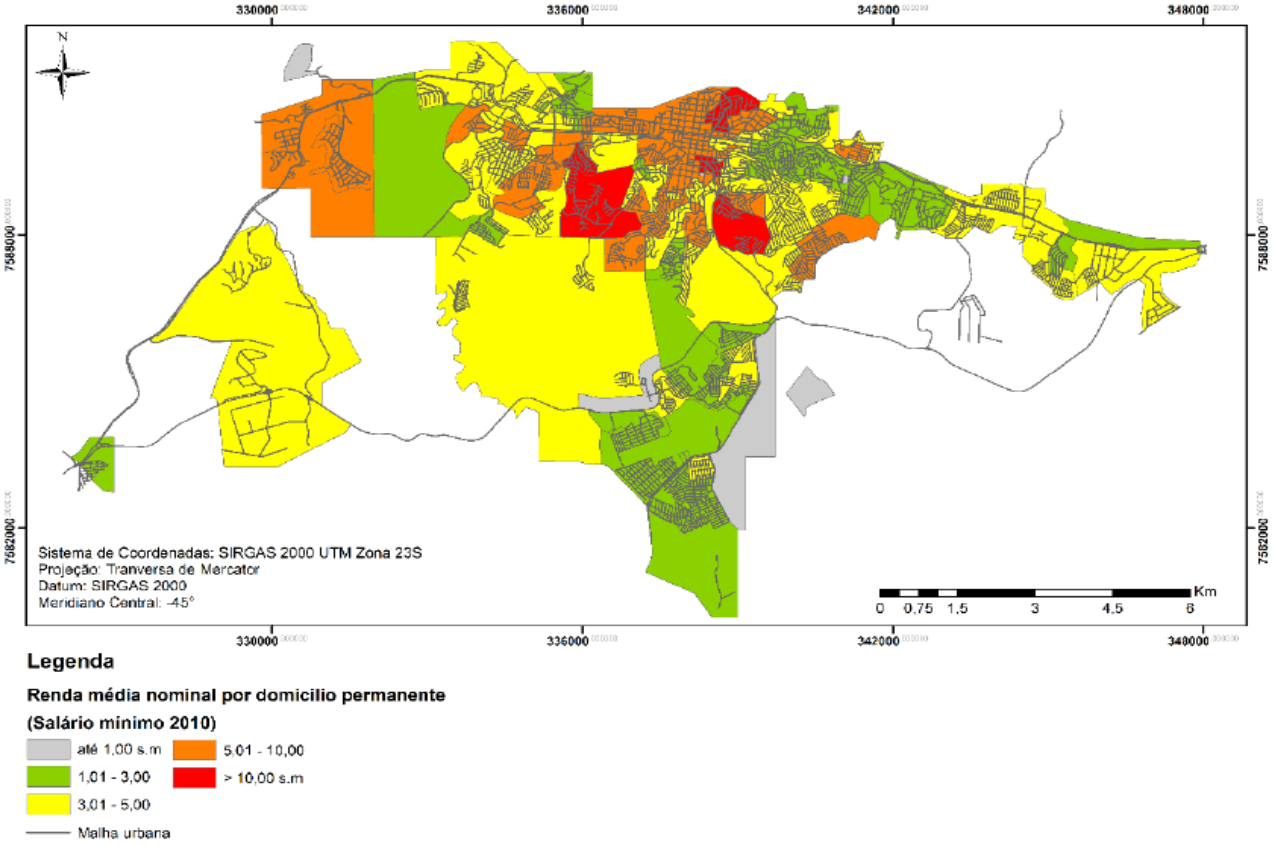


Figura 53: Renda média nominal por domicilio

Fonte: Plano Diretor (2006)

No município o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em outubro de 2017, era de 16.145 dentre as quais: 1.741 com renda per capita familiar de até R$ 85,00; 1.553 com renda per capita familiar entre R$ 85,01 e R$ 170,00; 5.597 com renda per capita familiar entre R$ 170,01 e meio salário mínimo; 7.254 com renda per capita acima de meio salário mínimo. Estas famílias são compostas por 43.716 pessoas e regularmente são realizadas busca ativa para garantia do acesso das mesmas aos

serviços e benefícios ofertados pela política de Assistência Social. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de novembro de 2017, 2.694 famílias

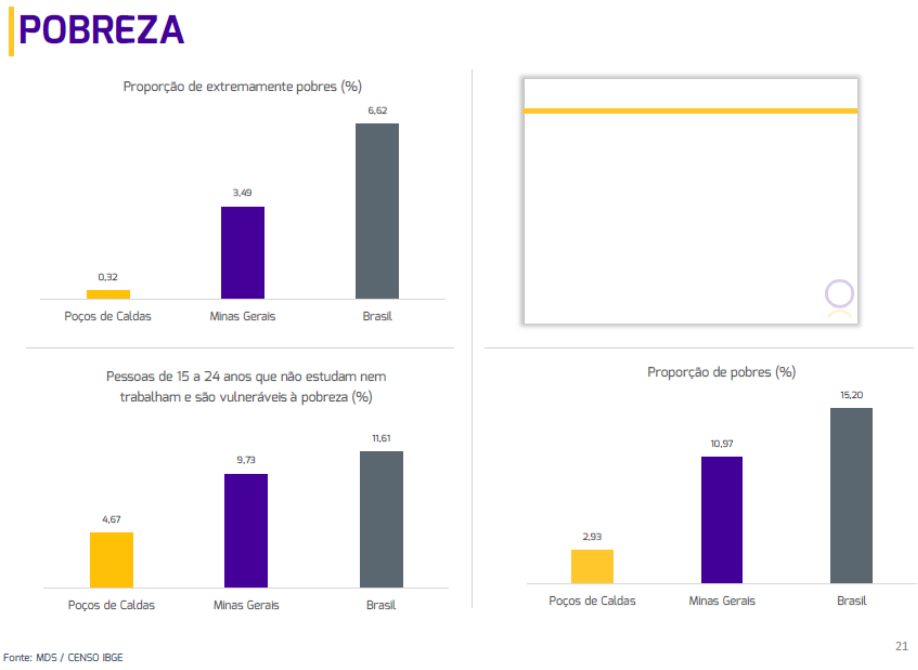


Figura 54 e 55: Indice GINI e IDH

Fonte: MDS (2020)

Em Poços de Caldas na Secretaria de Promoção Social existem cinco Centro de Referência de Assistência Social-CRAS instalados: CRAS Centro, CRAS Leste I, CRAS Leste II, CRAS Oeste e CRAS Sul. Devido à extensão territorial e às demandas existentes, há também um ponto de apoio do CRAS Sul em funcionamento. Na proteção social básica também contamos com uma Equipe Volante, responsável pelo atendimento das famílias residentes em áreas rurais.

Destes, apenas o CRAS Leste II e a Equipe Volante ainda não recebem cofinanciamento federal. Em complementação ao trabalho social com famílias desenvolvido através do PAIF, nos CRAS, há o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Este serviço visa, também, a prevenção de ocorrência de situações de risco social e o fortalecimento dos vínculos, sejam estes familiares ou comunitários. Deve ser executado com o intuito de garantir as seguranças de acolhida e convívio,

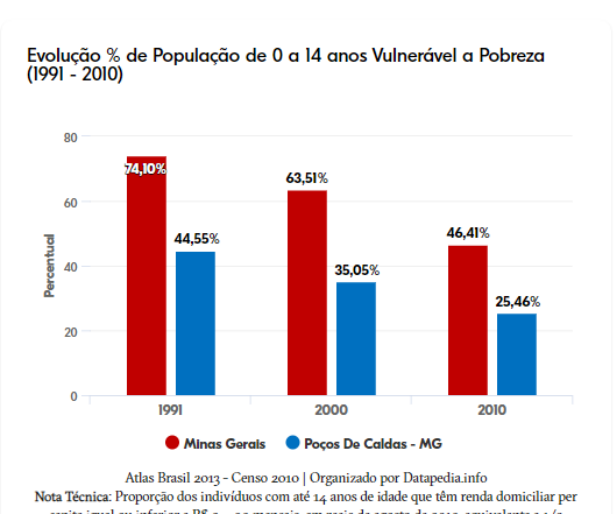
bem como estimular o desenvolvimento da autonomia dos participantes (BRASIL, 2016).

As famílias são encaminhadas para este serviço através dos CRAS e, atualmente, o município conta com termos de parceria com oito (8) instituições, que, de maneira territorializada, atendem a todos os CRAS, com média de atendimento mensal de 1.000 usuários. De maneira geral, atualmente a proteção social básica conta com 29 profissionais de nível superior – assistentes sociais e psicólogos – na composição das equipes dos CRAS e, dentre estes, sete (7) são responsáveis por funções de coordenação. Contamos ainda com 35 profissionais com Ensino Médio envolvidos em funções administrativas, de atendimento as famílias e de serviços gerais. Destes, 26 são estagiários remunerados. Todos esses profissionais são responsáveis pela execução média mensal de 4.300 atendimentos, acompanhamento familiar de 1.000 famílias, 400 visitas domiciliares e 1.400 encaminhamentos para acesso a benefícios eventuais.

Considerando a descentralização prevista na Política Nacional de Assistência Social, em consonância com o pressuposto do cofinanciamento, a Política da Assistência Social deve contar com a previsão de recursos das três esferas de governo.

Em 2017 foram alocados R$ 10.220.589,00 de recursos próprios do município na fonte 100, destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

AMOSTRA DO E-BOOK



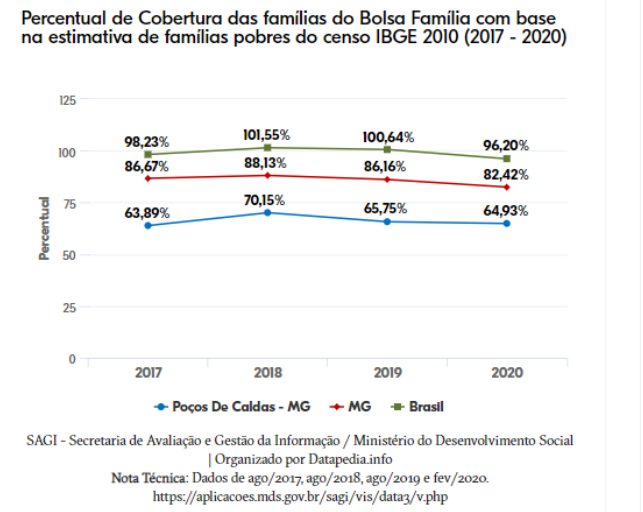


Figura 56 e 57: evolução de população de 0 a 14 anos vulnerável a pobreza (1991 a 2010) e percentual de cobertura das famílias do Bolsa Família (2017/2020)

Fonte: Atlas Brasil (2021)

População em situação de rua

Segundo dados da diretoria de vigilância socioassistencial do Estado, em 2016 cerca de 3.338 pessoas em situação de rua foram atendidas no Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP), sendo 1.213 só em Belo Horizonte. De acordo com os relatórios do Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), em 2016, 5.305 pessoas em situação de rua foram atendidas, sendo que a sua maioria são do sexo masculino, contabilizando 4.494 e a faixa etária predominante é de 18 a 59 anos. Contudo, os dados são subnotificados, pois são contabilizados apenas aqueles que buscam algum tipo de atendimento.

De acordo com o Relatório publicado pela Secretaria de Promoção Social, em Poços de Caldas, o Sistema Único de Assistência Social de Poços de Caldas está regulamentado pela lei municipal 9080, de 20 de outubro de 2015 e organiza os serviços socioassistenciais nas seguintes funções: Vigilância Socioassistencial, Proteção Social e Defesa Social e Institucional.

Ainda com base nas vulnerabilidades e riscos sociais, as proteções sociais são ofertadas no SUAS por níveis de complexidade: Básica e Especial de Média e Alta Complexidade. Considerando o que é posto pela lei municipal do SUAS e para além destes serviços, a estrutura da Secretaria de Promoção Social é composta por:

Quadro 1: numero de pessoas e famílias cadastradas no CadUnico e famílias acompanhadas por Centro de Referencia de Assistência Social de Poços de Caldas em 2018

- Proteção Social Básica – CadUnico – 16.660

	CadUnico	Famílias acompanhadas
Cras Sul	4.580	391
Cras Centro	2.830	209
Cras Leste I	5.130	246
Cras Leste II	1.170	103
Cras Oeste	2.630	89
Equipe Volante	320	41

Fonte: Plano Municipal Assistencia social (2018)

Discussão

Um dos desafios é aprimorar o monitoramento sobre a acessibilidade arquitetônica - o conceito de acessibilidade que norteia o Selo de Acessibilidade Arquitetônica é rígido e se baseia em normas técnicas rigorosas. Alem disto, melhorar a qualidade das informações produzidas para monitoramento e controle social da atuação do município para redução da desigualdade, produzindo informações devidamente territorializadas, desagregadas e atualizadas a partir do reconhecimento dos fenômenos interseccionados que agravam a desigualdade e a violência dela decorrente (raça/cor, idade, nacionalidade, território, etc).

Como alcançar as metas do ODS 10?

- Reduzir desigualdades nos serviços públicos
- Criar mecanismos legais para um ordenamento territorial que promova oportunidades de acesso a serviços, emprego e lazer para todos
- Articular a formação de instâncias de governança e planejamento em níveis regionais e estaduais e contribuir para as nacionais
- Criar oportunidades de intercâmbio em níveis regionais, estaduais, nacionais e internacionais para troca de experiências de governança e planejamento.
- Reordenar e ampliar o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Situação de Rua, promovendo o acesso da população em situação de rua a direitos socioassistenciais;
- Reordenar o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, seguindo as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), com a garantia de espaço físico adequado, equipe técnica específica e interdisciplinar, assegurando o acompanhamento e orientação aos adolescentes e suas famílias; •

AMOSTRA DO E-BOOK

- Elaborar e implementar Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária, no sentido de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, reduzindo assim o número de acolhimento institucional de crianças e adolescentes;
- Ampliar a cobertura da Proteção Social Básica, por meio da implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme estabelecido no Pacto de Aprimoramento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), para o atendimento/acompanhamento das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social;
- Estabelecer relação conveniada, transparente e participativa com as organizações da sociedade civil que integram a Rede de Proteção Social, em caráter complementar, assegurando padrão de qualidade no atendimento;
- Construir Espaços Físicos para o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes e idosos.
- Potencializar e fomentar a intersetorialidade, como estratégia de gestão visando ampliar as ofertas da Assistência Social em integração com as Políticas de Educação, Saúde, Trabalho, Habitação, Cultura, Esporte, Direitos Humanos, Segurança, Meio Ambiente, dentre outras, de modo a permitir o acesso aos direitos sociais básicos e a ampliação de oportunidades às famílias em situação de vulnerabilidade e violação de direitos;
- Instituir parâmetros para a relação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com o Sistema de Justiça e o Sistema de Garantia de Direitos, com vistas ao estabelecimento de fluxos e protocolos de referenciamento e delimitação de competências, na perspectiva da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes; e do atendimento, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência;
- Fortalecer a relação intersetorial entre as políticas de Assistência Social, Educação e Trabalho, por meio dos Centros Públicos de Emprego, Trabalho e Renda, com vistas à ampliação do acesso ao mercado de trabalho formal, priorizando os segmentos mais vulneráveis (jovens de 18 a 29 anos), desempregados e famílias do Programa Bolsa Família;

AMOSTRA DO E-BOOK

- Fortalecer a Política Municipal de Trabalho e Renda, tornando-a capaz de enfrentar o desemprego e a precarização do trabalho, por meio de ações articuladas de qualificação profissional, intermediação da mão-de-obra, acesso ao microcrédito e incentivo à formação aos empreendimentos de economia solidária;
- Ampliar e aprimorar as ações de qualificação profissional, criando oportunidades para inserção do jovem no mercado de trabalho, através da implementação de programas de estímulo ao primeiro emprego;
- Apoiar iniciativas de Economia Solidária e Empreendedorismo, com a ampliação de recursos para o fomento e a promoção dos produtos e serviços gerados pelo associativismo, incentivando a sua comercialização nas feiras livres e mercados municipais;

E-BOOK

De que se trata este ODS?:

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Qual a importância do ODS 11 para o Município?

A qualidade de vida dos habitantes de um Município pode ser influenciada pela qualidade do planejamento municipal. Esse objetivo trata não apenas do desenvolvimento urbano, como também dos demais assentamentos em áreas rurais. Com o crescimento das cidades, muitas áreas passam a ser habitadas de maneira não planejada e criam imensos bairros desfavorecidos e áreas de risco.

Os espaços da cidade devem ser divididos entre os setores privado e o setor público, de modo a equilibrar os interesses, impedindo que a especulação imobiliária expulse os grupos mais vulneráveis, distanciando-os de seus trabalhos e dos serviços básicos necessários (saúde, educação, segurança, assistência etc.). É preciso proporcionar a todos os habitantes, inclusive aos mais pobres e portadores de deficiências, os serviços básicos necessários para uma vida segura. Isso inclui fornecimento de transporte seguro, manejo e reciclagem do lixo, sempre buscando tornar o Município ambientalmente sustentável. Trata também da proteção do patrimônio público, cultural e natural e da construção de ambientes agradáveis, verdes e sustentáveis para a população

AMOSTRA DO E-BOOK

Indicadores do Brasil:

54% da população mundial vive em cidades. A população mundial está ficando mais velha a cada ano. A taxa de envelhecimento com pessoas com mais de 60 anos de idade é de 3,26% ao ano. As cidades são responsáveis pela emissão de 60% das emissões de dióxido de carbono. Nos últimos 20 anos houve um forte aumento do número de grandes e megacidades no mundo, sendo as cidades grandes aquelas com de 5 milhões a 10 milhões de habitantes e as megacidades aquelas com mais de 10 milhões de habitantes.

Enquanto em 1995 havia 22 grandes cidades e 14 megacidades no mundo, em 2015 esse número era de 44 e 29, respectivamente. A maior parte das megacidades está localizada em países em desenvolvimento, tendência que deve continuar já que muitas cidades de Ásia, América Latina e África devem se tornar megacidades até 2030. Atualmente, as 600 principais cidades do mundo têm 1/5 da população mundial e geram 60% do Produto Interno Bruto (PIB) global, e estão localizadas principalmente em países desenvolvidos. O município de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia teve um crescimento populacional de 335%, o maior no período de 2001 a 2017. Neste mesmo período o município de Severiano Melo, no Rio Grande do Norte teve um decréscimo populacional de 70,3%. 22% dos municípios brasileiros possuem 2% da população total do país. 1% dos municípios brasileiros com mais de 500.000 habitantes correspondem a um terço da população brasileira (ONU/Habitat, 2019b)

TRA DO E-BOOK

As cidades brasileiras, em geral, ainda não conseguiram resolver necessidades gerais de infraestrutura, como a relacionada à habitação transporte, além de serviços públicos essenciais, como água e esgoto, saúde, educação, energia, áreas verdes.

Em 2010, 0% da população vivia em aglomerados urbanos subnormais (favelas e similares), ou seja, 0 pessoas. A pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) realizada pelo IBGE, em 2017, mostrou que em 75 municípios do estado (8,79%) contavam com favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados; em 68 (7,97%) tinham cortiços, casas de cômodos ou cabeças de porco; em 556 (65,18%) apresentavam loteamentos irregulares e/ou clandestinos; e em 66 (7,74%) tinham ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia. 261 municípios (30,60%) apresentavam nenhuma das situações relacionadas à precariedade nas condições de habitação.

Para ser considerado proprietário, o residente deve possuir documentação legal que garanta esse direito, seja ela de propriedade ou de aluguel. A proporção de moradores, em 2010, com acesso ao direito de propriedade (própria ou alugada) era de 92,78%.

Indicadores de Minas Gerais

O IBGE, juntamente com Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), realizaram um estudo sobre população em áreas de risco no Brasil. Em 2010, foram monitorados 872 municípios onde haviam 2.471.349 domicílios situados em áreas com risco de enchentes e deslizamentos de terra. Nesses domicílios moravam 8.270.127 pessoas, o que corresponde a 8,95% da população brasileira.

No estado, em 2010, foram monitorados 139 municípios onde haviam 410.985 domicílios situados em áreas com risco de desastres naturais. Nesses domicílios moravam 1.377.577 pessoas, representando 14,81% da população do estado.

Considerando o estado, nos 4 últimos anos, dos seus 853 municípios, 476 foram atingidos por secas (55,80%), 217 por alagamentos (25,44%), 154 por processos erosivos acelerados (18,05%), 198 por enchentes ou inundações graduais (23,21%), 237 por enxurradas ou inundações bruscas (27,78%) e 150 por escorregamentos ou deslizamentos de encostas (17,58%). Em 2017, 552 municípios do estado (64,71%) não tinham nenhum instrumento de planejamento que contemplem a prevenção de desastres naturais e apenas 105 municípios (12,31%) tinham plano de contingência e/ou prevenção para a seca.

Indicadores de Poços de Caldas

A taxa de urbanização era de 95,53%, em 1991, passando para 97,56% em 2010. Com um contingente populacional de 152.435 pessoas, em 2010, o município tinha 2,43% de sua população morando na área rural.

A densidade demográfica do município era de 278,54 hab/km² em 2010. O município apresentou taxa de crescimento anual de 2,34%, entre 1991 e 2000, e 1,18%

entre 2000 e 2010. O déficit habitacional do Brasil – número de cidadãos sem moradia adequada – em 2010, era de 12,09%, correspondente a 6.940.691 domicílios.

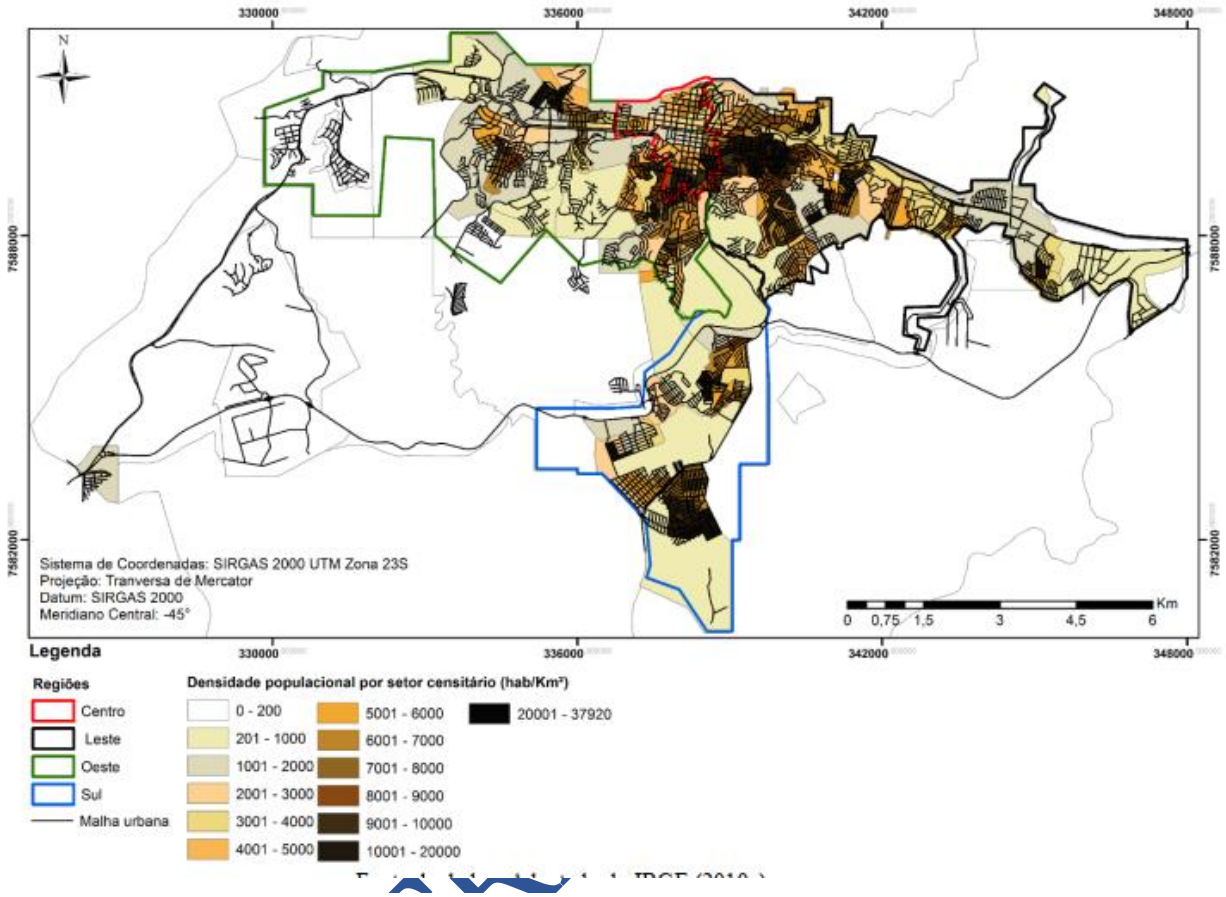


Figura 58: Densidade Demográfica – Setor Censitário 2010

Fonte: Plano Municipal de Mobilidade Urbana (2019)

No município, em 2010, 10,83% dos domicílios se enquadravam em algum critério de déficit habitacional, o que correspondia a 5.464 domicílios.

Na área urbana, existia um déficit habitacional de 5.417 unidades, o que representa 10,83% dos domicílios; na área rural o déficit habitacional era de 48 unidades, o que equivale a 4,40% dos domicílios.

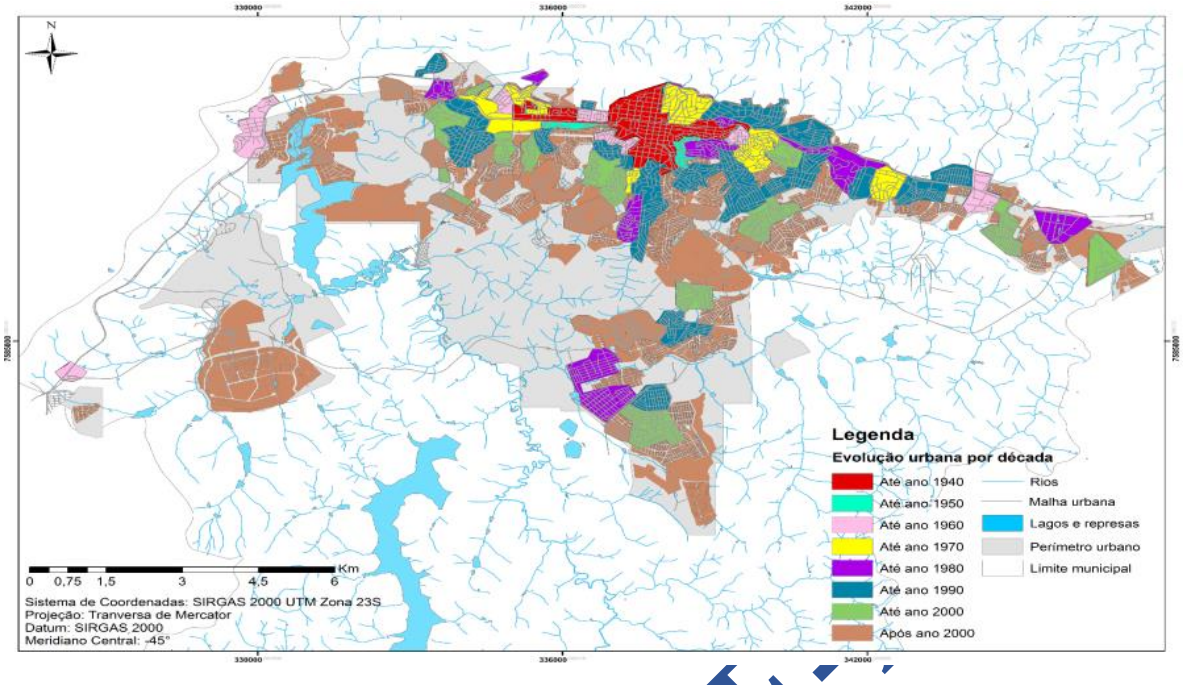


Figura 59: Mapa da evolução urbana por décadas

Fonte: Plano Municipal de Mobilidade Urbana (2019)

A mobilidade se constitui em outro importante aspecto da vida nas cidades, pela sua importância no acesso ao espaço urbano. Está diretamente relacionada aos modos de transporte coletivo, que também precisam ser seguros, acessíveis, sustentáveis, inclusivos e a preço acessível para todos, além de ecologicamente sustentáveis.

No município, em 2010, 67,23% (41.844 pessoas) gastavam, em média, até 30 minutos para chegar ao trabalho e 27,79% (17.300 pessoas) mais de 30 minutos até 1 hora. Uma opção para maior mobilidade urbana é a utilização de ciclovias. O Brasil, em 2014, tinha cerca de 70 milhões de bicicletas, mas não oferecia lugares exclusivos e seguros para se trafegar, especialmente nas metrópoles.

Em relação a oferta do transporte coletivo, sabemos que a qualidade deste serviço está relacionada ao quanto está disponível aos usuários e quanto maior a oferta. Para ser considerado um transporte coletivo adequado envolve uma serie de questões: disponibilidade do serviço próximo à origem e ao destino, horários adequados de atendimento, acessibilidade e capacidade suficiente para atender a demanda

Poços de Caldas de acordo com as pesquisa realizadas por Instituições de Ensino Superior, em 2019 possuia 240 setores censitários, de acordo com o seu Plano de Mobilidade Urbana de Poços de Caldas – PlanMob Poços de Caldas (2019), tem 31 Zonas de Tráfego (ZT's) e quatro grandes regiões (Centro, Leste, Oeste e Sul).

De acordo com os dados do Denatran, 2017 Poços de Caldas possuía Carros 67.895 unidades, Ônibus e micro-ônibus 1.094 unidades, Caminhões 2.924 unidades e Motos 15.499 unidades

Em Poços de Caldas o serviço de transporte público coletivo é oferecido exclusivamente por ônibus: operam cerca de 50 linhas em todos os dias da semana. O município também possui quatro estações em diferentes regiões da cidade que funcionam, de acordo com a empresa, de forma integrada.

Para determinação da oferta do serviço de transporte público é utilizado pelos pesquisadores o ITSA Índice de Disponibilidade de Transporte Coletivo (Index of Transit Service Availability - ITSA), compreendido como uma ferramenta para planejar e comparar a disponibilidade do serviço de transporte em áreas com populações e densidades populacionais semelhantes.

De acordo com a pesquisa realizada pela Universidade de Itajuba (Assis et al, 2019) que na distribuição territorial percebeu que as ZT's localizadas na região central ou próximas desta possuem uma melhor oferta do serviço de transporte público. De forma geral, somente as regiões 9 e 15 apresentaram um resultado acima de 6,5, caracterizando a oferta como satisfatória. Além disso, 11 regiões possuem uma oferta adequada, com ITSA entre 5 e 6,5, e as 18 regiões restantes possuem uma oferta baixa do transporte, com ITSA inferior a 5, mas acima de 3,5. Nenhuma das regiões apresentou uma oferta insatisfatória, sendo 4,1 o valor mais baixo de ITSA, na ZT 29. A grande oferta nas regiões 9 e 15 pode ser explicada pela sua localização central, em que há mais linhas cruzando esta região devido à localização do terminal central e a grande quantidade de oportunidades que estão concentradas nos centros urbanos.

Então de acordo com os dados a oferta de transporte coletivo na cidade é baixa, já que 18 unidades das 31 avaliadas obtiveram um valor de ITSA menor que 5. Isso significa que mais da metade da cidade não possui uma oferta de transporte que seja no mínimo, adequada. Essa baixa oferta pode ser traduzida num comprometimento da acessibilidade do município, que torna mais difícil o acesso da

AMOSTRA DO E-BOOK

população que reside nessas regiões às oportunidades oferecidas pela cidade. Apenas duas ZT's possuem uma oferta de transporte coletivo satisfatória, que são as regiões 9 e 15, localizadas no centro do município onde também existe uma concentração maior de renda, o que pode impactar num menor uso do transporte público coletivo. As regiões 29, 30 e 31, foram as com a menor oferta de transporte, o que pode impactar numa marginalização e exclusão dos habitantes desta região. Diante disto vê a necessidade de melhoria no transporte coletivo

Em se tratando do transporte cicloviário, nota-se que poucos trechos da área estudada apresentam infraestrutura para adoção do modal, que deve ter a utilização estimulada. Dos trechos estudados da área central, apenas a Avenida João Pinheiro possui trechos com infraestrutura cicloviária, dessa forma, as bicicletas compartilham a via com os outros veículos, aumentando a vulnerabilidade dos mesmos e a susceptibilidade de ocorrência de acidentes, assim como pode ser visualizado na Figura abaixo. Além da ausência da infraestrutura cicloviária, foi notada a ausência e paraciclos ou bicicletários.

Discussão

Considerando ser Poços de Caldas uma cidade com boa produção rural, a porcentagem da população vivendo nestas áreas é pequena, podendo ser devido a uma produção rural mais industrial ou mesmo uma definição errônea de zona rural, já que esta é determinada por lei, e não baseada em gradientes de ocupação. O IBGE aponta esta questão em sua publicação Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil, destacando que existem muitos espaços classificados de forma equivocada, tanto urbano quanto rural e destaca a necessidade de rever esta questão. No município de Poços de Caldas esta é uma questão ainda em aberto e precisa ser verificada.

Em relação a questão habitacional no município requer que seja estruturado um Plano Municipal de Habitação de forma a estruturar respostas diversas e complementares que garantam o direito à moradia digna, promovendo o atendimento habitacional adequado e definitivo a famílias de baixa renda por meio de programas, ações e estratégias para o enfrentamento da precariedade habitacional e urbana,

AMOSTRA DO E-BOOK

articuladas com estratégias de financiamento e de gestão participativa, a fim de atingir as metas estabelecidas.

Outro ponto é priorizar os modos coletivos e ativos de deslocamento no espaço urbano da cidade, por meio da expansão da rede de faixas exclusivas e corredores de ônibus; de ciclovias e ciclofaixas; e de infraestruturas dedicadas aos pedestres ou que garantam segurança a esse público, como calçadas, calçadões, locais seguros de travessia, moderadores de tráfego e espaços de convivência que estimulem a apropriação do espaço público;

Como alcançar as metas do ODS 11?

- Garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível,
- Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
- Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis.
- Reduzir o impacto ambiental negativo per capita da cidade, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
- Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
- Adotar e implementar políticas e planos integrados para a inclusão e a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e a resiliência a desastres.
- Introduzir nas leis e diretrizes municipais todos os tópicos acima

AMOSTRA DO E-BOOK

- Inibir a exclusão urbana promovendo habitação de interesse social e reduzindo guetos e separação territorial

AMOSTRA DO E-BOOK

De que se trata esta ODS?

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Qual a importância do ODS 12 para o Município?

Produzir e consumir apenas o que necessitamos pode impactar positivamente nosso Município e nosso planeta. Esse objetivo trata das cadeias de consumo e de como a população usufrui delas. A produção de bens e o consumo têm sido exagerados, o que causa desperdício, volume exagerado de lixo e uso de recursos naturais maior do que o necessário. É um objetivo que tem forte ligação com a nossa atual forma de viver nesse planeta e com como poderíamos usar de forma mais eficiente e responsável os recursos naturais que dispomos, sem comprometer as gerações futuras.

Indicadores Brasil

No Brasil, o consumo industrial de substâncias destruidoras da camada de ozônio foi de 26.560,40 toneladas em 1992 e diminuiu para 1.025,80 toneladas em 2015. A partir de 2006, os Hidroclorofluorcarbonos-HCFCs se tornaram as principais substâncias destruidoras da camada de ozônio, respondendo, em 2015, por um consumo industrial de 1.025,80 toneladas.

OSTRA DO E-BOOK

Como alcançar as metas do ODS 12 ?

- Implementar planos e programas sobre produção e consumo sustentáveis, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos diversos setores do município.
- Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.
- Reduzir o desperdício de alimentos, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento.
- Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso. Incentivando as empresas a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seus relatórios. Promovendo práticas de compras públicas sustentáveis.
- Fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
- Desenvolver e implementando ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais
- Facilitar o acesso e a interação produtor-consumidor
- Estabelecer leis de consumo de produção local e sustentável em compras públicas
- Criar selos e certificações para produtos produzidos em âmbito municipal e regional

AMOSTRA DO E-BOOK

Discussão

Se destaca em especial o desafio de produção de indicadores para o monitoramento integrado das ações da Prefeitura no fomento à produção e ao consumo sustentáveis. E aprofundar na compreensão das capacidades municipais para atuar no fomento à gestão sustentável e ao uso eficiente dos recursos naturais, de forma descentralizada e transversal, mobilizando órgãos municipais para além da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

A Prefeitura Municipal deve atuar para se adaptar às políticas de compras públicas mais sustentáveis e de redução do impacto ambiental. Neste sentido, estão sendo realizados estudos para viabilizar ações que fortaleçam a sustentabilidade como, por exemplo, a elaboração da Ata de Registro de Preços de Copos de Papel Descartável para substituir a utilização de copos plásticos na Prefeitura.

AMOSTRA DO E-BOOK

TRA DO E-BOOK

De que se trata esta ODS?:

Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

Qual a importância do ODS 13 para o Município?

O aquecimento é global, mas a influência é local. A mudança do clima tem ficado cada vez mais evidente. É um problema global, que reflete na vida de cada cidadão. Esse objetivo trata da importância da resiliência e da capacidade de adaptação dos agrupamentos humanos aos riscos associados à mudança do clima e às catástrofes naturais. Chama a atenção para as ações que devem ser feitas no nível municipal para ajudar a combater a mudança do clima e seus impactos.

Indicadores Brasil

As mudanças climáticas já causaram impactos sobre as condições de vida e trabalho das pessoas, assim como sobre a vida selvagem e o meio ambiente. O impacto dessas mudanças depende do nível de aquecimento global. Um aumento de um grau na taxa da temperatura da Terra terá um impacto ecológico grave.

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, de 2013, analisou quatro cenários possíveis sobre as mudanças climáticas até 2100. Na visão mais pessimista, o relatório aponta que, se o aquecimento continuar no mesmo ritmo, a temperatura do planeta subirá 5°C até 2100.

Em uma visão mais otimista, a elevação da temperatura irá variar entre 0,3°C e 1,7°C entre 2081 e 2100. Em 2016, o Brasil estava classificado como o sétimo maior emissor de GEE, sendo responsável por 3,4% das emissões globais.

Se comparadas as emissões de 1990 e de 2018, verifica-se, segundo dados do Observatório do Clima, que as emissões brutas aumentaram de 1.730.321.825 t CO_2e para 1.939.121.717 t CO_2e. No ranking de emissões por estado, em 2018, os cinco maiores emissores de gases de efeito estufa foram: Pará, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais e Rondônia.

Indicadores Minas Gerais

A mudança do clima, provocada pelo aquecimento global, é decorrente tanto de causas naturais, como, principalmente, de atividades humanas, conforme destaca o Relatório Avaliação do Fundo Clima (2016), elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Brasil (IPEA), em conjunto com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), em convênio entre a CEPAL e o Ministério do Meio Ambiente. Em 2018, os setores Mudança de Uso da Terra e Floresta e Agropecuária são as maiores responsáveis pelas emissões de GEE no Brasil, com 43,62% e 25,38% respectivamente. No estado, em 2018, os setores que mais emitiram GEE foram: Agropecuária (36,22%) e Energia (25,33%).

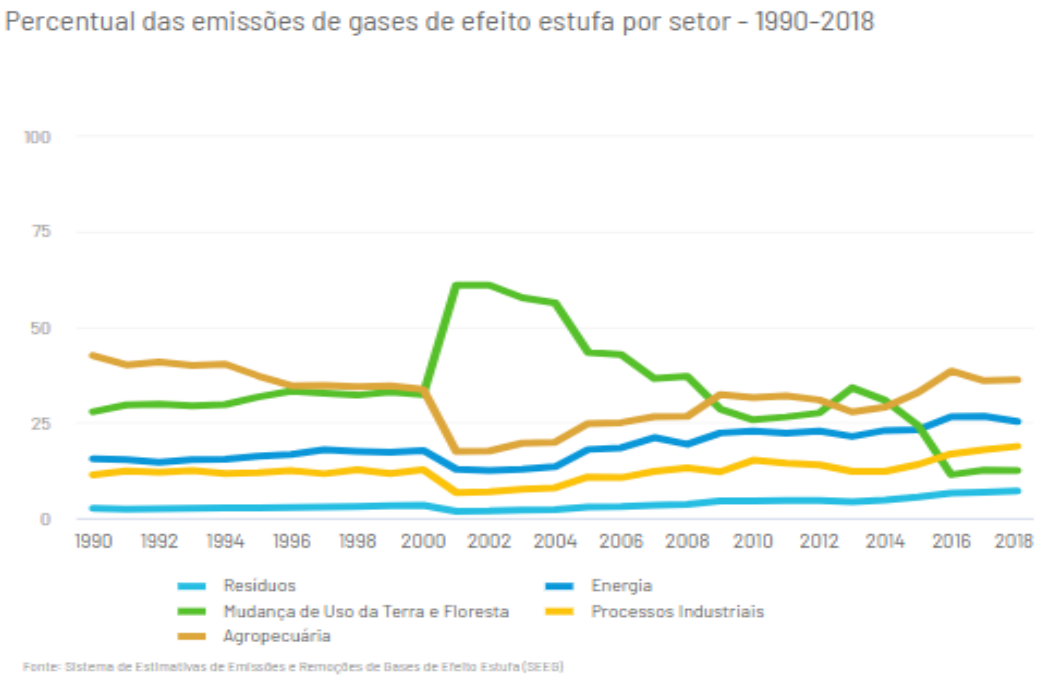


Figura 60: percentual das emissões de gases de efeito estufa por setor (1990-2018)

Fonte: Sistema de estimativas de emissões e remoções de gases de efeito estufas

Indicadores Poços de Caldas

Não há o Plano de Ação Climática do município no qual implica na execução de: a) elaborar o Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE); b) elaborar um Plano de Ação Climática.

Como alcançar as metas do ODS 13 ?

- Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais, devendo ser uma das prioridades para a atual, e futuras administrações do Município
- Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e no planejamento de Poços de Caldas
- Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.
- Mobilizar recursos para atender às ações de mitigação, implementação e operacionalização de atividades para contenção de inundações no município.
- Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.
- Fomentar e facilitando recursos para pesquisas de monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado nas universidades e instituições de pesquisas que atuam no município
- Criar incentivos a eventos carbono zero
- Implementar medidas de incentivo e proibição visando a redução de consumo de descartáveis
- Incentivar e criar condições para diferenciação de modal na mobilidade urbana
- Criar incentivos para redução de descartáveis no comércio local

AMOSTRA DO E-BOOK

De que se trata esta ODS?:

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Qual a importância do ODS 13 para o Município?

Esta é uma temática importante no que concerne a promoção da sustentabilidade das zonas costeiras e dos oceanos, e entende que a proteção da vida marinha é de responsabilidade compartilhada entre todos os governos, não apenas daqueles que se encontram na costa brasileira. Sabemos que muitas cidades padecem ainda do lançamento irregular de efluentes líquidos, resíduos industriais e resíduos sólidos diretamente ao mar. Entretanto, não são apenas as cidades litorâneas as responsáveis por esse mal. Cidades interioranas podem também contribuir para a alteração do sistema hidrológico e impactar na contaminação e degradação dos oceanos ao poluírem seus corpos hídricos e ar. Ademais, é de ciência a indissociabilidade dos ecossistemas terrestres e aquáticos.

Ainda que o município não seja litorâneo e não tenha competência direta para o cumprimento das referidas metas, entende-se que todo tipo de poluição nele gerada - em especial a hídrica e atmosférica -, ou mesmo todo tipo de má gestão de seus recursos naturais, terá como resultado final - direto ou indireto - a alteração dos ecossistemas marinhos e costeiros.

Dessa forma, a implementação responsável e efetiva, em especial dos ODS 6 - Água potável e Saneamento, 11 - Cidades e Comunidades sustentáveis, 13 - Ação contra a Mudança do Clima, e 15 - Vida terrestre é decisiva para o sucesso no cumprimento do ODS 14 - Vida na Água

AMOSTRA DO E-BOOK

Do que se trata esta ODS?

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Qual a importância do ODS 15 para o Município?

Esse ODS trata da preservação dos ecossistemas terrestres, das florestas e da biodiversidade que já existem e da reversão dos danos já causados. Deter o desmatamento é importante para evitar processos de desertificação. É importante também preservar a biodiversidade e as espécies ameaçadas, controlando a caça ilegal e o tráfico de espécies da fauna e da flora.

Os governos locais têm um papel como provedores de serviços (especialmente água, saneamento e gestão de resíduos sólidos), somado à sua capacidade de incentivar mudanças de comportamentos nas comunidades. São os mais adequados para articular cooperações com o setor privado e as comunidades para uma gestão integrada da biodiversidade e dos ecossistemas.

Indicadores Brasil

O Brasil tem seis biomas naturais, são eles: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

Em 2016, o Brasil tinha o total de 2.053 áreas de conservação, das quais 636 são unidades de conservação de proteção integral e 1.417 unidades de conservação de uso sustentável.

AMOSTRA DO E-BOOK

O total dessas áreas de conservação correspondem a uma área de 1.494.257 km². A situação nos biomas extra-amazônicos também merece atenção. Considerando o Brasil, no bioma da Mata Atlântica (dados de 2014) foi desmatado 84,98% da sua área original; no Cerrado (2010), 49,06%; na Caatinga (2009), 46,61%; no Pantanal (2009), 15,39%; e no Pampa (2009), 54,17%.

Até 2014, 88,31% da cobertura vegetal nativa da mata atlântica do estado foi desmatada, o que corresponde a uma área de 243.950 km².

Até 2010, 57,15% da cobertura vegetal nativa do cerrado do estado foi desmatada, o que corresponde a uma área de 190.731 km².

Até 2009, 52,46% da cobertura vegetal nativa da caatinga do estado foi desmatada, o que corresponde a uma área de 5.822 km².

Segundo o IBGE (2019), além da destruição e fragmentação do habitat e das práticas de extração (caça, captura e coleta), se sobressai, entre as principais causas de perda da biodiversidade, a introdução e dispersão de espécies exóticas invasoras.

Em 2013, foram registradas 330 espécies invasoras no Brasil, terrestres e aquáticas, das quais 180 eram animais e 146 vegetais.

Dos 5.570 municípios brasileiros, em 2013, 3.339 apresentaram alguma ocorrência registrada de espécies invasoras, correspondente a 60,01%.

Indicadores Minas Gerais

No estado, em 2016, contava com 221 áreas de conservação, das quais 95 são unidades de conservação de proteção integral e 126 unidades de conservação de uso sustentável. O total dessas áreas de conservação correspondem a uma área de 35.389 km² e representa 6% da área do estado. No estado, em 2014, o percentual da cobertura vegetal nativa remanescente do bioma Mata Atlântica era de 11,69%. No estado, em 2010, o percentual da cobertura vegetal nativa remanescente do bioma Cerrado era de 42,85%. No estado, em 2009, o percentual da cobertura vegetal nativa remanescente do bioma Caatinga era de 47,54%. E dos 111 municípios do estado apresentaram alguma ocorrência registrada de espécies invasoras, o que corresponde a 13,01%.

Indicadores Poços de Caldas

A Serra de São Domingos, marco referencial na paisagem de Poços de Caldas, caracteriza-se como um dos diques anelares da caldeira de Poços de Caldas e esta inserida no planalto de Poços de Caldas. Esse planalto possui altitude media de 1300 metros, sendo que nas áreas adjacentes não ultrapassa a 800 metros.

A região representa importância enquanto origem do manancial hídrico e que abastece o complexo hidrotermal de Poços de Caldas, além de ser uma área de conservação da biodiversidade, recreação, a beleza cênica, a recarga dos lençóis freáticos e dos fontanários e o turismo. A importância da proteção desse Parque Municipal é inquestionável. Algumas áreas contíguas ao PMSSD também mostram-se bastante preservadas. No entanto, são áreas de domínio privado. Recomenda-se que, para uma proteção efetiva das funções do parque e para o fluxo gênico da biodiversidade (corredores ecológicos), as áreas correspondentes a esses remanescentes devem ser protegidas, especialmente aquelas localizadas no setor leste do PMSSD.

TRA DO E-BOOK

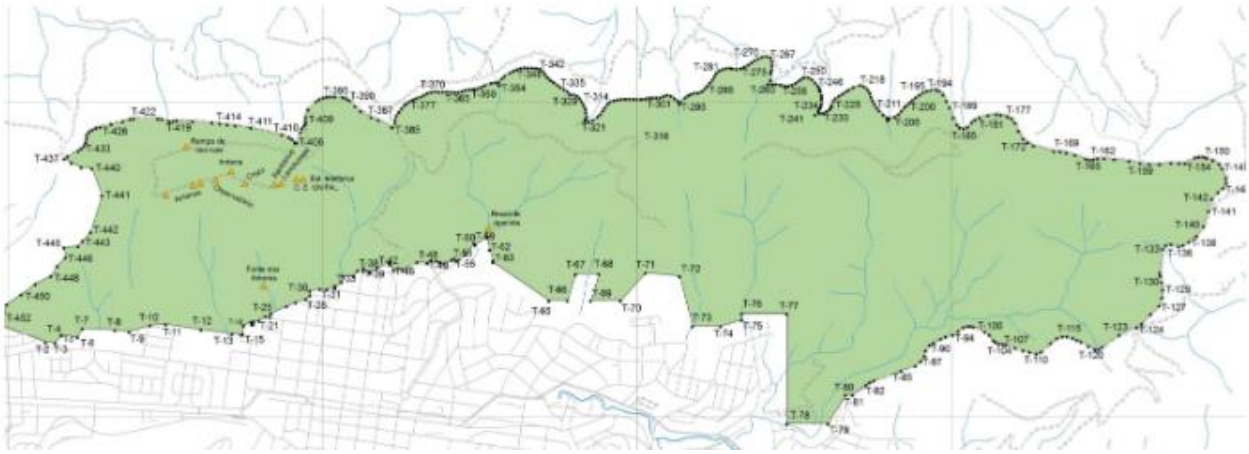


Figura 61: Serra de São Domingos

Fonte: Plano de Manejo da Serra de São Domingos (2018)

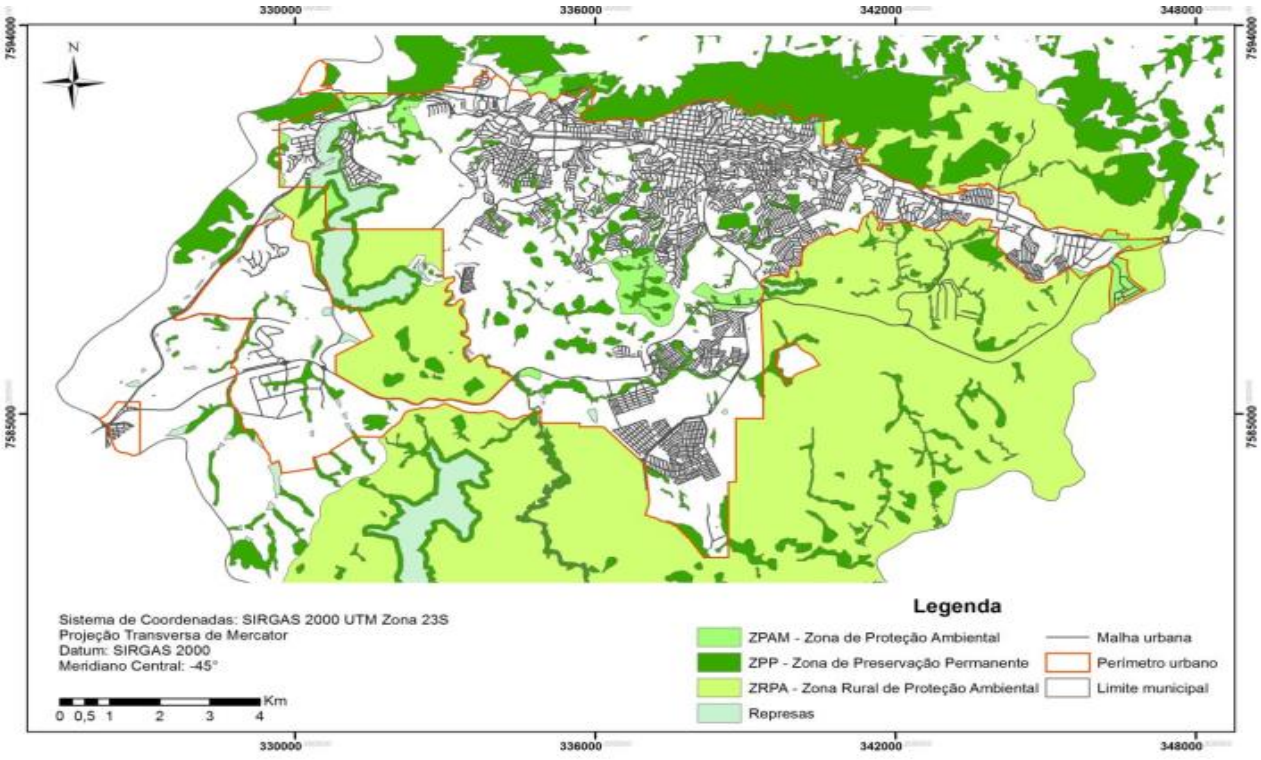


Figura 62: Áreas de Proteção Ambiental

Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (2006)

AMOSTRA DO

Discussão

Um dos grandes desafios está relacionada aos limites do Parques Serra de Sao Domingos, pois são frequentes as tentativas de invasões em áreas limítrofes e a extração de minério, fazendo-se necessária a comprovação por meio de equipamentos de georreferenciamento dos seus limites exatos, e sua devida demarcação, que fica fortemente prejudicada devido à ausência de tecnologia adequada.

Em relação às ocorrências de incêndios florestais, a falta de de ações de planejamento e de modernização na detecção, controle e extinção de incêndios, por meio de ações integradas e aquisição de equipamentos, como: torres de observação equipadas com câmeras de alta resolução programas de detecção de fumaça e sistema automático de alarme, drones, mapeamento remoto, equipamentos modernos como caminhões pipa, mochilas costais, conjunto de combate a incêndios para pick up com moto bomba, entre outros; e ainda a criação de brigadas voluntárias.

Também deverá aprofundar na compreensão das capacidades municipais para atuar no combate à desertificação, na restauração da terra e do solo degradado, de forma integrada e sistêmica, mobilizando órgãos municipais para além do Departamento de Meio Ambiente. E a efetivação do Plano de Manejo da Serra de São Domingos.

Como alcançar as metas do ODS 15?

- Assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, e morrarias, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.
- Promover a implementação da gestão sustentável das florestas, detendo o desmatamento, restaurando as áreas de florestas degradadas e aumentando substancialmente o florestamento e o reflorestamento municipal.
- Assegurar a conservação dos ecossistemas das morrarias, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.
- Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, detendo a perda de biodiversidade, protegendo e evitando a extinção de espécies ameaçadas.
- Mobilizar e incrementar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.
- Garantir o desmatamento ilegal zero no município.
- Fomentar atividades de adequação de propriedades com Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.
- Criar programas municipais de valorização e pagamento por serviços ambientais para quem preserva e restaura a Mata Atlântica.
- Priorizar a Unidade de Conservação na agenda municipal como instrumento de engajamento social, saúde pública e provisão de serviços ecossistêmicos, como o equilíbrio térmico, a proteção da água, a conservação

MOSTRA DO E-BOOK

da linha de costa, a redução dos riscos naturais e a conservação da biodiversidade.

- Garantir a boa gestão da Unidades de Conservação, de forma participativa e dotando-as de conselhos e planos de manejo.
- Engajar proprietários na agenda de conservação do município, estimulando a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural.
- Criar regras de conservação e preservação municipais para atividades que necessitem de licenciamento ambiental

AMOSTRA DO E-BOOK

Do que se trata este ODS?

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Qual a importância do ODS 16 para o Município?

As pessoas devem poder circular em seus Municípios com liberdade e sem medo. Todos devem ser assistidos em caso de violência. Em um mundo cada vez mais urbanizado, reduzir a violência nas zonas urbanas é um passo muito importante para conseguir a paz e a segurança. A violência é tema complexo e suas causas estão intimamente ligadas à desigualdade, ao desemprego, à pobreza, ao tráfico de drogas e vários outros fatores. Esse objetivo convida os governos locais a serem mais efetivos e responsáveis com os cidadãos, que veem cada vez mais suas vidas e as vidas de suas famílias ameaçadas. Implica também os governos locais para que se esforcem mais no sentido de que nenhum grupo seja excluído. Deixa ainda o alerta sobre a necessidade de combater a corrupção e aumentar o acesso público à informação. A segurança cidadã, conceito trabalhado pelo Pnud e que envolve o esforço conjunto da sociedade e dos gestores públicos na manutenção da paz, também deve ser lembrada. A violência é multicausal e deve ser combatida no próprio Município.

Indicadores Brasil

Ao analisar as diferenças da vitimização por homicídios em pretos e brancos no Brasil, deve-se considerar a distribuição populacional por **cor/raça**. Os estados ou municípios que tenham a maior parte de sua população branca, por exemplo,

AMOSTRA DO E-BOOK

possivelmente, os óbitos serão maiores nessa população. Caso isso não aconteça, é possível perceber a desigualdade social instalada na localidade.

O percentual de homicídios por armas de fogo, em 2017, de pretos e pardos vitimizados foi de 0% (Nenhum óbito) e 0% (nenhum óbito), respectivamente. A ocorrência dessa causa em brancos foi 100% (1 óbito). De acordo com o Censo Demográfico, em 2010, os pretos representaram 6% da população total e os pardos 22%. A população branca corresponde a 70% da população total.

Em 2019, o Brasil ficou na 106ª posição no ranking sobre a percepção de corrupção no mundo, com 35 pontos. O Brasil caiu 1 posição em comparação ao ano anterior, quando ocupava a 105ª posição entre os 180 países avaliados.

Indicadores Minas Gerais

Em 2020 houve queda de 33,3% nos crimes violentos, o melhor resultado em criminalidade dos últimos nove anos. Esse percentual representa a ocorrência de menos 21.194 mil crimes violentos em relação a 2019. O indicador crimes violentos é o somatório dos seguintes crimes: homicídio tentado e consumado, extorsão mediante sequestro, sequestro e cárcere privado tentado e consumado, estupro tentado e consumado, estupro de vulnerável tentado e consumado, roubo tentado e consumado e extorsão tentada e consumada. O único dos 15 crimes monitorados pelo Observatório de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) que permanece em vermelho é a extorsão tentada (+12,8%), delito no qual o bandido não teve êxito.

Minas Gerais registrou queda de 5,2% nos assassinatos em 2020 em comparação com 2019. Em 2020, o estado teve 2.689 vítimas de homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte e latrocínios – roubo seguido de morte. Foram 147 registros a menos do que o total registrado em 2019, que chegou a 2.836. Os homicídios dolosos tiveram queda de 5,9%. Em 2020, esse tipo de crime vitimou 2.546 pessoas. Já em 2019, o número de vítimas atingiu 2.707.

Em relação aos latrocínios, houve elevação de 16,4%. No ano passado, o estado teve 85 vítimas, 12 mais do que em 2019. Já os registros de lesões corporais seguidas de morte se mantiveram praticamente estáveis. A alta foi de 3,6%, passando de 56 em 2019 para 58 em 2020.

Indicadores Poços de Caldas

A taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes é um dos indicadores que ilustra a importância desse ODS para o Brasil: em 2015 apenas 0 estados apresentam taxa inferior a 10, considerada suportável pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em 2015, foram registrados 6,11 homicídios a cada 100 mil habitantes, representando 10 óbitos. Destes, 50% foram de mulheres (o que corresponde em 5 mortes) e 50% de homens (com 5 mortes).

Ainda em 2015, o município registrou 7,33 suicídios a cada 100 mil habitantes. Do total dos suicídios registrados, 75% eram homens e 25% mulheres.

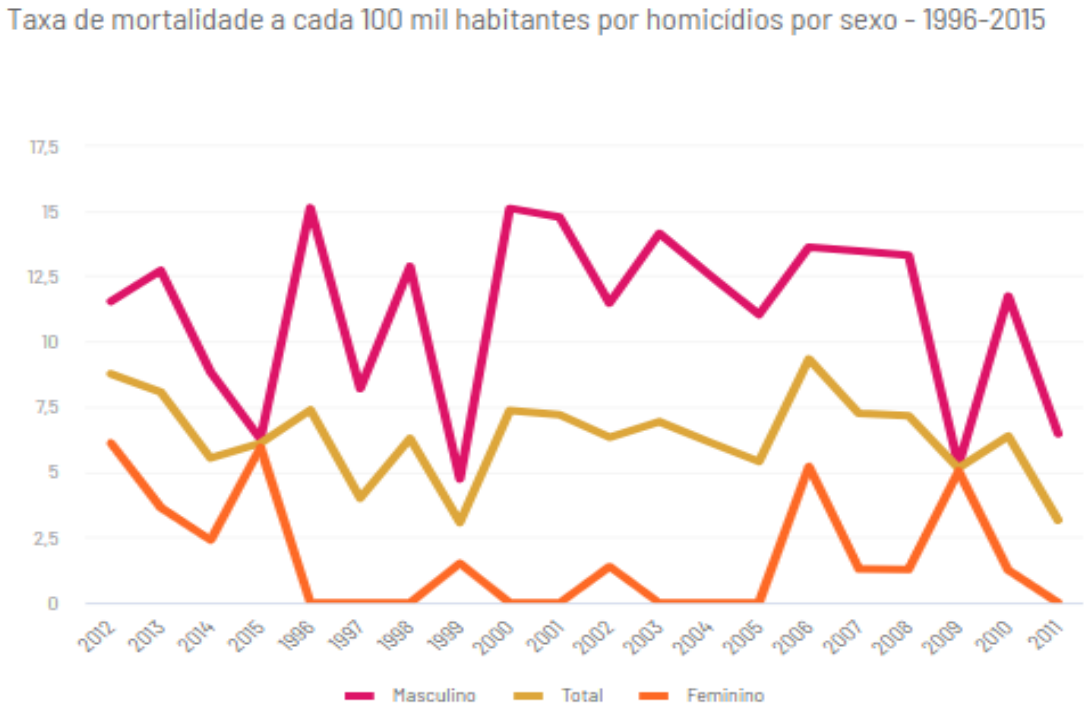


Figura 63: Taxa de mortalidade a cada 100 mil habitantes por homicídios por sexo (1996-2015)

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública (2020)

Em 1996, a taxa de homicídios em crianças e adolescentes de 0 a 19 anos era de 0 mortes a cada 100 mil habitantes. Em 2015 a taxa de homicídios passou para 6,80. Segundo o relatório Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil, divulgado em 2016, os assassinatos são a principal causa do aumento das mortes de crianças e adolescentes por causas externas.

Figura 64: Taxa de mortalidade a cada 100 mil habitantes por homicídio na faixa etária de 0 a 19 anos (1996/2015)

Apesar das leis e políticas públicas, o número de crianças e adolescentes que sofrem algum tipo de violência ainda é alarmante. Em 2014, foram realizados 26 atendimentos, pelo SUS, de crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de violência. Dessas ocorrências, o tipo de violência mais frequente contra crianças e adolescentes foi: Física (92,31%). Ainda em 2014, foram registrados pelo SUS 9 atendimentos reincidentes de crianças e adolescentes, que corresponde a 34,62% do total dos casos de violência.

Aqui também é importante salientar que o índice utilizado, por cem mil habitantes, pode conter distorções semelhantes aos indicadores de saúde, nos quais um único caso pode aumentar ou diminuir o índice de forma significativa, por isso estes índices devem ser vistos dentro de um período de tempo e servem mais ao monitoramento de ações do que apontamento fugaz.

Discussão

Um dos desafios é na qualidade das informações produzidas para monitoramento e controle social da atuação do município para redução da desigualdade, produzindo informações devidamente territorializadas, desagregadas e atualizadas, a partir do reconhecimento dos fenômenos interseccionados que agravam a desigualdade de gênero e a violência dela decorrente (raça/cor, idade, nacionalidade, território, etc.). Além disso, desenvolver a capacidade de integração dos diferentes sistemas que captam essas informações, a fim de produzir dados que forneçam um melhor cenário das ocorrências na cidade.

Outro item que deve ser melhorado é em relação ao índice de transparência , que de acordo com as informações do Controladoria Geral da União- CGU, a cidade despencou do ranking de transparência pública, desta forma ainda há muito para se avançar em relação ao nível de transparência dos portais institucionais da Administração Direta Municipal, principalmente em relação às notas calculadas para um dos segmentos de avaliação – botões previstos na Portaria Intersecretarial nº 03/2014 – CGM/SECOM/SEMPLA/SMDHC – que trata especificamente do botão “Acesso à Informação” e do botão “Participação Social”.

Como alcançar as metas do ODS 16 ?

- Reduzir todas as formas de violência e as taxas de mortalidade.
- Garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.
- Fortalecer as instituições para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular, para a prevenção da violência e o combate ao crime.
- Criar instituições parceiras das já existentes de âmbito estadual e federal, como polícia municipal ou metropolitana, a fim de agir em situações mais relacionadas as demandas específicas do município.

- Criar e manter excelências em instâncias de ouvidoria municipais
- Apoiar os Conselhos municipais de proteção e seguridade existentes como Conselho Tutelar e criar temáticos de inclusão e proposição de políticas públicas

AMOSTRA DO E-BOOK

Do que se trata esta ODS?

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Qual a importância do ODS 17 para o Município?

Não basta definir objetivos e metas. É preciso ter os meios para implementar as ações e fortalecer as parcerias em nível local. O ODS 17 trata dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030: recursos financeiros, recursos humanos, recursos tecnológicos e de informação. Nesse caso, os instrumentos de gestão são os principais exemplos. Em pleno século 21, onde redes colaborativas têm cada vez mais importância, todos concordam que ninguém faz nada sozinho. “Fortalecer” e “criar” alianças locais para alcançar os ODS da Agenda 2030 serão palavras de ordem. Articular atores que atuam nos territórios como organizações e movimentos da sociedade civil, setor privado e universidades, e que tenham como agenda comum o desenvolvimento local sustentável, é o caminho a seguir.

Como alcançar as metas do ODS 17 ?

- Melhorar a cooperação e o acesso à ciência, tecnologia e inovação. Promovendo o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas.
- Aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.

AMOSTRA DO E-BOOK

- Reforçar as parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável
- Incentivar e promovendo parcerias eficazes, sendo elas públicas, público-privadas e com a sociedade civil organizada
- Criar parcerias institucionais entre cidades como cidades irmãs, banco de boas práticas
- Difundir as práticas inovadoras a que tem acesso ou implementou
- Criar sistemas de transparência com dados, ações e informações da prefeitura

AMOSTRA DO E-BOOK

Conclusão Final

Por fim, os principais desafios enfrentados foi na busca por dados primarios, devido ao fato do municipio não possuir indicadores robustos e dados atualizados estão na quantidade de órgãos que atuam com a finalidade de construir a resiliência frente a eventos climáticos extremos. Apesar da boa relação entre os diversos órgãos envolvidos, carece-se de uma padronização da coleta de informações e dos procedimentos para sistematização e manipulação das mesmas.

O municipio até o momento não elaborou diagnóstico da sua situação em relação aos ODS e respectivas metas, bem como não incorporou formalmente os ODS em um planejamento de longo prazo, de forma a orientar a construção dos demais instrumentos de planejamento do município do Plano Plurianula (PPA), Lei de Diretriz Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), para a implementação da Agenda 2030

Desta forma recomendamos que além de fazer o mapeamento das políticas públicas e sua correlação com as metas dos ODS, a criação de uma Comissão Municipal dos ODS, que terá papel indutor, articulador e mobilizador dos diversos atores que podem contribuir na efetiva implementação dos programas e ações para atingir as suas metas.

AMOSTRA

Referencias

1) BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Para entender a gestão do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. - Brasília : CONASS, 2003.
2) BRASIL. Atlas Brasil. Disponível http://www.atlasbrasil.org.br/. Acesso: 16 ago.2021
3) BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão. Brasília: MP, 2012. 64 p.: il. color.
4) BRASIL. Ministério de Minas e Enregia. Programa Luz Para Todos. Disponível em: >https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp<. Acesso em: 16 ago 2021
5) BRASIL. Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. 2017.
6) BRASIL. Departamento de informática do SUS-DATASUS. Informações de Saúde, Epidemiológicas e Morbidade: banco de dados. Disponível em: https://datasus.saude.gov.br/ Acesso: 16 ago.2021
7) BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Bases para a atualização colaborativa da Agenda Nacional de desenvolvimento urbano sustentavel. p 84, 2021.
8) BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. Disponível: http://pdet.mte.gov.br/rais e https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte.html Acesso: 16 agost.2021
9) BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Disponível: http://snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-setor-saneamento Acesso: 16 agost.2021
10) CNM- Confederação Nacional de Municípios. Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020 – Brasília, DF: CNM, 2017

AMOSTRA DO E-BOOK

11) DME. Departamento Municipal de Eletricidade. Disponível: http://www.dme-pc.com.br/. Acesso: 16 ago.2021.
12) FERREIRA PM. Rumo a 2030- Os municípios e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Edição: Instituto Marquês de Valle Flor, 2020
13) IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Estimativa populacional de 2021. Disponível em : https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pocos-de-caldas/panorama. Acesso em : 16 agost. 2021
14) IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
15) IBGE. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2018
16) IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE).População em area de risco. Disponível: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101589. Acesso: 16 ago.2021
17) KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.
18) KOCKLER H. Indicators for sustainable development functions, methods and scales. São Paulo: SHS/EESC/USP, 2008.
19) Minas Gerais. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado: PMDI 2011-2030. Belo Horizonte, 2011.
20) Minas Gerais. Plano Estadual de Saúde 2020-2023. Minas Gerais, 2020.
21) Minas Gerais. Fundação Estadual do Meio Ambiente. Plano de energia e mudanças climáticas de Minas Gerais: Belo Horizonte: FEAM, 2014. 42 p. il.
22) OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Education at a Glance. Disponível: http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/ideb/. Acesso:: 16 ago.2021.
23) OLIVEIRA AL, ONUMA F. O “Paradoxo da Pandemia” no registro de casos de Violência Doméstica contra Mulheres nas quatro cidades mais populosas do Sul de Minas Gerais. Disponível em https://www.unifal-mg.edu.br/portal/o-paradoxo-da-pandemia-no-registro-de-casos-de-violencia-domestica-contra-

AMOSTRA DO LIVRO

mulheres-nas-quatro-cidades-mais-populosas-do-sul-de-minas-gerais/. Alfenas, 2020.

24) ONU. Secretariado Geral das Nações Unidas, Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015, 2015

25) ONU-HABITAT. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. Relatório de Resultados-Consulta Cidades Sustentáveis, p 109, 2019ª

26) ONU-HABITAT. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. Relatório de Resultados. Consulta Cidades Sustentáveis.Outubro de 2018 a Fevereiro de 2019. 2019b

27) OPAS- Organização Pan Americana de Saúde. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível: https://www3.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5849:objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel&Itemid=875. Acesso em: 16 ago. 2021

28) PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. A nova contabilidade social. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

29) POÇOS DE CALDAS. Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Poços de Caldas, 2014.

30) POÇOS DE CALDAS. Plano Municipal de Mobilidade Urbana. Poços de Caldas, 2019

31) PMPC. Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (2018). Poços de Caldas. Disponível em: https://pocosdecaldas.mg.gov.br/. Acesso em : 16 agost. 2021.

32) PMPC. Prefeitura Municipal de Poços de Caldas. Plano Municipal de Assistência Social, Poços de Caldas, 2019. Disponível: chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/https://pocosdecaldas.mg.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/PAS-2018.pdf. Acesso: 16 ago.2021

33) PNUD/Eletrobrás- Programa Nacional das Nações Unidas. Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos. Organização das Nações Unidas, 2018

34)

AMOSTRA DO E-BOOK

35) SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Diretrizes de aprendizagem dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no currículo da cidade de São Paulo. – São Paulo: SME / COPED, 2020.

36) TCEMG. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Fiscalizando com o TCE. Minas Transparente. Disponível: https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio. Acesso em 16 ago.2021

37) TSE- Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas Eleitorais. Disponível: https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais. Acesso: 16 agost.2021.

AMOSTRA DO E-BOOK

SOBRE OS AUTORES

AMOSTRA DO E-BOOK